

Caderno Diálogos Interdisciplinares: **Baixo Amazonas em questão**

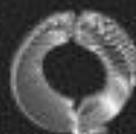
Organizadores

Rogério Henrique Almeida

Isaura Cristina Nunes Pereira Costa

Luiz Gonzaga Feljão da Silva

Elen Cristina da Silva Pessoa



Ciências Econômicas
Gestão Pública e Desenvolvimento Regional



Instituto de Ciências da Sociedade



Universidade Federal do Oeste do Pará

Santarém, Pará
2017

Caderno diálogos interdisciplinares: Baixo Amazonas em questão

EXPEDIENTE

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Reitora

Raimunda Nonata Monteiro

Vice

Anselmo Alencar Colares

Coordenação do Instituto de Ciências e Sociedade

Jarsen Luis Castro Guimarães

Vice

Lilian Rebellato

Coordenação do Curso de Ciências Econômicas

Elen Cristina da Silva Pessoa

Vice

Sandro Leão

Coordenação do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

Evani Larisse dos Santos

Vice

Giselle Alves Silva

Organizadores

Rogério Henrique Almeida
Izaura Cristina Nunes Pereira Costa

Luiz Gonzaga Feijão da Silva

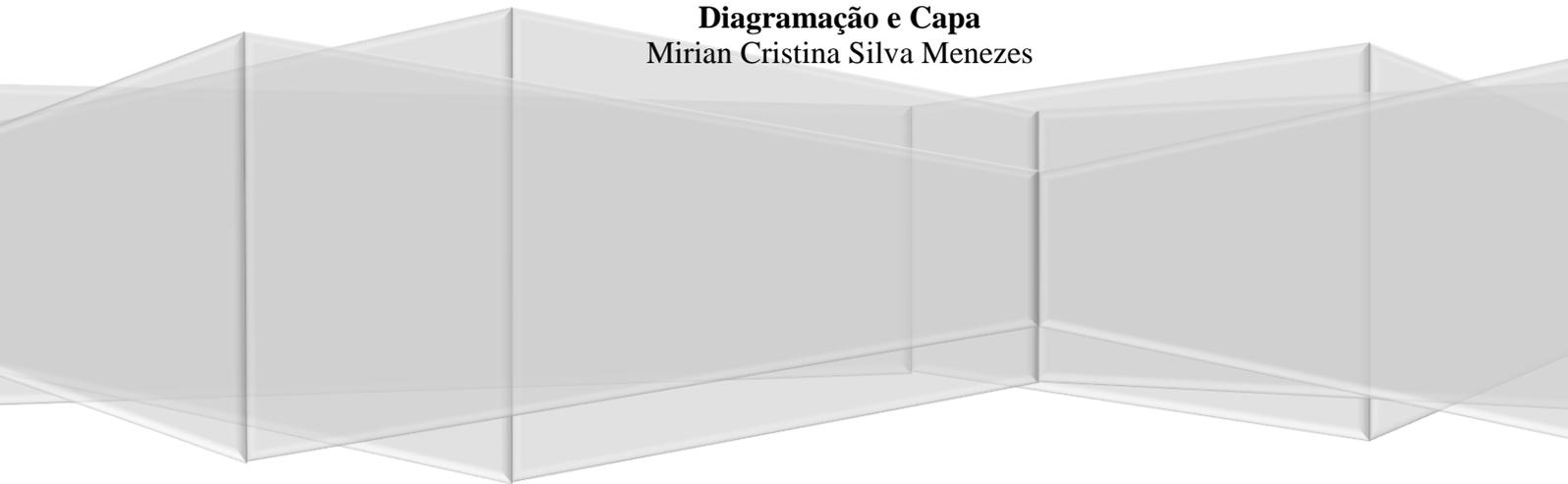
Elen Cristina da Silva Pessoa

Revisão

Marcela Lima

Diagramação e Capa

Mirian Cristina Silva Menezes



Organizador
Rogerio Henrique Almeida [et al.]

Caderno diálogos interdisciplinares: Baixo Amazonas em questão

1ª Edição

Santarém, Pará
Ufopa
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

C122c Caderno diálogos interdisciplinares: Baixo Amazonas em questão / Organizador Rogério Henrique Almeida [et al.]. / Santarém, Pará: UFOPA, 2017.
86 fls.: il.
Inclui bibliografias.
ISBN: 978-85-65791-33-5 (E-book)

1. Amazônia. 2. Economia. 3. Sociedade Baixo Amazonas. 4. Desenvolvimento. 5. Natureza. I. Almeida, Rogério Henrique. II. Título.

CDD: 23 ed. 333.751509811

Bibliotecário - Documentalista: Eliete Sousa – CRB/2 1101

Ciências Econômicas e Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Rogério Henrique Almeida
Izaura Cristina Nunes Pereira Costa
Luiz Gonzaga Feijão da Silva
Elen Cristina da Silva Pessôa
(Organizadores)

Apesar do pouco tempo de existência dos cursos de Ciências Econômicas e de Gestão Pública de Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), discentes e docentes dos referidos cursos têm apresentado trabalhos científicos como artigos, resumos expandidos e resumos simples em encontros locais, regionais, nacionais, e mesmo internacionais.

Essas publicações resultam de participação em projetos de Pesquisa e/ou Extensão, resultados de atividades de disciplinas ou fragmentos de trabalhos de conclusão de curso. Parte desses discentes conseguiu ingressar em cursos de mestrado da própria instituição, e mesmo em outras universidades para além riomar da região. Mesmo jovens, ambos os cursos estão avaliados pelo MEC com o conceito quatro.

Daí emerge a iniciativa em aglutinar os trabalhos de discentes e docentes a partir do formato de ebook. Trata-se de um portfólio da produção de ambos os cursos. No primeiro momento, a coordenação e a organização da publicação resolveram selecionar produções que contemplem as dinâmicas econômicas, sociais e políticas sobre o Baixo Amazonas-Pará. A referida região configura uma fronteira de expansão do grande capital, que tende a materializar práticas de acumulação primitiva do capital, onde predominam a expropriação, a espoliação e outras dimensões das violências físicas e simbólicas. O mesmo cenário pode ser analisado, ainda, a partir da angulação do desenvolvimento desigual e combinado.

A região do Baixo Amazonas/PA é considerada estratégica nos planos de integração subordinada da Amazônia. Neste ambiente, os sujeitos que hegemonizam os cenários de disputas pelo território e as riquezas cá existentes são as grandes corporações do agronegócio, ladeadas pelas empresas que controlam as construções de grandes obras de infraestrutura na Amazônia. A construção de complexos hidrelétricos, rodovias,

hidrovias e portos é tratada como prioridade com vistas a reduzir o custo de exportação da cadeia de grãos do centro do país rumo ao pacífico.

O tempo presente é marcado por incertezas. O ambiente global, marcado pelo refluxo do papel do Estado, predomínio do grande capital, rompimento das fronteiras de espaço e de tempo por conta das inovações tecnológicas, tem aprofundamento o hiato entre o Norte e o Sul.

O avanço do grande capital incentivado pelas políticas públicas federais orientadas a partir de eixos de integração, tende a dinamizar situações de conflitos entre os diferentes sujeitos que conformam as realidades locais, em particular a rica diversidade sociocultural. Trata-se de uma diversidade marcada por um heterogêneo campesinato, que convive em terra firme, várzea, floresta e ilhas. E ainda populações tradicionais onde podemos verificar quilombolas e indígenas.

Não somente o universo rural experimenta os choques promovidos pelo avanço do capital. Nas cidades, é possível verificar a demanda por moradia, saúde, educação e a pressão sobre as terras para atender o mercado imobiliário. Assim, áreas antes reservadas para o uso comum, e mesmo mananciais e florestas passam a ser alvo dos interesses de mercado. O fluxo migratório é outro fenômeno decorrente destas dinâmicas elencadas.

Parte da produção aqui selecionada ilumina as complexas dinâmicas da região. O artigo de abertura, assinado pelos professores Raimunda Monteiro e Ricardo Gama coteja sobre a gestão de florestas. Os professores, a partir de uma realidade local de conflito analisam as sugestões para uma política de gestão dos recursos florestais. Pontuam a necessidade da regularização fundiária como prioridade, o papel do Estado como mediador e as institucionalidades para o equacionamento da tensão.

O segundo artigo assinado pelas discentes Lays Diniz, Daniele Cardoso, e as docentes Elen Pessôa e Izaura Cristina Nunes Pereira Costa, busca analisar a governança do território da região a partir dos atores locais organizados a partir das associações, cooperativas, sindicatos e outras formas de organização do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas. A inquietação ocorre a partir da ação do Estado em descentralizar inúmeras políticas sob o paradigma da governança. Desafio hercúleo numa sociedade marcada pela prática do patrimonialismo e a assimetria entre os sujeitos envolvidos.

Já o terceiro artigo, assinado pela doutora Socorro Pena em parceria com o professor da Unicamp Bryan Newton, aborda a educação popular na região de várzea do município de Santarém. O contexto selecionado é o período do estado de exceção, quando

a presença de setores da Igreja Católica junto aos segmentos camponeses era marcante sob a orientação da Teologia da Libertação, bem como elementos da educação horizontal do educador Paulo Freire.

O estudo de caso analisa os princípios mais relevantes do processo, os atores sociais envolvidos, resultados alcançados e inovações promovidas. No conjunto de atores, a pesquisa identifica entre outros, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Movimento de Educação de Base (MEB), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Coloniais de Pescadores e a Rádio Rural.

A relevância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos é o tema do artigo da discente, na época do curso de Gestão Pública, Ádria Oliveira dos Santos, da discente Wandicleia Lopes e da docente do curso de Ciências Econômicas, Leila de Fátima de O. Monte. As pesquisadoras analisaram as realidades de oito mulheres que integram uma cooperativa local. A partir de entrevistas semielaboradas investigaram os fatores que incrementam a produção do grupo, bem como os que limitam o faturamento final, a exemplo da necessidade de arrendamento de terras para a produção.

Barramento de rios na Amazônia para a geração de energia, com vistas a atender a demandas dos estados economicamente considerados centrais é uma das pautas neodesenvolvimentista para a região. É sobre este tema que se debruça o artigo da discente Sandra Karolline Pontes. O trabalho analisa o controle social no processo de construção do Complexo Hidroelétrico do Tapajós, agendado para ser finalizado até o ano de 2020. Além disso, investiga o papel do Estado, as violações dos direitos humanos provocados pelo empreendimento junto a indígenas e comunidades ribeirinhas. O trabalho foi laureado com o terceiro lugar, na categoria graduando do 9º Prêmio Lice do Encontro de Públicas, em 2016, realizado em Natal, no Rio Grande Norte.

O derradeiro trabalho também trata do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Rural do Território da BR 163, a partir do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET-UFOPA), desta feita tendo como horizonte o capital social com ênfase do desenvolvimento local. As discentes do curso de Ciências Econômicas Daniela Cardoso e Ana Carla dos Santos, e a docente do curso de Gestão Pública Inailde Almeida assinam o artigo. As autoras estão ancoradas nos pressupostos de Putman (1998). Refletem sobre a experiência sem descuidarem do contexto estruturante, a globalização.

Cada artigo tem uma estrutura diferente em sua formatação pelo fato de terem sido apresentados em encontros ou publicações específicas. Neste primeiro momento, a coordenação decidiu em manter a estrutura original de cada trabalho.

Eis a primeira edição do Diálogos Interdisciplinares com enfoque para o Baixo Amazonas, ocorre em bora hora, quando a região passa a experimentar de forma sistemática a ação do grande capital que tende a estruturar e reestruturar territórios, modos de vida e formas de sociabilidade, ativar novas cadeias e circuitos de trocas de bens materiais e simbólicos, bem como formas de resistências. Críticas e sugestões são bem vindas.

SUMÁRIO

Conflitos socioambientais e ordenamento territorial em contexto de gestão florestal no Pará

Raimunda Monteiro

João Ricardo de Vasconcellos Gama9

Governança territorial e participação social: análise do colegiado de desenvolvimento territorial do Baixo Amazonas – Pará

Lays Diniz dos Santos

Daniela Cardoso de Souza

Izaura Cristina Nunes Pereira Costa

Elen Cristina da Silva Pessôa.....19

Educação popular como método de transformação social dos ribeirinhos da várzea de Santarém – Pará – Brasil

Antonia do Socorro Pena da Gama

Newton Antonio P. Bryan37

A importância do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) para as agricultoras familiares, dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, cooperadas da COOMAPLAS em Santarém/Pará

Adria Oliveira dos Santos

Leila de Fátima de Oliveira Monte

Wandicleia Lopes de Sousa49

Análise do controle social exercido pelo estado sobre as comunidades afetadas pela construção do complexo hidrelétrico Tapajós

Sandra Karolline de Melo Batista Pontes61

O capital social como instrumento para o estudo do processo de desenvolvimento territorial: análise do território Br 163, no Pará

Daniela Cardoso de Sousa

Ana Carla dos Santos Evangelista

Inailde de Almeida Corrêa73

Conflitos socioambientais e ordenamento territorial em contexto de gestão florestal no Pará*

Raimunda MONTEIRO**
João Ricardo de Vasconcellos GAMA***

Resumo

O artigo analisa a estratégia dos grupos e seus pleitos de dominialidade, as alianças e a metodologia de participação social utilizada pelo Estado com vistas à pactuação de destinação de áreas de florestas, no Oeste do Pará. As estratégias de territorialização dos espaços por grupos externos se confrontam com a resistência dos grupos que vivem em áreas ocupadas tradicionalmente, deflagrando conflitos que envolvem usos da terra e destinação de florestas. O novo marco legal da gestão das florestas públicas brasileiras, a partir de 2006, demonstrou ser útil para o ordenamento dos recursos florestais, mas também e, no caso estudado, principalmente, como instrumento para o ordenamento territorial de forma mais ampla. O papel exercido pelo Estado como mediador dos conflitos, amparado em mecanismos jurídicos e institucionais e pelo envolvimento das partes nas decisões é analisado como uma possibilidade de pactuação de usos de recursos naturais e de governança pública em que sociedade e Estado podem decidir sobre políticas de desenvolvimento rural, em escala e complexidade mais ampla.

Palavras-Chave: Participação social; Políticas públicas; Amazônia.

DISPUTAS TERRITORIAIS POR RECURSOS FLORESTAIS

O presente trabalho tem por objetivo analisar os conflitos deflagrados com o movimento especulativo do agronegócio e do setor madeireiro sobre uma região do Oeste Paraense e como os instrumentos de gestão dos recursos florestais foram utilizados para promover um ordenamento territorial mais amplo, capaz de pactuar os

usos dos recursos naturais, sob marcos legais da Lei de Gestão de Florestas Públicas.¹

O caso estudado analisa, numa escala sub-regional, como frentes especulativas agiram na região Mamuru-Arapiuns, na Área de Influência da BR-163, os conflitos deflagrados com as comunidades locais e o papel exercido pelo Estado, utilizando-se de instrumentos de gestão de que se valeram a sociedade e o Estado para planejar, decidir os usos e a destinações das áreas e solucionar os principais conflitos.

Trata-se de um estudo exploratório sobre dinâmicas de uso da terra na Amazônia, por meio do qual se propõe uma sistematização teórica que contribua para a explicação dessas dinâmicas. A metodologia se baseou no registro presencial e documental da experiência

* Trabalho apresentado no 5º da Rede de Estudos Rurais, sob o tema Desenvolvimento Ruralidades e Ambientalização Paradigmas e Atores em Conflito, no GT Conflitos Socioambientais, Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural, ocorrido em Belém, na Universidade Federal do Pará (UFPA), no período de 03 a 06 de junho de 2012.

** Professora do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Dra. Desenvolvimento Socioambiental do Trópico Úmido. E-mail: monteiro.raimunda@gmail.com.

*** Professor do Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Oeste do Pará. Dr. em Manejo Florestal. E-mail: jrv gama@gmail.com.

¹ Lei 11.284/06 – Lei de Gestão de Florestas Públicas. Regulamentada pelo Decreto Federal 6.063/2007.

vivenciada, no ordenamento territorial da região Mamuru-Arapiuns, promovido pelo Governo do Estado, nos anos de 2007 a 2010. É uma reflexão sobre uma experiência de governança pública, em torno de conflitos por recursos e por espaços territoriais, com destaque para os mecanismos institucionais que modernizam as relações entre Estado e Sociedade na Amazônia, demonstrando que as políticas públicas podem ser melhor implementadas se utilizarem ferramentas de gestão compartilhadas entre Estado e Sociedade.

Até meados dos anos 1990, o eixo da BR-163, no Oeste do Pará funcionou como área de expansão inercial da pecuária e de empresas madeireiras do chamado Nortão Matogrossense, na medida em que pastos e florestas dos municípios fronteiriços se esgotavam (CASTRO, MONTEIRO, CASTRO, 2005; GEOMA, 2003).

A partir da metade dos anos 1990, o agronegócio do Centro-Oeste também vislumbrou nessa região, o espaço para a expansão, onde produtores de grãos protagonizaram um movimento especulativo que ocupou a *franja* da fronteira (MOMBEIG, 1998)², e regiões distantes dos acessos por estradas e principais vias fluviais. A substituição da agricultura familiar pelas grandes propriedades produtoras de grãos foi avassaladora (VALBUENA, 2009). Depoimento de dirigentes do STTR de Santarém, em 2005 dão conta de que as *“comunidades do Prata e Paca*

desapareceram porque os moradores venderam as terras para os sojeiros e vieram para a cidade (...)” (MONTEIRO, 2004).

Os conflitos territoriais envolvendo florestas estaduais nesta região dos municípios de Juruti, Aveiro e Santarém iniciaram como extensão das frentes que ocuparam o planalto santareno e toda a área de influência da BR-163. Em 2005, os relatos³ das comunidades desta região davam conta de uma disputa invisível, em torno dos recursos naturais.

A chegada de novos ocupantes nas Glebas Curumucuri e Nova Olinda I foi descrita pela autora da seguinte forma: *“Novas estradas são construídas, dando acesso a esta região pelo rio Arapiuns, conseqüentemente a Santarém, com a incorporação dessas áreas ao complexo agroexportador da BR-163. O centro dos conflitos que envolvem os limites de Santarém são mais expressivos da Gleba Nova Olinda, situada no interflúvio dos rios Branco, Aruã e Maró, afluentes do rio Arapiuns”* (Ibid. Ibid).

Os grupos de pretendentes a terras para o agronegócio, para os estoques madeireiros e mineradores entraram por terra, mas também e, principalmente, por meio de uma cartografia econômica feita a revelia dos habitantes antigos que viviam centenariamente nessas comunidades.

³ *“Várias comunidades se sentem ameaçadas, entre elas a de Curumucuri, que teriam parte de seu território vendido pelo ITERPA para um madeireiro de D. Elizeu, Sudeste do Pará. (...) ‘Houve quem trocasse a terra por moto, outros entregaram tudo por 20, 30 mil e hoje muitos querem voltar e não conseguem mais’ (...). As migrações para esta área envolvem (...) desde pequenos agricultores maranhenses até os grupos de sojeiros provenientes do Mato Grosso que estão chegando nas cabeceiras do rio Aruã e Rio Branco (afluentes do Arapiuns), onde já construíram quatro portos particulares. (MONTEIRO, 2004).*

² *“A fronteira (grifo do autor) é analisada pelo método regional, como uma área de transição e relações transnacionais. Há delimitação e demarcação; fatores econômicos e políticos; a jurisdição do estado como poder central; a franja (grifo do autor) corresponde a uma área ou zona de ocupação social; é um fenômeno que não depende da autoridade central do Estado, mas de forças marginais”* (SAQUET, 2010).

A retomada do asfaltamento da BR-163, no início da década de 2000 aconteceu num contexto de vigilância pública contra os impactos ambientais de grandes obras na Amazônia e trouxe à tona o debate regional, seguido de ações da sociedade organizada local e do Governo Federal que resultaram numa novidade de planejamento regional por meio do Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163. As premissas e diretrizes do Plano foram estabelecidas pelo PAS - Plano Amazônia Sustentável, concebido em cinco eixos: i) produção sustentável com inovação e competitividade; ii) inclusão social e cidadania; iii) gestão ambiental e ordenamento do território; iv) infraestrutura para o desenvolvimento; e v) novo padrão de financiamento.

A região enfocada, neste estudo, é um bloco territorial, na fronteira do Pará, com o Amazonas, envolvendo os municípios de Santarém, Juruti e Aveiro. Trata-se de cinco glebas em áreas contínuas, as quais estavam destinadas no Macrozoneamento do Estado, como “área de consolidação e expansão de atividades produtivas”⁴. A escolha das Glebas Mamuru-Arapiuns como primeira área estadual a ser submetida aos procedimentos preparatórios para oferta de floresta em regime de outorga, considerou também critérios técnicos, como descrito no PAOF - Plano Anual de Outorga⁵ e na interpretação do seu contexto geopolítico. Esta era a maior área estadual de glebas não destinadas no Pará, somando 1.312.244, 006 hectares. Corresponde a 1/4 das glebas estaduais não destinadas identificadas pelo

ITERPA - Instituto de Terras do Pará, em 2007.

A região Mamurú - Arapiuns não existia como identificação de uma área homogênea em termos geográficos, antes de 2007. Essa denominação foi criada, no âmbito do processo de gestão florestal conduzido pelo Ideflor - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará⁶, por ocasião da escolha das florestas públicas passíveis de concessão nos termos da Lei 11.284/2006. A escolha foi orientada por cinco critérios básicos: **i)** a área de floresta estar sob dominialidade do Estado; **ii)** ser área não destinada, sujeita a conflitos; **iii)** apresentar grau elevado de integridade dos recursos; **iv)** apresentar conflitos em que os instrumentos de gestão pudessem contribuir para solucioná-los; **v)** representatividade em extensão territorial.

Nesta região, o Governo do Estado do Pará (gestão 2007-2010) desencadeou medidas para a resolução dos conflitos territoriais envolvendo florestas públicas, sob as seguintes orientações institucionais: **i)** assegurar a titulação das áreas de uso das comunidades tradicionais; **ii)** respeitar os direitos comprovados; **iii)** elaborar planos de desenvolvimento local para fortalecer as economias extrativistas e da produção familiar; **iv)** criar novas unidades de conservação se necessárias e **v)** selecionar as áreas de florestas destinadas ao uso sustentável, por meio de processo concorrencial, como rege a Lei 11.284/2006.

Gestão florestal como estratégia para a resolução de conflitos territoriais

⁴ Conforme Lei Estadual 6.745/2005.

⁵ O Plano Anual de Outorga – PAOF é uma ferramenta de planejamento da oferta de recursos florestais em áreas públicas, instituído como componente do rito de gestão florestal na Lei 11.284, em seu. Capítulo IV, Seção II., Artigos 10º e 11º.

⁶ O Ideflor - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará foi criado em abril de 2007, respaldado na Lei 11.284/06 que estabelece a criação do SFB-Serviço Florestal Brasileiro e de instituições gestoras de florestas nos Estados. O Pará é o Estado mais avançado na implantação desses instrumentos de gestão.

A lei 11.384/2006 estabeleceu um marco de gestão que representa uma ruptura histórica com a concepção de uso de recursos florestais no Brasil, no lastro de outros países que já vinham adotando há algum tempo modalidades públicas de gestão florestal. São inovações relevantes: **i)** que as florestas públicas continuam públicas e florestas; **ii)** que o uso das florestas públicas obedecerá regras concorrenciais como em todos os negócios que envolvem recursos públicos (marco geral da Lei 8.666); **iii)** que o uso privado de matérias – primas florestais das florestas públicas seja pago com preços de mercado, e os recursos arrecadados destinados a fundos de fomento ao manejo e reflorestamento; **iv)** que o controle ambiental sobre as áreas concedidas em regime de concessão, será rigoroso desde o licenciamento até a conclusão dos contratos, com amplo controle social no processo de monitoramento.

A operacionalização das medidas se apoia nos seguintes mecanismos: **i)** obrigatoriedade do planejamento anual das áreas a serem oferecidas ao mercado para exploração florestal, por meio dos PAOFs - Planos Anuais de Outorga, nos quais as florestas devem ser descritas com ampla divulgação; **ii)** obrigatoriedade das Consultas Públicas e de mecanismos orgânicos de participação social nas decisões sobre os usos das florestas públicas por meio das Comissões Nacionais e Estaduais que reúnem representantes de representações de comunidades, empresas e Estado; **iii)** prioridade de destinação das florestas públicas para as comunidades locais, quando habitadas por elas. Nenhuma concessão deve ocorrer sem que as florestas comunitárias no entorno das áreas

destinadas a concessões estejam regularizadas; **iv)** controle social por meio dos Cadastros Nacional e Estadual de Florestas Públicas e por meio de mecanismos públicos de monitoramento dos contratos de concessão.

Por esta via, o processo de ordenamento florestal conduzido pelo Governo do Estado do Pará na região Mamuru - Arapiuns, criou novas instituições de mediação e um regramento jurídico apropriado para a gestão, envolvendo: **i)** a criação da COMEF – Comissão Estadual de Florestas, com representações das comunidades locais, das empresas, do Ministério Público Estadual, das instituições de pesquisa e ONGs de apoio local com a criação; **ii)** de medidas jurídicas suplementares para dar segurança ao trabalho de ordenamento (Área de Limitação Administrativa, criação de Reserva Estadual); **iii)** de uma estratégia de liderança do processo de reconhecimento de campo para identificar a situação social, ambiental, econômica e fundiária das áreas previstas para concessões, confluindo os estudos para o processo de licenciamento prévio; **iv)** de identificação dos conflitos de interesse estabelecidos e os atores em disputa pelo território (o lugar ocupado e o lugar pretendido); **v)** de reconhecimento dos direitos adquiridos; **vi)** de desenvolvimento de projetos de diagnósticos participativos e desenho de estratégias econômicas com as comunidades tradicionais da Gleba Nova Olinda I.

A COMEF se tornou a principal instância de discussão do ordenamento florestal respaldando o ordenamento territorial (fundiário, econômico, ambiental e sociocultural) mais amplo, sob a liderança do Ideflor. A COMEF decide sobre o

PAOF - Plano Anual de Outorga Florestal e o acompanhamento da sua implementação.

A falta de conhecimento sobre a região pelo Estado, a grande extensão territorial em questão e a dispersão dos seus habitantes, no interior das Glebas, foi um obstáculo, no início do ordenamento. Quem eram as comunidades, onde estavam realmente localizadas, sua relação com a área habitada, suas pretensões de regularização e os conflitos desencadeados ou latentes foram objeto de levantamentos de campo da equipe do Ideflor e pela contratação de estudos que também atenderiam aos ritos do Licenciamento Ambiental.

Uma pesquisa participativa na Gleba Nova Olinda I ⁷ mapeou as pretensões territoriais das comunidades e suas condições sociais, econômicas e ambientais. As comunidades indicaram ações de políticas públicas para o seu fortalecimento. ⁸ Porém, a crise fundiária assumiu o primeiro plano nas negociações. As organizações comunitárias rejeitaram qualquer apoio governamental de caráter econômico e social antes que a situação fundiária fosse resolvida. Esse impasse exigia do Estado uma capacidade de mediação junto aos segmentos internos de Governo, com vistas a apressar o trabalho de regularização fundiária pelo ITERPA-Instituto de Terras do Pará, num contexto em que outras regiões do estado também registravam conflitos e emergência de ordenamento.

⁷ Realizada pelo Ideflor, com apoio da Fundação Ford e executada pelo MPEG-Museu Paraense Emílio Goeldi.

⁸ Ver PROJETO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: Fortalecimento da economia agroflorestal e extrativista das comunidades na Gleba Nova Olinda, GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ/MPEG, 2009.

A institucionalização de espaços de construção de propostas foi uma medida adicional, com a criação de um Grupo de Trabalho reunindo a SEMA-Secretaria Estadual de Meio Ambiente, IDEFLOR e ITERPA ⁹, respectivamente os órgãos de meio ambiente, de gestão florestal e de regularização fundiária do Pará. Esta também se constituiu numa instância de negociação, visto que na esfera do poder público, também havia diferenças quanto às extensões de áreas destinadas e aos usos pretendidos: excetuando-se as áreas pertencentes às comunidades tradicionais e aos índios, em processo de reconhecimento, toda a área de florestas era disputada para novas UCs-Unidades de Conservação e/ou para concessões públicas e ainda destinações privadas.¹⁰

Tênue fronteira entre os conflitos rurais clássicos e o recorte socioambiental

O caso Mamuru-Arapuiuns pode ser retratado teoricamente como um caso clássico de conflitos, no campo na Amazônia, com ênfase na disputa por florestas e, por consequência, com repercussões ambientais. BARBANTI (s/d) considera que “*o recorte analítico de conflitos ambientais, ou conflitos socioambientais, não contribui para a correta interpretação de todas as dimensões envolvidas num conflito social, mas sim evita a compreensão teórica mais ampla das características essenciais desses conflitos sociais. Opta-se, então, pelo uso do termo conflitos (sociais) e meio ambiente*”.

⁹ Portaria Conjunta 001/2008, publicada no DOE 31174/23/05/2008.

¹⁰ Possibilitadas pelo Decreto Estadual 2.135/2010, que regulamenta a Lei 7.289/2009 e o Decreto-Lei Estadual no 57/1969 que trata da regularização das terras públicas pertencentes ao Estado do Pará.

Entre os aspectos que, no entender do autor seriam questões essenciais, estão problemas econômicos e sociais, entre outros, que não podem ser subsumidos na acepção ampla de conflitos socioambientais. Essas ponderações fazem sentido no caso estudado, pois o apego à terra e a defesa da floresta, não pode ser atribuído unicamente ao ideário socioambiental ou ao *ethos* de população tradicional¹¹ (extrativismo de subsistência). A própria forma de organização territorial (coletiva, individual ou comunitária), resulta, além de alinhamentos políticos internos, de oportunidades e acesso a informações e a influências de agentes externos que confluem para uma ressignificação do cabedal de interesses e de configuração do que se entende *lato senso* como identidade sociocultural.

Em alguns casos, as comunidades foram cooptadas pelas empresas e abdicaram do direito de manter seus vínculos de dominialidade sobre a terra e de sistemas de produção considerados tradicionais. Optaram pela regularização fundiária individual e isto representa uma racionalidade em que, nessa condição, é mais fácil para eles, negociar as terras posteriormente.

No caso Mamurú-Arapiuns está em questão, fundamentalmente, a insegurança fundiária das comunidades tradicionais, sob ameaça e oportunidade de garantir os seus direitos de uso da terra e florestas, nas condições em que sempre viveram ou sob relações socioeconômicas que envolve a presença de padrões, salários e novos projetos de vida.

Para efeito teórico e analítico, a questão territorial é tratada a partir da

combinação de aportes da geografia e da antropologia dado a complexidade do objeto. O conceito de território empregado neste trabalho se baseia em GOTTMANN (1973/2005), discutido por SAQUET (2010), na seguinte acepção:

o território designa uma porção do espaço geográfico sob jurisdição de certos povos, ou seja, significa distinção, separação e compartimentação, a partir de comportamentos geopolíticos e psicológicos (p.68).

O território é resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço, tanto jurídica como cultural e economicamente (p.69).

Os processos de territorialização explicados desta forma contribuem para a compreensão do comportamento dos grupos e os seus pleitos na disputa de territórios na região Mamuru – Arapiuns e possibilita também compreender o mosaico de interesses e as múltiplas escalas de dominialidade resultantes de como esses pleitos se territorializaram ou se reterritorializaram no processo de pactuação.

A complexidade das questões envoltas nos interesses dos grupos pode ser representado como um imbricamento de fatores inter-relacionados, formando um único corpo, um fenômeno orgânico na sua totalidade. A dinâmica territorial como ambiente de conflitos está representada na Figura 1.

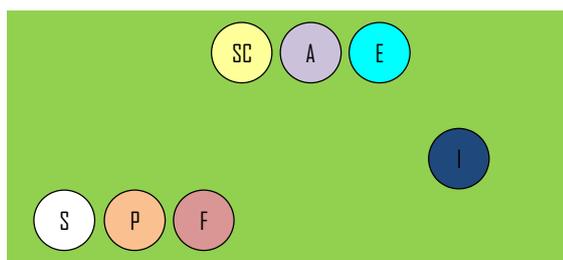


Figura 1 - Aspectos a serem considerados em um conflito. Em que: S-Social, E-Econômico, SC-Sociocultural, F-Fundiária, A-Ambiental, P-Política, I- Institucional.

¹¹ Ver Lei da Política de Povos e Populações Tradicionais.

Esses aspectos todos estão envolvidos no conflito, tornando sua amplitude bem maior que o que se procura explicar pela acepção do que se conhece na atualidade como socioambientalismo. O ambiente será reconfigurado em um recorte territorial que dependerá da correlação de forças e da capacidade de cada grupo externar e construir alianças em torno de seus interesses. Geograficamente, o desenho dependerá desse jogo.

Para uma compreensão mais complexa dos conflitos presentes na região, considera-se também que um “olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado”. (LITTLE, 2006).

A Gleba Nova Olinda I¹² se destaca na complexidade dos conflitos. As comunidades possuem laços familiares fortes, o que contribuiu para uma certa coesão interna. As 14 comunidades da gleba estão situadas às margens dos rios Maró e Aruã. Trata-se de uma região de grande beleza cênica, com rios de águas claras e longas extensões de praias de areia branca e fina. As florestas são ricas em espécies de grande valor econômico. Pesquisas minerais em curso dão conta da existência de jazidas de bauxita e outros minérios. Logo, trata-se de uma região de valor estratégico em termos de recursos

naturais, com localização favorável, pois está próximo ao porto de Santarém (PARÁ/MPEG, 2008).

Ao todo são cerca de 105 comunidades, sendo a maior concentração no município de Juruti, na gleba Curumucuri, com aproximadamente 65. Em geral têm suas origens em ocupações derivadas das economias extrativas seculares de borracha, pau-rosa e outros meios de sobrevivência baseadas em escalas familiares de produção e comercialização.

Fora do eixo da dominialidade comunitária, os grupos que conformam as novas frentes de ocupação abriram os acessos por terra, perfazendo cerca de 1.000 km em estradas madeireiras e para fins de controle territorial com vistas a outros usos futuros. O encontro desses novos pretendentes com as comunidades estabelecidas foi, desde o início, em ambiente de conflitos.

Entre os grupos empresariais e/ou especuladores que pleiteiam posses também há conflitos, mas há uma aliança de classe e de interesses setoriais em torno da economia florestal. A partir do rio Mamuru, as comunidades relataram frentes de ocupação no interior da Gleba Nova Olinda III, principalmente, por madeireiras do estado do Amazonas.

Nessa disputa multifatorial, os interesses econômicos sobre a base de recursos minerais, por terras e florestais da região, produziram uma cartografia de iniciativa dos grupos externos à região. Em contrapartida, os grupos locais também produziram uma cartografia que representava a concepção dominante sobre os usos do conjunto dos territórios. A COMEF estimulou que todos os grupos expusessem suas propostas de usos para o

¹² “Segundo o relatório do Iterpa (2007), quatorze comunidades ribeirinhas formam a Gleba Nova Olinda I, contabilizando 309 famílias e 1.304 pessoas em uma área aproximada de 172.905,413 ha (Tabelas 3 e 4). A Gleba está localizada na margem esquerda do rio Maró e margem direita do rio Aruã, distando cerca de 93 Km em linha reta da sede do município de Santarém” (IDEFLOR, 2009).

conjunto das áreas como metodologia de explicitação dos conflitos.

Configuração dos grupos e interesses explicitados

O envolvimento dos grupos com o conflito foi mensurado pela escala: alto; médio; indireto. Foram identificados trinta e sete (37) grupos que se alinham com posicionamentos relativamente coesos no conflito, tendo em seus pleitos questões de natureza agrária, econômica, social e cultural, primordialmente. O método participativo estabeleceu uma base de confiança ao processo de negociação. Vinte e quatro (24) grupos com alto envolvimento, quatro com envolvimento médio e sete com envolvimento indireto.

A ação política para atingir os objetivos de cada grupo foi marcada por movimentos de afirmação identitária, no caso das populações de habitantes antigos (como os grupos que reivindicam reconhecimento como Terra Indígena), ocorrendo com maior frequência entre aqueles que interagem com mediadores de representação social mais ampla, poder público ou organizações não governamentais, como por exemplo, os STTR-Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e CPT-Comissão Pastoral da Terra.

O recurso do reconhecimento identitário não foi utilizado pelos habitantes das comunidades do rio Mamuru, que se encontravam distantes da influência dos mediadores. Por esta via, percebe-se que a afirmação de identidade num processo de conflito pode ter um caráter político mais proeminente do que a defesa de aspectos étnicos ou socioculturais internos. As questões ambientais surgem mescladas nas demais, subsumidas no interesse imediato

de assegurar a territorialidade econômica, social e jurídica. Cada grupo desenvolve uma racionalidade própria de defesa de seus interesses, em que um ou outro desses aspectos adquire relevância.

Os pretendentes a novos reconhecimentos territoriais recorreram a outras formas de legitimação como a afirmação de direitos sobre posses e florestas que exploravam antes da Lei 11.284/2006; recorreram também a um programa “modernizante” para o “desenvolvimento” da região e a promessa de que sua presença na área é benéfica por gerar empregos para as comunidades; defenderam o direito de utilizar as florestas estaduais conforme a nova legislação para o fornecimento de matérias-primas legalizadas. No quadro de interesses desses grupos identificados, no conflito territorial da região Mamuru-Arapiuns, a questão econômica tem uma posição central.

Alianças constituídas no processo de ordenamento territorial

Durante o processo de ordenamento territorial, foram formadas várias alianças entre os grupos envolvidos nas discussões, por blocos de grupos ou individualmente. Trata-se de uma movimentação de busca de apoios. Os principais podem ser descritos da seguinte maneira:

- a) **Lineares:** entre os grupos que defendem posições coerentes com seus interesses por todo o percurso das negociações. Por exemplo: *comunidades que defendem titulação coletiva*. Inclui-se nessa categoria a aliança com as representações formais como STTRs - Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores

Rurais dos municípios de Santarém, Aveiro e Juruti; proprietários permutados e as representações das empresas madeireiras, como AIMEX; setor empresarial incluindo portadores de direitos a contratos de transição e, posteriormente, com empresários com direitos a permutas.

- b) **Transversais:** entre os grupos de alianças lineares e apoiadores externos (instituições públicas e/ou ONGs). Caso de alianças com a posição manifesta no processo de negociações pelo Ministério Público Estadual e/ou ONGs como CPT e Projeto Saúde e Alegria. Inclui-se também a aliança manifesta ou velada das prefeituras; ou ainda, a aliança empresarial com setores do Governo que permitiu a decisão de alocar os novos permutados na região Mamuru-Arapiuns, contrariando pactuação contrária na COMEF.
- c) **Assimétricas:** entre grupos por princípio, diametralmente opostos, que se realinham no processo de negociações em torno de novos interesses pactuados entre si. Caso das comunidades que se dividiram¹³ em função de possíveis acordos com empresas madeireiras ou outros grupos especuladores¹⁴; caso também das comunidades que, pelos mesmos motivos, desistiram de titulações

coletivas, optando por direitos individuais.

A construção dessas alianças representou um esforço muito complexo por parte dos grupos e repercutiu fortemente, nos espaços territoriais institucionalizados, no resultado do ordenamento. A Gleba Curumucuri, onde a maior parte da ocupação está concentrada nas várzeas e na zona de transição ao sul da Gleba, deixou fora de suas reivindicações grandes extensões de áreas florestais¹⁵. A questão do reconhecimento pela *dominialidade*, nem sempre presente na essência das reivindicações dos grupos, também tem relevância nessa análise, vistas como: i) *Reais* como da comunidade de Vista Alegre, que abriu mão de uma dominialidade de fato e juridicamente instituída para atender a novos acordos com os vizinhos; ii) *Por direitos culturais e constitucionais* como o reivindicado pelos indígenas, em processo de reconhecimento, ao estender suas pretensões sobre as áreas tituladas em nome de empresas de permutados; iii) *Subordinadas* como no caso das comunidades do rio Mamuru, espremidas nas áreas que lhes restaram pelo apossamento de fazendas e ocupações madeireiras, as quais não lhes garantiria espaço de reprodução social. Nesse caso, o processo de ordenamento ampliou suas áreas de dominialidade, a partir do seu reconhecimento como populações tradicionais; iv) *Econômicas pluri-territorializadas*, como o caso dos grupos empresariais que se beneficiarão de toda a área florestal titulada em nome de privados (assentamentos com títulos individual,

¹³ Conforme Decreto Estadual 1.592/2009.

¹⁴ Recorreram da decisão do Estado em destinar a elas cerca de 23 mil hectares e solicitaram, após publicação de decreto, pedindo a redução para 5 mil hectares;

¹⁵ Ao final das negociações, 1.762 famílias desta gleba tiveram 122.749ha97a65ca em projeto de assentamento, conforme Decreto Estadual 2.347/2010.

contratos de transição, permutados e áreas e concessão florestal).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo analisar trajetórias recentes, porém de natureza estrutural, de especulação sobre terras e florestas públicas na Amazônia e o impacto dos marcos legais de gestão de florestas como instrumento, na promoção do ordenamento territorial, estabelecendo um novo referencial para o uso sustentável de bens ambientais e de governança de políticas públicas.

Questões que se configuram como conflitos socioambientais merecem análises mais profundas que captem os problemas de forma mais abrangente. Este artigo analisa a estratégia dos grupos e seus pleitos de dominialidade, as alianças e a metodologia de participação social utilizada pelo Governo do Estado do Pará com vistas à pactuação de destinação de áreas de florestas, na região Mamuru-Arapiuns, utilizando como instrumento, a Lei de Gestão de Florestas Públicas e um conjunto de instrumentos que permitem a participação social, na resolução deste tipo de conflito. Porém, a solidez das pactuações dependem muito mais da força da organização local, quando se trata de garantir direitos de populações mais vulneráveis, pois o Estado apresenta vulnerabilidade ao conjunto das pressões.

Mesmo com dificuldades, a experiência de ordenamento florestal e territorial da região Mamuru-Arapiuns demonstrou que o Estado e a sociedade dispõem atualmente de instrumentos de gestão que lhes permite acompanhar o desenvolvimento dos acordos pactuados, rever decisões de forma coletiva e repactuar quando necessário. Nesse cenário, setores

organizados da sociedade da Amazônia passam a exercer protagonismo local sobre os destinos de seus recursos ambientais e sobre a base econômica florestal oriunda de florestas públicas e comunitárias. O embate de forças econômicas e políticas agindo, nas arenas de disputas territoriais, continua e cada vez mais forte. A diferença é que se dispõe atualmente de instrumentos jurídicos e institucionais que servem para que Estado e Sociedade encontrem caminhos que beneficiem um projeto de sustentabilidade pactuado entre as principais forças políticas que decidem os usos dos territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBANTI, O. **Conflitos socioambientais: teorias e práticas**. Disponível em: <<http://www.uni-tuebingen.de/egwinfo/susam/download/barbanti.pdf>>. acesso em: 13 abr. 2011.
- CASTRO, E. MONTEIRO. R. e CASTRO, C. P. **Atores Sociais na Fronteira mais avançada do Pará - São Felix do Xingu e a Terra do Meio**. Papers do NAEA (UFPA), Belém, 2005.
- _____. Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na Rodovia Cuiabá-Santarém. Papers do NAEA (UFPA), Belém, 2005.
- LITTLE, P. **A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas**, Horiz. antropol. vol.12 no.25 Porto Alegre Jan./June 2006.
- MONBEIG, P. **Pioneiros, e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998.
- MONTEIRO, R. **Dinâmicas Socioambientais e Tendências Urbanas e Rurais na Amazônia: estudo dos municípios de Juruti, Santarém e Brasil Novo no Pará**, Relatório de Pesquisa, Fundação Ford, Rio de Janeiro, 2004, 33.p.
- MCT/INPE - **PROJETO GEOMA (Modelagem de Usos da Terra e Dinâmica Populacional – LUCC), Dinâmica Territorial Socioambiental das Frentes de Ocupação e Áreas Consolidadas: o Caso da Região de Marabá**, Relatório de Pesquisa, MPEG, INPE e UFPA: Belém, 2003.
- SAQUET, M.A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- VALBUENA, R. Les dynamiques territoriales associées au soja et les changements fonctionnels en Amazonie. **Le cas de la région de Santarém, Pará, Brésil**, Confins, Revista Franco Brasileira de Geografia, No 5, 2009.

Governança territorial e participação social: análise do colegiado de desenvolvimento territorial do Baixo Amazonas – Pará*

Lays Diniz dos SANTOS**
Daniela Cardoso de SOUZA***
Izaura Cristina Nunes Pereira COSTA****
Elen Cristina da Silva PESSÔA*****

RESUMO

Com o advento do processo de descentralização político administrativo observado nas últimas décadas, a discussão sobre as novas formas de gestão tem ganhado evidência, principalmente, as governanças baseadas na gestão social. Assim, este trabalho analisa o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas- Pará, almejando verificar o exercício de sua gestão participativa, a qual lhe configura a característica de governança territorial democrática, bem como avaliar a participação dos atores envolvidos nesse processo. Para isso, realizou-se pesquisa e revisão bibliográfica sobre as categorias de governança e gestão social/participativa, em relação a atuação do Colegiado, além de pesquisa documental junto ao mesmo e entidades governamentais. No Território do Baixo Amazonas, o colegiado articula ações de modo coletivo, demanda e avalia políticas pensadas de acordo com suas especificidades, visando o desenvolvimento sustentável e mitigação das disparidades existentes. Com base na análise dos dados, vislumbra-se uma grande participação da sociedade civil organizada, representadas por associações, cooperativas, sindicatos, dentre outras. A participação do poder público nas plenárias, ainda se faz relativamente baixa quando relacionada a quantidade de municípios que compõem o território.

INTRODUÇÃO

O Brasil, por um longo período, foi um país marcado por processos centralizadores de poder. Tais processos podem ser evidenciados através da análise de seu percurso histórico, no qual se

implementou golpes militares, governos ditatoriais, entre outras disposições em detrimento do bem-estar social. Entretanto, nas últimas décadas tem se observado uma mudança significativa, nesse cenário, com o fortalecimento da democracia e descentralização de políticas públicas.

Com isso, novas formas de se pensar a gestão pública se configuram, aqui se ressalta a gestão social, a participação e a governança como modelos indispensáveis que devem se fortalecer e gerar o empoderamento da sociedade civil para que assim, ocorra um estreitamento de relações entre entes governamentais e sociais, sendo essa expressão utilizada não só na perspectiva de uma sociedade civil organizada, mas de forma global.

Outro fator determinante para efetivar a mudança do cenário socioeconômico brasileiro, refere-se à formulação de

* Trabalho apresentado no IX Congresso Nacional de Administração (CONSAD) de Gestão Pública, no Painel Sobre Experiência de Governança Democrática, realizado em Brasília no período de 08 a 10 de junho de 2016.

** Discente do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Bolsista do Núcleo de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas (NEDET). Email: lays_d@hotmail.com

*** Discente do Curso de Ciências Econômicas.

**** Docente do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Dra. Desenvolvimento Socioambiental do Trópico Úmido. Coordenadora do NEDET. E-mail:geoiza@yahoo.com.br

***** Docente do Curso de Ciências Econômicas. Mestra em Planejamento do Desenvolvimento. Email: elenpeessoa@yahoo.com.br.

iniciativas articuladas na intenção de melhorar a elaboração e implementação de políticas públicas, tendo como base as especificidades de cada região ou território. Assim, busca-se ainda, analisar a crescente abordagem do desenvolvimento territorial, preconizada por propostas de reformas no plano governamental e que ganhou contornos mais fulgentes com a fixação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

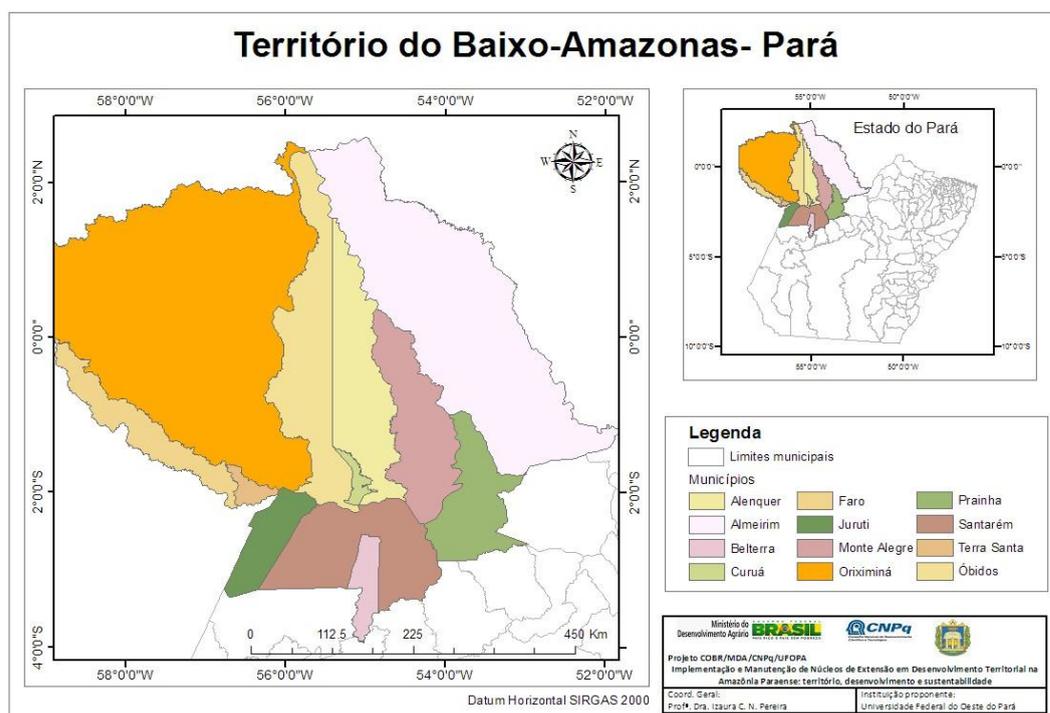
Ressalta-se que esse artigo é fruto de pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas (NEDET BAM), o qual foi implementado por meio das parcerias entre a SDT/MDA, CNPQ e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), como base em uma proposta de desenvolvimento territorial e fortalecimento do Colegiado de Desenvolvimento Territorial e das práticas de extensão e pesquisa.

Para tanto, esse trabalho está dividido em três partes iniciais abarcando além desta introdução, os objetivos e metodologia utilizada e as conclusões. Em um segundo momento, abrange a discussão teórica e analítica realizada a respeito das categorias de gestão social, governança e sua

abordagem territorial, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas (CODETER BAM), objeto desta pesquisa, e a explanação a respeito da participação de seus atores.

Este trabalho faz uma análise do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas - Pará, buscando verificar o exercício de sua gestão participativa, a qual lhe configura a característica de governança territorial democrática, bem como traçar e avaliar a participação dos atores envolvidos, nesse processo o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas – Pará o objeto dessa pesquisa, faz-se necessário uma breve análise da área desse território, que abrange doze municípios, sendo eles, Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Jurutí, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.

O Território do Baixo Amazonas, abrange uma área de, aproximadamente, 317.273,50 Km², com uma população total de 678.936 habitantes, sendo que 271.161 vivem na área rural, correspondendo a 39,94% do total. Possuem 23.659 agricultores familiares, 36.787 famílias assentadas, 20 comunidades quilombolas e 20 terras indígenas. Seu Índice de Desenvolvimento Humano médio é 0,71. (SIT/MDA, 2015).



Fonte: Projeto NEDET- BAM, 2014.

Esse território possui um caráter visivelmente rural, sendo que o mesmo, durante o período de atuação do Programa Territórios Rurais, foi enquadrado como um dos cinco territórios rurais implementados, no estado do Pará, no entanto, atualmente se configura como Território da Cidadania, assim como os outros territórios rurais que se encaixavam nos critérios estabelecidos para escolha no novo Programa, os quais são baixo IDH, maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária, concentração de populações quilombolas, indígenas e de pescadores, entre outros.

Com relação a aspectos metodológicos, inicialmente, realizou-se pesquisa e análise bibliográfica das categorias teóricas de governança e gestão social, prezando-se pela utilização de obras dos principais teóricos das áreas, como base para fundamentação e compreensão da temática, sendo todas abordadas neste trabalho com relação ao Colegiado de

Desenvolvimento Territorial (CODETER BAM/PA).

Em um segundo momento, efetuou-se pesquisa documental junto ao CODETER BAM/PA, através da qual, foi possível ter acesso às atas, listas de frequência e relatórios das cinco plenárias efetivadas durante o período de 2014 a 2015, sendo que 4 dessas ocorreram no município de Santarém e uma em Mojuí dos Campos, no Estado do Pará. Essa metodologia foi seguida com o intuito de observar a forma de gestão e participação dentro do colegiado.

Além dos documentos citados acima, buscou-se explorar outros documentos, como os produzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no âmbito de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e do Programa Territórios da Cidadania, e do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET).

Após coletados todos os dados, executou-se a sua análise e sistematização,

para observar a participação dos atores no colegiado. Desse modo, utilizou-se da estatística descritiva, em que primeiramente foi elaborado o percentual de participação dos grupos que compõem o colegiado (sociedade civil e poder público) referente aos dias que compareceram nas plenárias, no período de 2014-2015, mas apesar de terem ocorrido cinco plenárias, totalizaram-se oito dias, devido algumas se fazerem em mais de um dia. Logo, a partir do percentual de frequência de cada grupo nas plenárias, elaborou-se a média da participação por grupo (associações, cooperativas, sindicatos, poder público e outras entidades), resultando numa análise geral da participação nas plenárias.

2 GESTÃO SOCIAL PARTICIPATIVA

Durante um longo período, o Brasil esteve à margem de um governo centralizador de poder, antidemocrático e supressor dos direitos constitucionais, em função da ditadura militar que se implementou no país, no decorrer dos anos de 1964 a 1985. Além disso, outro fator contribuiu para esse cenário: a crise econômica do Estado, com o endividamento público decorrente das dívidas adquiridas no exterior.

De acordo com Araújo (2010), a partir disso o Estado se fez menos presente economicamente em benefício da sociedade e, com o avanço da onda liberal, as privatizações, corte de gastos públicos, entre outras iniciativas são justificadas em favor do pagamento da dívida estabelecida, sendo assim, muitas políticas públicas são descontinuadas e se colocam como não prioritárias para o governo.

Essa conjuntura começa a mudar nos fins da ditadura militar e início da década de 1990, com o advento de um processo de

redemocratização e descentralização político-administrativo do país, onde novas formas de gestão se evidenciam na formulação e implementação de políticas públicas, buscando a redução das desigualdades socioeconômicas, aproximação dos entes da sociedade civil junto aos governamentais, e uma maior participação desses atores (ARAÚJO, 2010).

Nessa perspectiva, uma dessas novas práticas de gestão que vem ganhando maior visibilidade é a gestão social. No entanto, apesar da grande disseminação de conhecimento sobre essa temática, nas últimas décadas, alguns autores afirmam que a gestão social ainda é um conceito em construção, devido a utilização de suas abordagens por vezes em alguns momentos de forma diversificada e por outros consonantes, fazendo-se necessária uma maior contextualização do assunto.

Com isso, busca-se compreender a gestão social de acordo, principalmente, com as perspectivas de Guilherme Tenório, atuante desde 1990 no Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS, vinculado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE da Fundação Getúlio Vargas – FGV, e de Tânia Fischer, grande estudiosa da área que liga a questão da gestão social com a do desenvolvimento.

Tenório (2005) aborda a gestão social, inicialmente, por meio do estudo de quatro categorias de palavras, sendo elas, Estado- sociedade, capital- trabalho, gestão estratégica e gestão social, além de utilizar a de cidadania deliberativa como a que exerce relação direta com as anteriores, ainda opta por uma metodologia de inversão das primeiras para sociedade-Estado e trabalho- capital.

Não cabe aqui, detalhar esmiuçadamente essas categorias, torna-se

relevante apenas a explicação de que o autor empregou a permutação das palavras na tentativa de ressaltar a importância e o protagonismo da sociedade civil e do trabalho nessas relações, sem a intenção de minimizar o papel do Estado e do capital, acrescentando-se posteriormente mais uma, a de sociedade-mercado, buscando abranger o debate.

A cidadania deliberativa significa para Tenório (2005, p. 105) de modo direto “que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum”.

Nesse contexto, a gestão social é tida como uma forma de gerência, onde os participantes exercem a tomada de decisão com relação na ação a ser desenvolvida, de forma coletiva, nenhum desempenhando maior influência que o outro e o adjetivo “social”, correspondente a esse conceito, ganha um caráter de local onde as relações se efetivam com todos os atores tendo direito a voz e participação (TENÓRIO, 2005)

Enquanto para Fischer e Melo (2006, p. 17) “a gestão social pode ser definida como aquela orientada para o social (enquanto finalidade) e pelo social (enquanto processo), norteadas por princípios de ética e solidariedade”. Assim a autora concebe que ao se acrescentar tal adjetivo à gestão, está implícito sua razão de ser, que é a sociedade e os impactos causados por ela.

Buscando-se compreender melhor a gestão social, Tenório (1998) realiza uma análise entre essa e a gestão estratégica, a qual, conforme o autor, é realizada com base em um funcionamento tecnocrático determinado pelo mercado empresarial, existindo uma imposição do Estado sob a

sociedade e portando uma estrutura hierárquica visível, onde um dos gestores possui autoridade em função dos outros, visando uma competência técnica e pré-determinada, havendo para cada problema apenas uma solução correta.

A gestão social, por sua vez, vem contrapor essa concepção de gestão estratégica “na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (TENÓRIO, 1998, p. 16). Observa-se que enquanto na gestão estratégica prevalece o monólogo e o lucro, na gestão social é o diálogo e a participação.

Reafirmando as concepções já contextualizadas, França Filho (2008) assegura que na gestão social o Estado não é o único dirigente na tentativa de suprir as reivindicações da sociedade, sendo que a própria, por meio de diversas formas de auto-organização, em especial o associativismo, pode exercer esse papel, contribuindo para a democratização das decisões.

Nota-se com o estabelecimento dessa gestão, que a sociedade civil ganha papel de grande relevância na tomada de decisões, realizando um estreitamento de relações com o Estado e gerando a aproximação do poder público com o corpo social, para que assim, haja melhor efetivação das políticas públicas, pensadas segundo a realidade socioeconômica da escala pretendida.

Seguindo esse raciocínio, Fischer(2006) trabalha com as expressões “gestão do desenvolvimento social” e “gestão social do desenvolvimento territorial” por acreditar que a gestão social não é resultado de processos descontextualizados, mas sim ancorados

territorialmente e orientados para o desenvolvimento.

Essa visão tem se fortificado e tornado cada vez mais presente na realidade brasileira, devido as iniciativas do governo em enquadrar as políticas públicas ou programas na perspectiva dessa gestão, um exemplo disso é observado com a implantação do Programa Territórios da Cidadania - PTC, 2008, o qual se insere a importância da participação social, na junção de ações entre o governo, estados e municípios para alcançar os objetivos propostos pelo programa.

A gestão social dos Territórios da Cidadania, de acordo com PTC (2010) é realizada por meio de três instâncias, sendo elas, o Comitê Gestor Nacional; Comitê de Articulação Estadual e o Colegiado Territorial, os quais serão abordados posteriormente nos próximos tópicos.

Depreende-se então que a gestão social se vincula a ideia de que a sociedade pode e deve exercer o seu protagonismo no processo de decisão e deliberação de ações que objetivem a melhoria da qualidade de vida e ou do desenvolvimento socioeconômico de maneira sustentável, tendo em vista que esses atores possuem o conhecimento da realidade e dos problemas em seu entorno, podendo assim, favorecer a eficiência administrativa e o êxito na finalidade das políticas públicas.

3 CARACTERIZAÇÃO DA GOVERNANÇA E DE SEU ASPECTO TERRITORIAL

Acompanhando o processo de disseminação da gestão social e o novo cenário em formação, as concepções de governança também se estabelecem no Brasil. Segundo Schiavinato (2009, p. 6) “o conceito emergiu junto com a ideia de

descentralização e cujo o momento era de crise do capitalismo, globalização e de reestruturação do Estado (Estado mínimo)”. Ou seja, manifestou-se basicamente no mesmo período em que aconteceu o processo de redemocratização, que proporcionou maior protagonismo aos atores da sociedade civil.

Com relação ao aspecto da globalização, caracterizado por Araújo (2010) pelo encadeamento de uma homogeneização, em sentido de colocar em padrões globais os aspectos econômicos, sociais, produtivos e culturais, estimulou conforme Gonçalves (2005, p.4) “a discussão sobre os novos meios e padrões de articulação entre indivíduos, organizações, empresas e o próprio Estado, deixando clara a importância da governança em todos os níveis”

Segundo Diniz (1995, *apud* GONÇALVES, 2005) o Banco Central se consolida como principal precursor do tema ao refletir a expressão *governance*, buscando melhorar o debate sobre o que torna o Estado eficiente, proporcionando a abrangência da ação Estatal focada em caráter puramente econômico para um que abarca as extensões sociais e políticas, acentuando assim, a maneira como é exercido o poder governamental.

Por se tratar de um conceito relativamente novo, também aplicado em campos e denotações variadas, muito ainda se desconhece ou causa confusão de sentidos. Portanto, busca-se nesse trabalho, tratar das concepções sobre governança, na perspectiva utilizada, e suas distinções com o termo “governabilidade”, devido essas apreciações se fazerem derivadas, causando dificuldades na realização da diferenciação, pretendendo-se ainda destacar a relação da abordagem territorial nessa formação.

A governabilidade pode ser entendida a partir de três características iminentes a ela, as quais são, na abordagem de Diniz (1995 *apud* Gonçalves, 2005) capacidade governamental na detecção de problemas e formulação de políticas, visando sua solução; habilidade de administração de recursos ou ações que viabilizem a execução e implementação dessas políticas e a capacidade de liderança do Estado. Desse modo, o uso da expressão “governabilidade” está relacionada ao Estado e às atribuições necessárias para o exercício de seu poder.

Já a governança, com base em Santos (1997), vai para além do plano Estatal, seus mecanismos gerenciais e administrativos e seu funcionamento eficaz, incluindo os demais padrões de articulação e cooperação existentes da sociedade em todas as esferas, ou seja, não se integra apenas as tradicionais e mais conhecidas vinculações de interesses como por exemplo, partidos políticos e grupos de pressão, mas também, redes informais, associações, cooperativas, dentre outros, constituindo-se assim, nos meios e processos para o alcance de resultados positivos.

Outra relação de grande importância é a entre governo e governança, sobre a qual Rosenau (2000, p. 15- 16) expõe que:

Governança é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas.

Rosenau (2000) entende o governo como aquele que possui autoridade formal e força de polícia, garantindo a

implementação de políticas instauradas, enquanto a governança possui como fins objetivos comuns que nem sempre se apresentam com responsabilidades legais, fundadas formalmente e não precisam, em geral, do uso de poder policial para se impor.

Necessita-se salientar que a governança não é uma proposta de ação própria e somente da sociedade civil, buscando espaços mais significativos de participação e poder, mas sim a união dessa com o Estado, objetivando maiores soluções às deficiências vivenciadas por todos. Entretanto, torna-se inegável a importância das iniciativas dos atores não-estatais para o desenvolvimento da ideia e da prática da governança (GONÇALVES, 2005).

Observa-se que a fixação do modelo de governança e o fortalecimento da participação social, além das novas formas de gestão de políticas públicas que vêm surgindo nas últimas décadas, com olhar especial para a trabalhada nesse trabalho, a gestão social, possuem como objetivo principal propiciar o desenvolvimento de forma sustentável, por meio de procedimentos descentralizados.

Com o advento da abordagem territorial do desenvolvimento no Brasil, a qual foi impulsionada, inicialmente, em função dos processos de descentralização de políticas, da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf, em 1996, do Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, em 1999, e posteriormente, no ano de 2003, de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, ocorre significativa valorização dessa escala, ocasionando no aumento de diversas políticas públicas e programas voltados para esse âmbito.

O MDA (2005) enfatiza a abordagem territorial como uma estratégia justificável na busca pelo desenvolvimento dos territórios rurais de forma sustentável, tendo em vista que essa modalidade considera os territórios rurais para além da agricultura, pois o que os define são suas características espaciais e não seu setor econômico predominante; essa escala territorial se apresenta ainda, como a melhor opção devido a amplitude da escala estadual e, por sua vez, as limitações da municipal; um terceiro ponto é o recente processo de descentralização das políticas públicas, o qual tem atribuído novas competências ao local, enfim, a última justificativa é pelo o território se caracterizar como espaço propiciador de iniciativas voltadas ao desenvolvimento, uma vez que os laços de proximidade efetivados entre os atores envolvidos facilitam sua melhor mobilização e articulação em busca dos objetivos.

Seguindo esse caráter desenvolvimentista, novas governanças territoriais foram criadas, como exemplo, cita-se aqui o Colegiado de Desenvolvimento Territorial - CODETER, como uma de grande importância na iniciativa de gerar desenvolvimento e mitigar as disparidades socioeconômicas presentes no território.

4 O COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO BAIXO AMAZONAS PARÁ (CODETER – BAM/PA)

No final da década de 1990, ocorre a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) que é o órgão colegiado estruturante do Ministério do

Desenvolvimento Agrário, sendo uma das primeiras manifestações no sentido de buscar um espaço plural de articulação, objetivando políticas mais eficazes dentre a diversidade regional existente no Brasil e, principalmente, do rural, que por muito tempo foi considerado como local atrasado, onde as políticas não atingiam a sua realidade, assim, o conselho se embasa no tripé do desenvolvimento rural, reforma agrária e agricultura familiar (MDA, 2016). A partir do ano de 2003, esse Conselho sofre uma alteração na sua nomenclatura, perante o decreto de nº 4.854, passando a se denominar de CONDRAF, devendo-se essa mudança ao fato de se buscar enfatizar as políticas de responsabilidade do MDA trabalhadas neste conselho que são referentes à reforma agrária e à agricultura familiar. Este órgão tem como principais atribuições: apoiar as redes de colegiados; considerar como foco de políticas os territórios; incentivar o desenvolvimento rural; avaliar, monitorar e adequar as políticas públicas, diante da realidade da região; diminuir as desigualdades sociais e econômicas; e subsidiar e aprimorar os mecanismos de fiscalização e controle social na dinâmica estadual, territorial e municipal; entre outras disposições.

O CONDRAF propõe o desafio da realização de uma gestão social nos territórios, na intenção de dar luz ao surgimento de espaços de diálogos e planejamento que se qualifiquem como fóruns ou colegiados horizontalizados, fomentando a representatividade e o controle social de políticas públicas, onde ações são pactuadas em prol do desenvolvimento, execução da cidadania e cooperação entre os grupos sociais e os municípios (MDA, 2014).

O CODETER, segundo a resolução nº 48 e 52 do CONDRAF, possui

direcionamentos voltados para articulação de ações, visando a gestão e o planejamento da região de forma coletiva, inclusão social e pluralidade, monitoramento de políticas, fortalecimento das institucionalidades territoriais, bem como a construção de redes possibilitadoras da interação e integração territorial, além da execução de medidas que priorizem a participação de grupos, anteriormente marginalizados (indígenas, quilombolas, produtoras rurais, entre outros).

Ademais, o colegiado é constituído pelas seguintes instâncias: Plenário, Núcleo diretivo e câmaras temáticas. O plenário é seu órgão de deliberação máxima, pois é nele que as decisões, estratégias e as articulações de forma equitativa e plural do território se direcionam para o desenvolvimento territorial. Já ao núcleo diretivo, cabe coordenar as tomadas de decisão ou encaminhamentos realizados em plenário. Logo, o núcleo técnico está relacionado a parte técnica do colegiado e, por último, temos as câmaras temáticas ou comitês de acompanhamento, cujos papéis variam conforme a realidade e demanda de cada território, ressaltando que este é criado junto a instância do plenário (Resolução nº 48 e 52, 2004-2005).

Conforme a resolução nº 48 do CONDRAF, o colegiado territorial é formado paritariamente, onde a sociedade civil organizada, composta por sindicatos, associações, cooperativas entre outros, deve preencher no mínimo 50% das vagas do colegiado, já o poder público conta com no máximo de 50%, desta, procurando dessa forma uma representação e equidade entre as esferas civis e pública.

O CODETER se mostra como executor de uma gestão social/participativa, prezando pela pluralidade e intersetorialidade. Neste sentido, a

implantação desses colegiados, em territórios amazônicos, especificamente, no Baixo Amazonas- PA, são considerados marcos de grande significância, dado ao desenvolvimento predatório decorrente desde a época da colonização seguida pela pernicioso marginalização de grupos sociais.

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas (CODETER) é um espaço de articulação, discussão, cooperação, planejamento, controle social, deliberação de ações do território do Baixo Amazonas relativas ao sistema de produção familiar, a infraestrutura, a educação, a cultura, a saúde aos direitos humanos, garantindo, desta forma, o desenvolvimento sustentável das atuais e futuras gerações. (CODETER BAM, 2014).

Como exposto, no regimento interno do CODETER- BAM, o objetivo é identificar e discutir as demandas da região, encaminhando-as em forma de medidas, projetos ou políticas, apoiando a socialização entre as entidades do território a fim de possibilitar a transparência de informações e a partilha de conhecimentos, buscando ainda, incentivar a sustentabilidade e a inclusão social, propondo e implementando projetos baseados na agroecologia; além de monitorar e planejar políticas visadas pelo território.

Esse colegiado foi rearticulado, em 2014, por meio de uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário, que vislumbrou a implementação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial- NEDET, em diversos territórios, sendo o do Baixo Amazonas, um dos contemplados, tendo a Universidade Federal do Oeste do Pará vinculada a esse NEDET, o qual possui a

finalidade de assessorar o colegiado, de forma técnica e administrativa, nos processos de monitoramento e avaliação de políticas públicas que visam o desenvolvimento territorial sustentável.

Nesse mesmo ano foram estruturadas as câmaras temáticas do CODETER BAM, onde com base na análise da ata da segunda plenária de 2014, se constituíram em câmaras de Cultura e Turismo; Regularização Fundiária, Agrária e Ambiental; Educação no Campo; Casa Familiar Rural; Pesca Aquicultura e Agricultura Familiar e de inclusão produtiva.

Através dessa nova composição de câmaras temáticas, visualiza-se uma conjuntura favorável à construção de potencializações ou políticas públicas voltadas as especificidades regionais e econômicas do território, consolidadas por meio da gestão social participativa e do firmamento dessa governança Colegiada, em prol do desenvolvimento territorial sustentável.

4.1. Participação dos atores envolvidos

A participação social se qualifica nessa arena democrática e de governança, que é o colegiado, como forma de intervir diretamente na realidade do seu território. De acordo com o 29º Boletim do Instituto Pólis (2008), a participação da sociedade nos diálogos sobre ações, programas e políticas públicas realiza o controle social, sendo esse crucial para que se tenha efeitos maiores sobre a população local, além de fiscalizar a alocação de recursos públicos (SERAFIM; TEIXEIRA, 2008).

O protagonismo social se reflete na participação dos entes da sociedade e sua diversidade na tomada de decisão que anteriormente era restrita e direcionava-se

apenas ao governo, no entanto, o estado democrático incorporado a partir da constituição de 1988, compartilha a gestão local, municipal, territorial com a sociedade civil organizada e é nesse contexto que o CODETER BAM vem propondo o aprimoramento de ações e dos entes, nessa dinâmica de decisões, no território.

O colegiado do Baixo Amazonas é composto de associações, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais, poder público entre outros, desta forma, caracterizando-se em ação estratégica, tanto para o controle social e o desenvolvimento da região e de suas potencialidades, quanto para a aproximação da realidade desta sociedade com o governo, para políticas públicas mais eficazes, sendo também por isso, que se utiliza o território não apenas em sentido de delimitação de espaço, mas para facilitar o processo de articulação.

Durante os anos de 2014-2015, ocorreram cinco plenárias que debateram desde a rearticulação do CODETER-BAM, a apresentação da assessoria do Núcleo de Extensão Territorial do Baixo Amazonas da Universidade Federal do Oeste do Pará - (NEDET BAM-UFOPA), demandas de cada município, estruturação das câmaras temáticas, atualização do regime interno do órgão, debate sobre a matriz de programas do território da cidadania, entre outras ações.

Ademais, é nessas plenárias que se evidencia a governança democrática e sua diversidade, no território do Baixo Amazonas, os atores envolvidos no colegiado, refletem a pluralidade da Amazônia e de suas relações sociais instituídas no decorrer do tempo, consolidadas por meio de lutas em busca de cidadania e inclusão social, como é o caso de associações quilombolas, de mulheres e

trabalhadoras rurais e dos agricultores familiares.

Para analisar a participação dos atores envolvidos, nesse processo, buscou-se observar a frequência dos mesmos em cada plenária, visando assim delinear a real representatividade da sociedade civil e do poder público. Abaixo, visualiza-se a frequência da participação destes nas cinco plenárias ocorridas.

A) Associações

No colegiado, visualiza-se um grande número de associações participantes, sendo estas organizações de cunho coletivo como

de produtores e de extrativismo rural, de quilombolas e mulheres que almejam direitos, oportunidades e melhores condições de vida. No colegiado, participam 28 associações, onde a que tem maior participação é a Associação de Quilombolas de Prainha com 87,5% de frequência nas plenárias, seguida com 62,5% pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativista da Pesca Artesanal de Alenquer - ASPROEXPA, porém, observa-se a ausência de associações do município de Faro, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Frequência das Associações

ASSOCIAÇÕES	CIDADE	FREQUÊNCIA %
ASSOCIAÇÃO HORTOFLORESTAL	Monte Alegre	37,5
AOMT-BAM – Associação das Organizações de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas	Santarém	12,5
ASFEBEL – Associação Feminina de Belterra	Belterra	25
ASPROEXPA – Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativista da Pesca Artesanal	Alenquer	62,5
ACPRRE – Associação Comunitária de Produtores Rurais do Rio Erepecuru Oriximiná	Oriximiná	25
ARCAFAR – Associação de Casas Familiares Rurais do Pará	Oriximiná	50
AMTMO – Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Óbidos	Óbidos	25
AMTMO – Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Oriximiná	Oriximiná	37,5
AMUTRANTS – (Nomenclatura não identificada)	Terra Santa	50
APACC – Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes	Terra Santa	25
AMTJU – Associação de Mulheres Trabalhadoras de Juruti	Juruti	37,5
AFACEMPRES - (Nomenclatura não identificada)	Santarém	12,5
ASS. M. QUILOMBO PRAINHA	Prainha	87,5
AUMMA – Associação União de Mulheres de Monte Alegre	Monte Alegre	12,5
ACPRUM – Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Miriti	Alenquer	12,5
ACOGLEC – Associação Comunitária da Gleba Curumucuri	Juruti	25

AMUTAL – Associação de Mulheres trabalhadoras do Município de Almeirim	Almeirim	37,5
ADLTJ – (Nomenclatura não identificada)	Juruti	25
APRUSAN – Associação de produtores Rurais de Santarém	Mojuí dos Campos	25
AMBECA – (Nomenclatura não identificada)	Curuá	12,5
ASMC – (Nomenclatura não identificada)	Curuá	12,5
APACRCC – (Nomenclatura não identificada)	Terra Santa	12,5
ARCA – Associação de Rádios Comunitárias do Município de Alenquer	Alenquer	12,5
AMJU – Associação dos Artesões do Município de Juruti	Juruti	50
ABCC-CA – (Nomenclatura não identificada)	Curuá	12,5
AMTC – (Nomenclatura não identificada)	Curuá	25
AÍSMOC – (Nomenclatura não identificada)	Mojuí dos Campos	12,5
APRAS – Associação dos Produtores Rurais Assentados no Socó	Juruti	25

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

B) Cooperativas

As cooperativas são formas de organização que priorizam a cooperação e a solidariedade, em que os membros possuem interesses comuns, prestando serviços à sociedade em geral e possibilitando a inclusão de pequenos produtores para auferir renda. No quadro 02, observa-se a

participação destas cooperativas no Colegiado, como a Cooperativa Agropecuária de Pequenos Produtores Rurais de Juruti - COOPAJ e a Cooperativa da Agricultura Familiar de Mojuí dos Campos - COFAM de Belterra apresentando 75% de frequência participativa, respectivamente.

Quadro 02 - Frequência das Cooperativas

COOPERATIVAS	MUNICÍPIOS	FREQUÊNCIA %
COOPROMOBEL - (Nomenclatura não identificada)	Belterra	37,5
COOPRUSAN - Cooperativas dos Produtores Rurais de Santarém	Santarém	50
COOPARUÃ - Cooperativa Agroextrativista de Cachoeira do Aruã	Santarém	12,5
COOPATA - Sociedade Cooperativa Dos Aquicultores do Tapajós	Santarém	50
COOPAJ - Cooperativa Agropecuária de Pequenos Produtores Rurais de Juruti	Juruti	75
COOPVOA - (Nomenclatura não identificada)		12,5
COOFAM - Cooperativa da Agricultura Familiar de Mojuí dos Campos	Mojuí dos Campos	75
COOMAPLAS - Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós	Santarém	25

COPEREX - Cooperativa Agroextrativista do Oeste do Pará	Oeste do Pará	12,5
COOPLAN - (Nomenclatura não identificada)	Belterra	25
AMAZOMONTE - Cooperativa Agroextrativista Amazomonte	Alenquer	25
COOPAFS - Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Santarém	Santarém	12,5
OCB - Organização de Cooperativas do Brasil	Pará	12,5
CAAM -(Nomenclatura não identificada)	Alenquer	12,5
COOPTOA -(Nomenclatura não identificada)	Santarém	12,5

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

C) Sindicatos

Os Sindicatos são manifestações de lutas, tanto por direitos trabalhistas, quanto pela inclusão social e oportunidades econômicas, estas simbolizaram grandes conflitos em meados de 1980 e 1990, e ainda se evidenciam até os dias atuais, principalmente os que reivindicavam pela reforma agrária, regularização fundiária e a inclusão social, alcançando grandes vitórias a partir da constituição de 1988.

No território do Baixo Amazonas, cada município possui um Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais -

STTRs, ainda contando com Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar-SINTRAF, que apoia as atividades da agricultura familiar.

No quadro 03, apresenta-se a participação no âmbito das plenárias, em que o STTR de Curuá possui assiduidade máxima, seguida pelos de Belterra, Monte Alegre e Juruti com 75%, posteriormente, os de Óbidos e Oriximiná com 62,5%, caracterizando-se, assim, como os STTRs mais presentes. Constata-se ainda, a ausência de representatividades dos municípios de Almeirim e Terra Santa.

Quadro 03 - Frequência dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Baixo Amazonas.

SINDICATOS	CIDADE	FREQUÊNCIA %
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Alenquer	12,5
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Almeirim	0
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Belterra	75
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Faro	50
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Curuá	100
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Monte Alegre	75
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Óbidos	62,5
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Oriximiná	62,5
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Prainha	12,5

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Santarém	50
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Juruti	75
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Terra santa	0
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Mojuí dos Campos	37,5
SINTTRAF - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Família rural	Oeste do Pará	50

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

D) Outras entidades

Neste tópico está incluso tanto organizações da esfera civil quanto do setor público que participam das plenárias do CODETER-BAM, como mostra o quadro 04, que abarcam as Casas Familiares Rurais - CFR dos municípios, Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária – CEAPAC, entre outros. Logo, observa-se em grande

número as instituições do município de Santarém, porém o destaque fica por conta da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Baixo Amazonas - FETAGRI BAM, com 75%, seguida pela Colônia de Pescadores de Juruti- Z-42 e a Casa Familiar Rural de Óbidos com 62,5% de frequência cada.

Quadro 04 - Frequência de outras entidades.

OUTRAS ENTIDADES	MUNICÍPIO	FREQUÊNCIA %
CEAPAC - Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária	Santarém	12,5
FEAGLE - Federação Agroextrativista da Gleba Lago Grande	Santarém	50
FETAGRI-BAM - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Baixo Amazonas	Mojuí dos Campos	75
FETAGRI-BAM - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Baixo Amazonas	Monte Alegre	37,5
FETAGRI-BAM - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Baixo Amazonas	Óbidos	50
FETAGRI-BAM - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Baixo Amazonas	Santarém	12,5
GDA - Grupo de Defesa da Amazônia	Santarém	12,5
PSA - Projeto Saúde e Alegria	Santarém	12,5
Z-42 - Colônia de Pescadores	Juruti	62,5
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	Santarém	50
CMDRS - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável	Oriximiná	25
CFR - Casa Familiar Rural	Óbidos	62,5
CFR - Casa Familiar Rural	Juruti	25
CFR - Casa Familiar Rural	Santarém	50

CEFT-BAM - Centro de Estudo e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas	Alenquer	25
CEFT-BAM - Centro de Estudo e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas	Juruti	50
CEFT-BAM - Centro de Estudo e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas	Óbidos	12,5
CEFT-BAM - Centro de Estudo e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas	Oriximiná	12,5
CEFRUTA - Central de Frutas do Tapajós	Mojuí dos Campos	12,5
EKOAR - Empresa de Assessoria e Consultoria Ambiental e Empresarial da Amazônia	Santarém	12,5
ONG NYMENDAJU	Manaus - AM	12,5
IDEFLOR-	Santarém	50
PAE MADALENA	Curuá	50
Z-33 - Colônia de Pescadores	Almeirim	12,5
CEFT-BAM - Centro de Estudo e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas	Santarém	25
ASSENTAMENTO SALGADO	Curuá	25
Z-20 - Colônia de Pescadores	Santarém	12,5
CFR - Casa Familiar Rural	Belterra	12,5
TERRA LEGAL	Santarém	12,5
BANCO DA AMAZÔNIA	Santarém	12,5

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

E) Poder Público

As organizações do poder público contam com prefeituras, câmaras municipais, secretarias, dos municípios que compõem o território, além de órgãos federais como o MDA, estaduais e municipais expostos no quadro 05, tendo

uma maior participação a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER de Santarém e a Secretaria de Meio Ambiente de Mojuí dos Campos - SEMAM com 87,5% de frequência nas plenárias.

Quadro 5 – Frequência do Poder Público.

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	FREQUÊNCIA %
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	Santarém	87,5
SAGRI - Secretária de Agricultura	Santarém	25
CÂMARA MUNICIPAL	Belterra	12,5
CÂMARA MUNICIPAL	Óbidos	25

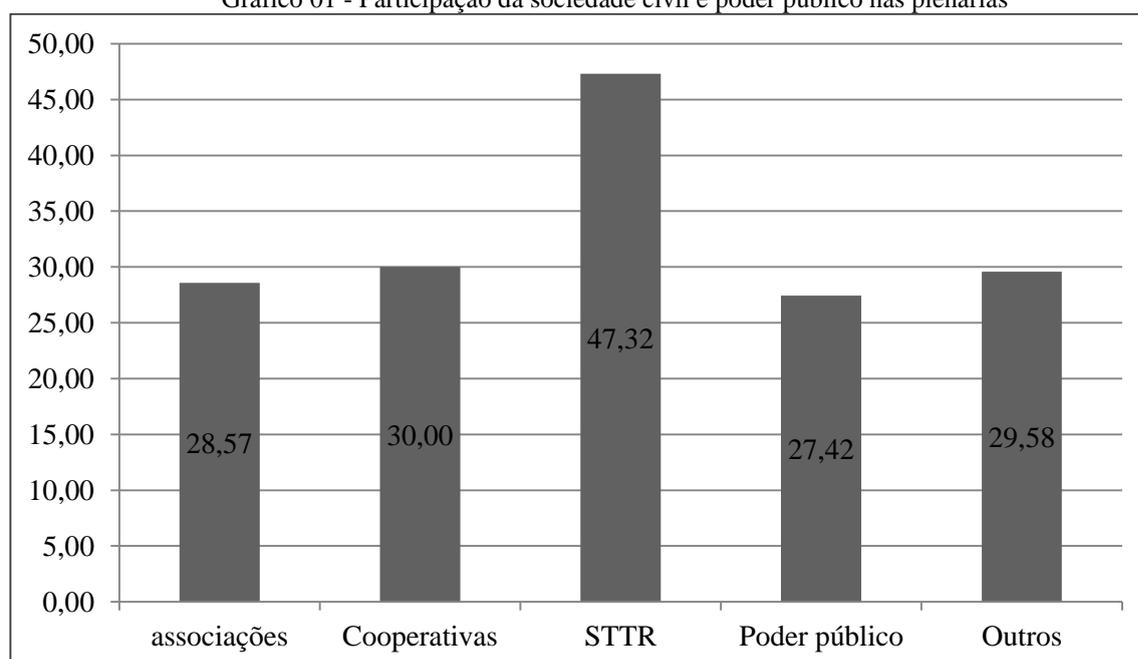
SEMAB - Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento	Óbidos	25
SEMAP - Secretária Municipal de Agricultura e incentivo à Produção Familiar	Santarém	25
SEMAGRI - Secretária Municipal de Agricultura	Belterra	37,5
SEMAGRI - Secretária Municipal de Agricultura	Monte Alegre	62,5
SEMAGRI - Secretária Municipal de Agricultura	Oriximiná	25
SEMEDE - Secretária Municipal de Educação e Desporto	Santarém	12,5
SEMAM - Secretária de Meio Ambiente	Mojuí	87,5
SEMAM - Secretária de Meio Ambiente	Prainha	12,5
PREFEITURA	Santarém	12,5
CEPLAC - Comissão Executiva de Planejamento de Lavoura Cacaueira	Santarém	12,5
SECRETARIA DE PRODUÇÃO	Prainha	37,5
SDT/MDA - Secretária de Desenvolvimento Territorial/ Ministério do Desenvolvimento Agrário	Nacional	50
CÂMARA MUNICIPAL	Mojuí dos Campos	12,5
SEDAP - Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca	Santarém	25
SEMAGRI - Secretária Municipal de Agricultura	Mojuí dos Campos	25
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	Belterra	25
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	Mojuí dos Campos	50
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Santarém	12,5
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO	Santarém	25
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social	Santarém	12,5
SEMTRAS - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social	Mojuí dos Campos	25
SEMAB - Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento	Alenquer	12,5
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Santarém	12,5
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	Faro	25
SEMAPAQ - Secretária Municipal de Pesca e Aquicultura	Alenquer	12,5
SEAMPLAM - Secretária Municipal de Planejamento	Santarém	12,5
PREFEITURA	Monte Alegre	12,5

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

As análises individuais contribuíram para uma análise detalhada para a participação das entidades da sociedade civil e do poder público, por município. Entretanto, o gráfico 01- apresenta um panorama parcial da participação de todos os grupos nas plenárias do CODETER-BAM, em evidência a participação

preponderante e massiva dos STTRs, em que outros grupos permanecem, relativamente, no mesmo patamar de frequência, porém, este resultado é quantitativo, desconsiderando os fatores qualitativos e externos do âmbito do Colegiado.

Gráfico 01 - Participação da sociedade civil e poder público nas plenárias



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

O gráfico apresenta o percentual verificado com base na análise das frequências das plenárias do Colegiado, no entanto, contrasta-se que ao observar os relatórios, nota-se a gestão social e participativa preponderante, onde todos possuem direito a voz, não havendo coação. Com isso, ressalta-se que a baixa participação do poder público pode vir a se constituir em entraves para o desenvolvimento do Colegiado e de suas ações, em função dessas necessitarem da contrapartida governamental para serem executadas.

Algumas considerações

Com base em todo o exposto, observou-se que apesar do caráter histórico do país, de centralização de poder e perdas socioeconômicas, a partir do final do regime militar, inicia-se um processo de redemocratização, com diversas conquistas, citando a elevação das propostas de desenvolvimento, emergindo assim, novas iniciativas de governança baseadas, na gestão e participação sociais.

Esse trabalho se propôs a analisar as categorias teóricas de Governança e Gestão Social com influência dos processos de desenvolvimento territorial, além da realização de apreciação do Colegiado de

Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas, o qual, configura-se uma governança territorial.

Conforme os dados apresentados, vislumbra-se uma grande participação da sociedade civil organizada, representadas por associações, cooperativas, sindicatos, dentre outras. A participação do poder público nas plenárias, ainda se faz, relativamente, baixa quando relacionada à quantidade de municípios que formam o território. Logo, partindo de uma análise geral, afirma-se que a maior participação social se dá por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais que apresentam grande assiduidade nas reuniões.

Desta forma, o exercício da gestão social e governança no Colegiado de Desenvolvimento Territorial se apresenta como iniciativa louvável e que merece ser incentivada e melhorada cada vez mais. Com isso, esse trabalho se apresenta com caráter de continuidade, tendo em vista que uma análise da participação desses atores com base em seu direito a voz ainda se faz necessária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. FAVARETO, A. et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, v. 12, 2010. Disponível em: <<http://www.sidalc.net/repdoc/A6062p/A6062p.pdf>> Acesso em: 20 de mar. de 2016.

BRASIL. Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas – CODETER. **REGIMENTO INTERNO DO CODETER**. Santarém, 2014.

BRASIL. SDT/MDA. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série documentos institucionais 02-2005. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf> Acesso em: 13 de abril de 2016.

FISCHER, Tânia; MELO, Vanessa Paternostro. Programa de Desenvolvimento e Gestão Social: uma construção coletiva. **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, p. 13-41, 2006. Disponível em: <<https://www2.ufrb.edu.br/petsocioambientais/downloads/cat>

egory/12-4-roda-de-conversa?download=15: paulo-freire> Acesso em: 13 de abril de 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Definindo a Gestão Social. In: SILVA JUNIOR, Jeová; et al. (Org.). **Gestão Social: Práticas em Debate, Teorias em Construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, v. 1, p. 26-37. Disponível em: <http://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Livro-1-Cole%C3%A7%C3%A3oEnapegsV1_Gest%C3%A3oSocialPraticasDebatesTeoriasConstru%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 20 de mar. de 2016.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. **XIV Encontro do Conpedi**, 2005. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0016/1432/GovernanA_a100913.pdf>. Acesso em: 23 de mar. de 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <www.mda.gov.br> acesso em: 08 de maio de 2016.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernest-Otto. **Governança sem governo. Ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora UnB, p. 11-46, 2000. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/.../ROSENAU_2000.pdf> Acesso em: 20 de mar. de 2016.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós-constituente. **Dados**, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000300003&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 20 de mar. de 2016.

SCHIAVINATO, Mônica. Governança Territorial e Novos Processos de Desenvolvimento: um Estudo de Caso do Território da Cidadania Vale do Jamari– Rondônia SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da Administração Pública**, 2009. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-1381-1178-20120629150505.pdf>> Acesso em: 23 de mar. de 2016.

SERAFIM, Lizandra; TEXEIRA, A. C. C. T. Controle Social das Políticas Públicas. REPENTE. São Paulo, Instituto Pólis, 2008. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1058/1058.pdf>> Acesso em: 08 de Maio de 2016.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re) Visitando o Conceito de Gestão Social. **Desenvolvimento em questão**, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/09/Ten%C3%B3rio-2005.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2016.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de administração pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7754/6346>> Acesso em: 23 de mar. de 2016.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2010. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosturais/file-storage/download/5-Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20o%20Programa%20Territ%C3%B3rios%20da%20Cidadania?file%5fid=2333703>>. Acesso em: 12 de abril de 2016

Educação popular como método de transformação social dos ribeirinhos da várzea de Santarém – Pará – Brasil*

*Antonia do Socorro Pena da GAMA***
*Newton Antonio. P. BRYAN****

INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1970, a partir da intervenção da Igreja Católica, do Movimento de Educação de Base - MEB e de organizações não governamentais junto a Colônia de Pescadores Z-20, a população ribeirinha da várzea do município de Santarém (PA) iniciou um processo de educação popular com conteúdos e metodologias voltados para a conservação do estoque pesqueiro da região. Ao mesmo tempo, a existência de alguns fatores limitantes, como o isolamento geográfico das comunidades, a baixa escolaridade da população local e ainda, a falta de uma política de capacitação dos professores da rede pública municipal somaram-se ao principal desafio de incorporar diferentes programas de educação para jovens e adultos. Este estudo tem como objetivo compreender a importância do processo de Educação Popular na intervenção dos atores locais para a sustentabilidade das comunidades de Várzea do município supramencionado. Deste modo, analisar-se-á os seus princípios, os atores sociais envolvidos, resultados alcançados e inovações promovidas. A proposta metodológica desta pesquisa pode ser

considerada um estudo de caso, com uso de levantamento bibliográfico e documental, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas.

A várzea do município de Santarém está situada no Oeste do Pará, Brasil, com localização estratégica nas principais rotas comerciais, no centro de uma região extremamente abundante em recursos naturais, grande beleza natural e rica tradição cultural Amazônica. Conhecida como Baixo Amazonas, a região é caracterizada por sistemas de grandes lagos rasos que ocupam o interior da várzea, margeados por extensas faixas de campos naturais e florestas que ocupam as restingas ao longo dos braços do rio.

Desde o século XVII, os recursos naturais desta região, têm sido intensivamente explorados, e as populações de uma série de espécies vegetais e animais têm sido dizimadas ao longo dos anos. A partir de meados do século XX, uma nova fase na exploração da várzea ameaça a integridade ecológica desse ecossistema com a introdução e a expansão da cultura da juta entre as décadas de 1950 e 1980, o que levou ao desmatamento das restingas de quase toda a várzea do Baixo Amazonas. Em 1970, o desenvolvimento e a expansão da pesca comercial contribuíram para o aumento da pressão sobre os estoques pesqueiros da região, gerando conflitos entre comunidades e os pescadores comerciais vindos de outras localidades. O crescimento da pecuária, na década de 1980, levou à degradação dos campos

* O texto apresenta resultados parciais da Tese do Doutorado da autora.

** Doutora em Educação/DINTER UFOPA/Unicamp. E-mail: socorropgama@gmail.com

*** Doutor em Educação pela Unicamp. Professor do DINTER UFOPA/Unicamp. E-mail: nbryan011@gmail.com

naturais e das florestas remanescentes, comprometendo ainda mais o ecossistema de várzea (WWF, 2013, p. 6).

Toda educação provém de uma situação social determinada e metas educacionais, a política da educação e a orientação do ensino mostra de forma clara o seu caráter histórico¹ (PAIVA, 1987, p. 19). É assim que setores da Igreja Católica de Santarém iniciam na década de 1960, um novo modelo de educação popular voltado para os problemas socioeconômicos vivenciados pela população na época. Nesse período, uma das experiências mais significativas de engajamento social da Igreja católica em seus vários segmentos foi a adoção da metodologia do “Ver, Julgar e Agir” concebida pelo cardeal belga Josef-Léon Cardijn².

Esta efervescência eclesial que se iniciou no Concílio Vaticano II (1962-1965) e teve seu ápice em 1968, na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada em Medellín, contribuiu para o surgimento da teologia latino-americana que eclodiu, em 1968, com o livro ‘Teologia da Libertação’ do teólogo peruano Gustavo Gutierrez. Pela

primeira vez, identificava-se a existência de um pensar teológico a partir dos pobres e dos despossuídos (aqueles que tinham posses e foram espoliados), vítimas de um sistema injusto. Segundo esta teologia, a pobreza é um pecado social que priva milhares de pessoas de uma vida digna e, tal como Jesus escolheu os pobres, também a Igreja deveria servi-los rompendo com a tradição de uma Igreja associada aos poderosos do mundo (AMBIENTE VIRTUAL DE FORMAÇÃO, 2013).

O documento de Medellín foi elaborado tendo como base esta metodologia, seus dezesseis tópicos trazem uma leitura da realidade (ver), uma iluminação a partir dos princípios teológicos (julgar) e as recomendações e/ou sugestões de aplicação (agir). Para Paiva (1987), isto se deveu a importância atribuída pelos cristãos à educação, como instrumento de recomposição do poder político fora da ordem vigente, ou seja, para a própria tomada do poder político. Isso ajudou a determinar o caráter dos movimentos educativos de orientação cristã influenciando não somente em sua filosofia, mas também em relação aos métodos desenvolvidos e utilizados.

¹ MANNHEIM, K.; STEWART, W.A.C. **Introdução a Sociologia da Educação**. S. P. Ed. Cultrix, 1969.

² Nascido em novembro de 1882, foi um cardeal belga, que trabalhou pelo compromisso social da Igreja Católica no início do século XX. Foi Diretor de Obras Sociais de Bruxelas e capelão dos sindicatos cristãos (1915), agrupando aos jovens da chamada Juventude Sindicalista (1919), que em 1924 se tornaria a Juventude Operária Cristã (JOC). Em 1920, fundou a Ação Católica, que agrupa a todos os dirigentes operários católicos, atualmente, em todo o mundo. Foi prisioneiro tanto na Primeira como na Segunda Guerra Mundial. Pela sua obra social, foi nomeado cardeal em 22 de fevereiro de 1965, com o título de Cardeal-diácono de São Miguel Arcanjo, recebendo o barrete cardinalício em 25 de fevereiro. Morreu em Lovaina, Bélgica, em julho de 1967. Atualmente, encontra-se em processo de beatificação.

A preocupação com o homem, com sua “promoção”, era tão importante que muitos dos esforços do grupo cristão se concentraram no método. Influências de outros países aliadas a formulações nacionais conduziram a utilização da metodologia de animação popular nas comunidades rurais e a formulação do sistema Paulo Freire para a educação dos adultos, reintroduzindo-se no pensamento pedagógico brasileiro a reflexão sobre o social, desde há muito abandonada nos meios onde predominava o “otimismo pedagógico”. O fato dessas, reintrodução ter ocorrido a partir das reformulações cristãs só pode ser totalmente apreendida se termos presentes que um grande número de Faculdades de Filosofia pertenciam as dioceses ou ordens

religiosas e que elementos ligados à Igreja estavam frequentemente ligados a educação e dedicavam-se a formação dos pedagogos. (PAIVA, 1987, p. 44).

Estas ações prioritárias foram apresentadas no documento, “Linhas prioritárias para a Pastoral da Amazônia”, fruto de vários encontros da Igreja da Amazônia, finalmente aperfeiçoado na reunião dos Bispos da Amazônia, realizado no Seminário São Pio X, em Santarém, no período de 24 a 30 de maio de 1972. O documento, mais uma vez afirma os valores humanos e sociais da região, que no quadro de sua própria cultura e vinculado à amplitude da natureza, deu sempre provas de simplicidade, de espontaneidade de fortaleza e de religiosidade. A preocupação dos bispos na época era com as transformações econômicas e sociais vivenciadas por essa região, no que concerne a abertura de grandes rodovias, a criação de novos núcleos humanos e numa programação dos meios de comunicação social, reconhecendo fatores que podem conduzir a um futuro enriquecimento, libertação e perigos que esta realidade apresenta para o homem da referida região:

Antigas e novas marginalizações, estruturas inadequadas importadas ou opressivas, desenvolvimento econômico feito sem ou contra o próprio homem, violação de direitos básicos, como a posse de terra, injusta distribuição dos recursos materiais e dos incentivos públicos, divulgação publicitária que às vezes altera o enfoque da situação real. (CARTA DOS BISPOS, 1972, p. 5).

Nesse contexto, pode-se dizer que a Igreja da Amazônia opta por quatro prioridades entre as quais destacamos a Encarnação na Realidade e Evangelização Libertadora e ainda por quatro séries de serviços pastorais, estabelecidos à luz destas duas diretrizes básicas. Vejamos:

1. Encarnação na Realidade

- a) essa encarnação vital-sequência no atual momento da Amazônia, da Encarnação do próprio Cristo- é anterior e subjacente a toda Pastoral como programa ou ação, e supõe uma vontade permanente de conversão.
- b) exige um total entrosamento com a realidade do homem e dos lugares concretos (centros urbanos ou rurais, novos núcleos humanos, comunidades indígenas, setores marginalizados, áreas de emergências): pelo conhecimento (da reflexão, da pesquisa, do estudo) e pela convivência com o povo, na simplicidade e amizade do dia a dia.
- c) estimula o renovado propósito de superar todo paternalismo, todo etnocentrismo que nos enquadre uma cultura ou num grupo, todo modelo importado, pré-fabricado ou artificial de vida; e estimula uma decidida criatividade pastoral.
- d) reclamar um permanente testemunho-livre, por um lado, de todo compromisso que não seja o Evangelho, e por outro lado, realista, corajoso e repleto de esperança; tanto na vida do indivíduo e da comunidade eclesial quanto na palavra e na ação apostólica. (CARTA DOS BISPOS, 1972, p. 3-4).

O documento orienta ainda que a atuação nas CEB's sejam umas das finalidades primárias da Pastoral Amazônica. Considerando que os princípios teológicos e sociológicos para orientar o estabelecimento dessas comunidades são variados e devem ser interpretados de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar com fundamentos em Medellín:

- 1.1. A “Comunidade Cristã de Base” é o primeiro e fundamental núcleo Eclesial, que deve em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela, portanto célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de

- promoção humana e desenvolvimento (MEDELLIN 15, 10).
- 1.2. Nosso objetivo será, por conseguinte “fazer da paróquia um conjunto pastoral verificador e unificador das Comunidades de Base. Assim a paróquia há de descentralizar sua pastoral quanto a lugares, funções e pessoas” (MEDELLIN, 15, 13).
 - 1.3. “Nenhuma Comunidade Cristã se edifica sem ter uma raiz e centro na celebração da Santíssima Eucaristia, por onde deve ser iniciada toda educação do espírito de Comunidade” (Medellin, 9, 3). (p. 36). (CARTA DOS BISPOS, 1972, p. 7).

Conforme mencionou, o coordenador da equipe de catequese rural durante a década de 1980, sobre este processo:

Em 1968, a partir do estudo de Medellin surgiu o despertar, com isso a Igreja Católica realizou várias ações que vinham a corresponder com as indicações ocorridas nesse encontro. Já em 1972, em Santarém foram listadas diversas prioridades para a Amazônia, que iniciam um processo de mudança da realidade local, entre as quais merece destaque a formação de lideranças na área rural e urbana da cidade, como consequência desse indicativo surgem as CEB - Comunidades Eclesiais de Base. Tem início as ações Pastorais nas regiões, de modo especial na Pastoral Rural, onde o processo deu-se de forma mais incisiva, através da catequese rural, que atuava junto aos leigos com o “Curso da Boa Nova”, no qual eram escolhidos na comunidade seus representantes que vinham participar da formação em Emaús, em um período de 15 dias, durante o período que os catequistas ficavam, participando do processo de formação. (H. 71a. R, Santarém, 2015)³.

Pela motivação da Igreja Católica e por utilizar uma proposta pedagógica humanista de Paulo Freire, o processo gerou grandes aprendizados na prática

educativa. Desta forma, a Igreja Católica em Santarém passa a orientar a reorganização das comunidades e cria novas estruturas para as atividades pastorais e sociais. Setores da Igreja adotam uma linha mais próxima da Teologia da Libertação com a proposta pedagógica Freireana, assumindo um papel fundamental junto as comunidades, promovendo a estruturação política e social de vários setores sociais em Santarém, principalmente, por meio do MEB e do estabelecimento de Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Atuando com instituições parceiras como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), e criando outras estruturas de organização interna como a Comissão Pastoral da Pesca (CPP) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). As organizações sociais (em sua maioria, informais), que surgiram deste trabalho garantiram em muitas comunidades sua estruturação organizativa e seu fortalecimento, tanto interno como externo, destes atores sociais. Este contexto sócio-organizativo vem passando por um processo evolutivo dinâmico e se adaptando e/ou sendo adaptado, às novas realidades políticas, sociais e ambientais da Amazônia com reflexos diretos às comunidades rurais do município de Santarém, chegando às comunidades de várzea.

2. Educação Popular e a ação política

Educação Popular, nome muito usado no senso comum, é escrito aqui com as iniciais maiúsculas. Ao falar suas experiências, tomo dois exemplos concretos: o Movimento de Educação de Base (MEB) e os trabalhos feitos com o

³ É Padre e foi Coordenador da Pastoral Rural da Igreja Católica, na década de 1980. Mesmo comentário da nota 15 na página 69.

Método Paulo Freire⁴.

É fato que a Educação Popular se configura e reconfigura como algo próprio à história da Educação, porém, pelo seu viés de atuação com as classes populares, não tem tido a relevância necessária por estar dirigida aos sujeitos excluídos do processo educativo, não tendo aparecido como área do conhecimento de importância primordial em universidades. Nesse sentido, falar em Educação Popular é falar impreterivelmente do legado do educador Paulo Freire (1921-1997), que trouxe importantes reflexões sobre os sujeitos postos à margem da sociedade do capital. Por entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, o autor nos mostra a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitua nas relações históricas e sociais. Assim, o oprimido deve sair desta condição de opressão a partir da fomentação da consciência de classe oprimida.

A teoria e a prática da Educação Popular, fundadas sobre os termos acima aparecem de maneira ainda mais precisa nas ideias de Paulo Freire. Segundo Brandão (1990), é possível que até hoje não tenha havido ainda uma forma de trabalho com os subalternos por meio da educação tão claramente definida como a do Sistema Paulo Freire. De uma aparência da proposta simples de um “método de alfabetização”, o que educador introduziu nos trabalhos de educação foi, mais do que a Educação de Base do MEB. Foi uma transformação

radical não só do trabalho pedagógico do educador (uma nova pedagogia), mas do sentido e do uso político da educação (uma nova práxis de compromisso popular através da educação) (BRANDÃO, 1990, p.54).

De outro lado ou, muitas vezes, conjuntamente, é na Educação Popular que se encontra o compromisso de tornar as condições concretas de vida, destes setores, como a matéria-prima a estar presente nas situações de aprendizagem e no conteúdo dos diferentes materiais pedagógicos, assim como das análises conjunturais e estruturais que se faziam à época. Ao fazer isto, os trabalhos de Educação Popular iniciam, junto aos mais variados setores populares, processos intensos de discussão, análise e reflexão. Isto, por sua vez, potencializa processos de conscientização e participação destas pessoas, que passam a entender – dentro de uma perspectiva histórico-social crítica – as razões e os porquês delas estarem vivendo em situações desumanas e de exploração. Ao entenderem isto, começam a eliminar o caráter de psicologização das explicações vigentes ou mesmo dos inúmeros fatalismos propagados pela ideologia dominante, e, portanto, passam a divisar alternativas de mudança e de melhoria para suas vidas.

Assim, dentro dos trabalhos da Educação Popular aliados às práticas da alfabetização, nesta concepção histórico-social crítica, presenciemos a busca e a criação de novos métodos e teorias, de inspiração e historicidade nacionais, que passam a substituir ou, ao menos, fazer frente à forte importação dos modelos estrangeiros àquela época, nos diversos campos profissionais e, entre eles, também no campo da educação (BEZERRA, 1980, p. 16).

Segundo Costa (1977, p. 55), “A

⁴ BRANDÃO, Rodrigues, Carlos. **Pensar a Prática-escritos de viagem e estudos sobre a educação**. São Paulo: Edições Loyola, 1990. p. 45.

Educação Popular supõe que as camadas de populações mais marginalizadas e mais pobres se apropriem de um novo saber-instrumento; um saber que pode ser usado diretamente na realização dos objetivos sociais destas camadas”.

Assim, a Educação Popular é um processo que nasce da prática e uma reflexão teórica para voltar logo a essa prática na forma de elementos que a orientem; um processo vivo em que o povo educa a si próprio com a colaboração sempre que necessária de pessoas e/ou de organismos que se identificam com suas aspirações e que se inserem para a ação organizada. Não se reduz a um simples método de trabalho, o que facilitaria a cooptação de seus elementos meramente formais pelo sistema dominante e sua rede de intervenção social. Ela exige um projeto político pedagógico das classes populares.

Ora, tanto nos primórdios da Educação Popular no Brasil quanto hoje em dia, duas ideias sempre tiveram presentes pelo menos nas bases teóricas dos promotores de trabalhos de Cultura Popular através da Educação Popular. Primeiro, a ideia de que os verdadeiros valores para o povo são os seus próprios valores, a partir de seus modos próprios de viver e explicar a vida. Segundo, a ideia de que este saber que existe como valor da cultura do povo, ou como a sua ideologia, no estado em que está por causa da posição subalterna que sujeitos e grupos dominados ocupam na sociedade desigual, não é suficiente nem adequado para traduzir para o povo a sua posição na sociedade, as causas estruturais da desigualdade e as articulações necessárias para a quebra da hegemonia da dominação (BRANDÃO, 1990, p. 57).

Portanto, uma prática consequente da Educação Popular deve partir não apenas do saber popular constituído da cultura do povo, mas dos dados reais da vida cotidiana que constituem e renovam sem cessar este saber e a cultura que ele cria e onde existe.

Nesse sentido, existem modalidades efetivamente populares de Educação Popular, então nossos esquemas de referências precisariam ser revistos. Sobre um modelo de oposições baseado no par Educação Fundamental X Educação Popular, podemos construir outro modelo: Educação Fundamental X Educação Popular X Educação de Classe - ou educação do povo -. Melhor ainda, seria pensar num modelo mais coerente, contudo o que tem sido sugerido até aqui: Educação Fundamental X Educação Popular X Educação de Classe (BRANDÃO, 1990, p. 58).

Os sistemas educacionais, os movimentos educativos que influem sobre a sociedade a que servem e, refletem as condições sócias econômicas políticas da sociedade. As características dos diversos períodos da história da educação de um país acompanha seu movimento histórico, suas transformações econômicas e sociais, suas lutas pelo poder político. Toda educação provém de uma situação social determinada e as metas educacionais, a política da educação e a orientação do ensino mostra de forma clara o seu caráter histórico. (PAIVA, 1987, p. 19).

Um dos dilemas das experiências atuais de Educação Popular é que, incluindo ou não trabalhos pedagógicos de escolarização (alfabetização, pós-alfabetização etc.), dirigindo-se às classes e comunidades pobres e subalternas: a) procuram ser um serviço de transmissão de saber e de reforço de organização, de mobilização popular de acordo com interesses identificados como “do povo” ou da comunidade; b) procuram partir dos valores de comunidade (a cultura do povo) para produzirem a seu serviço, valores comunitários de teor político (a Cultura Popular); c) oscilam, na prática e no concreto, entre valores do sistema (de que querem se libertar) e valores de classe (das

classes subalternas com que se querem comprometer).

Esta oscilação se dá porque, na verdade, o trabalho de Educação Popular muitas vezes não parte de uma fonte real do poder social. Poder este que existe como poder dominante, nas classes e nas agências de mediação dos interesses do capital, entre elas, as de educação. Poder este que existe como poder dominado (poder dos fracos, dos subalternos, dizem alguns) nas classes e nas agências de dos interesses do trabalho (das classes trabalhadoras), entre elas, a Educação Popular. Assim, o que existe de real no campo dos enfrentamentos políticos de classes são organizações, mobilizações, formas de saber, tipos de educação do sistema, ou das classes subalternas: educação escolar formal X educação de classe. De um lado ou de outro, do capital e do trabalho é que partem projetos históricos de preservação ou de transformação da ordem social. (BRANDÃO, 1990, p 59).

Todo trabalho com o povo feito por agentes sociais eruditos (o educador popular é um bom exemplo), que pretende colocar-se “do lado do povo”, em compromisso político com ele, não pode possuir outros objetivos que não sejam os de colocar-se como instrumentos de apoio e instrumentalização dos espaços e organizações populares de trabalho político. No dia a dia da vida dos programas de Educação Popular, o que sempre existe é uma negação teórica, muitas vezes, também, prática, de qualquer tipo de compromisso com os valores do sistema, associada à dificuldade de se assumir integralmente valores e compromissos orgânicos das classes populares a que se dirigem.

3. Educação Popular: a dimensão educativa da ação política

Segundo Brandão (2002), existem

quatro posturas visíveis quando se trata de refletirmos a respeito da Educação Popular. A primeira postura está ligada ao não reconhecimento da Educação Popular como modelo de educação que queremos, por não ser considerada como uma visão de mundo, de práticas pedagógicas que aconteceram num dado momento histórico. É entendida como práticas não científicas, primitivas, superadas, enfim, distante de um conhecimento científico, o qual é privilegiado em nossa sociedade. (BRANDÃO, 2002, 142).

A segunda postura está ligada à importância do viés cultural da Educação Popular. Encontra-se mais associada ao campo dos movimentos sociais do que à própria educação, por não ser vista pelo viés político, militante, conforme também reforça o senso comum, mas apenas como prática profissional.

A terceira postura está direcionada à Educação Popular como um fenômeno datado na história da educação de alguns países da América Latina, principalmente, no Brasil, tendo como referência principal o educador Paulo Freire. Esta se construiu por meio de experiências de alfabetização popular direcionadas aos jovens e adultos das classes trabalhadoras, e dos Movimentos de Educação de Base, associando projetos de alfabetização à ação comunitária. Configurou-se, assim, como um momento em que passou a ser reconhecida e estendida a nível internacional, vista como uma prática educacional relevante. A quarta postura explícita que a Educação Popular não foi uma experiência única, mas que “é algo ainda presente e diversamente participante na atualidade da educação entre nós” (BRANDÃO, 2002, p. 142).

Neste sentido, Paludo (2006) enfatiza que:

[...] o processo de refundamentação tem e ganha um outro sentido, porque ele é feito desde uma determinada direção, de um determinado norte, que é o compromisso histórico, ético, político e pedagógico da Educação Popular com a formação humana emancipatória das classes populares, com a sua autonomia e protagonismo e com um projeto de futuro para a humanidade, o que só será possível com a transformação do atual. Precisamos seguir em frente, praticando e formulando, a partir do que foi (re)afirmado. Este parece ser o grande desafio. (PALUDO, 2006, p.60)

A proposta pedagógica de Paulo Freire constitui uma matriz discursiva, ou seja, das concepções de educação popular, que certamente a incluem, mas a extravasam. As obras de Freire (em particular a *Pedagogia do Oprimido*) possuem um caráter explicitamente político, com uma conotação polissêmica, gerando uma multiplicidade de práticas educativas, cujos protagonistas ainda que movidos por intenções e projetos políticos-ideológicos incorporavam alguns aspectos específicos de seu método, em suas práticas pedagógicas (MANFREDI, 1996, p. 181).

Assim, a Educação de Base que deu o nome ao MEB e que no início diferia em muito pouco da educação fundamental, foi primeiro praticada como um trabalho pedagógico que conduzia alunos, grupos, comunidades a aquisição de conhecimentos básicos (isto é, fundamentais e primários) para um aproveitamento mais eficiente de seus recursos naturais e sociais, para a melhoria concreta de suas condições atuais de vida. Pouco depois, a Educação de Base foi imaginada como uma prática que, entre outras, conduziria pessoas, grupos e comunidades populares a: a) tomarem consciência das dimensões naturais e históricas e da dignidade essencial do ser humano e do seu destino; b) criarem e

consolidarem formas – se possível próprias ou progressivamente tornadas autônomas dos próprios “programas” – de mobilização e organização popular que politicamente produzissem ações de mudanças capazes de reescreverem as bases estruturais da sociedade (BRANDÃO, 1990, p. 47).

As atividades do MEB tinham como unidade básica de organização um “sistema”, composto de professores, supervisores, locutores e pessoal de apoio, os quais se encarregavam da preparação dos programas e de sua execução por intermédio da emissora da diocese local e do contato direto com as comunidades. No funcionamento das escolas radiofônicas estavam presentes os monitores – escolhidos na própria comunidade, treinados pelo MEB e encarregados de provocar as discussões sobre o assunto da aula transmitida pelo rádio, de verificar os exercícios e estimular os alunos para o estudo – colaboradores voluntários do movimento. Todos estavam ligados ao “sistema” que atuava em uma área geográfica determinada (PAIVA, 1987, p. 223-224).

Dentro do MEB estas posições político-ideológicas-teológicas também se refletiam no conteúdo e na prática junto às comunidades do meio rural. Em Santarém e na área de atuação da então Prelazia de Santarém (a qual compreendia o Baixo Amazonas e quase todo o Oeste do Pará) este processo seguiu a mesma linha. Dom Tiago Ryan (então Prelado de Santarém)⁵

⁵ Referência a Dom Tiago Michael Ryan, padre norte-americano pertencente a ordem franciscana chegou à Santarém em 1943, fazendo dessa região e Santarém sua terra de missão até sua morte em 2002. Era um grande conhecedor dos problemas vivenciados pela população da área rural, conhecia a geografia da diocese e já identificava que a principal deficiência do povo se dava pela falta de instrução e o analfabetismo.

conheceu, em 1964, uma experiência da Colômbia, com sistemas de escolas radiofônicas que logo trouxe para Santarém.

O MEB/Santarém foi fundado em 23 de janeiro de 1965, e suas atividades na região duraram cerca de 30 anos. No ano anterior foi fundada a Rádio de Educação Rural de Santarém⁶. A proposta dos sistemas radiofônicos escolares implementados, na época pela Prelazia de Santarém, seguia passos importantes dentro de uma estratégia nacional. Segundo Fávero (2004):

- a) Equipe Local (ou Central), constituída junto a uma emissora, em geral de propriedade da Igreja e sob responsabilidade do Bispo Diocesano, compreendendo coordenação e apoio administrativo, supervisores responsáveis pela escolha e treinamento dos monitores e pelo funcionamento das escolas; professores-locutores, encarregados da produção e emissão de aulas e outros programas educativos. Os elementos dessa Equipe, antes de iniciarem o trabalho, eram treinados e selecionados pela Equipe Técnica Nacional.
- b) Monitores, elementos da comunidade, que desenvolviam trabalho voluntário e gratuito, na instalação da escola, matrícula dos alunos, controle de sua frequência, auxílio aos alunos para o aproveitamento das aulas radiofonizadas, aplicação de provas, envio de relatórios mensais sobre o andamento da escola. Fixava-se como requisito mínimo que soubessem ler e escrever e demonstrassem capacidade para seguir as instruções das aulas radiofonizadas. Eram treinados para suas funções e apoiados pelos supervisores, inclusive nos trabalhos comunitários. Para isto, desejava-se

que tivessem liderança efetiva, ou pelo menos potencial, e cuidava-se de sua capacitação e promoção.

- c) Escolas radiofônicas, que funcionavam em escolas isoladas, salas paroquiais, sede de fazendas, barracões construídos para esse fim e, sobretudo nas casas dos próprios monitores, de acordo com a tradição das escolas de "professores leigos", com instalações pobres: mesa e bancos de madeira rústica. O MEB forneceria quadro de giz, radioativo (a pilhas e sintonizado apenas na estação que transmitia as aulas e os programas educativos) e lampião de querosene, cartilhas e livros de leitura. As emissões eram feitas no começo da noite e as escolas funcionavam em horário adequado à população rural. Esperava-se que os alunos - adolescentes, jovens e adultos - não só aprendessem a ler, a escrever e assimilassem as noções da educação de base, mas, sob a liderança do monitor, concretizassem essa educação executando tarefas diversas na comunidade: campanhas de filtro, fossa, vacinação, registro civil.... Esperava-se ainda que se comprometessem com outros trabalhos de desenvolvimento comunitário: organização de clubes, grupos de representação ou organizações de classe. (FÁVERO, 2004, p. 4).

Desta forma, o MEB-Santarém seguia a mesma proposta metodológica, identificando o processo de desenvolvimento e organização de comunidades, a partir de uma perspectiva política. As ações eram desempenhadas com base na capacitação de lideranças locais e da vivência popular. Segundo Pimentel, as palavras geradoras eram levantadas com a participação dos comunitários que as identificavam conforme a dinâmica do seu dia a dia a exemplo de farinha, garimpo, natureza, sindicato, comunidade, organização entre outros, na experiência de elaboração do material didático foram selecionadas 18 palavras geradoras, “assim bem tiradas da

⁶ A Rádio Rural “[...] tinha como objetivo desempenhar as atividades pastorais e transmitir a programação rádio educativa de Santarém. [...] contemplava um curso de alfabetização de adultos, envolvendo 36 comunidades ouvintes, com a participação de 1.036 alunos. (PIMENTEL, 1997, p. 16).

vida deles porque nós aprendemos que trabalhar com o povo era preciso mergulhar na realidade dele conhecer a realidade dele pra trabalhar junto com ele nada de eu chegar lá e levar mudança conhecer pra poder transformar então agente trabalhava desse jeito” (Entrevista com Fernanda Pimentel, Santarém, 2015).

No MEB/Santarém, as atividades que mais se destacavam eram os programas radiofônicos com ênfase na educação de jovens e adultos; programa “uma hora para todos” – com informações, de entretenimento e de notícias da comunidade; e o Programa “Nossa Terra, Nossa Gente”, no qual os comunitários tinham a oportunidade de resgatar a (sua) cultura, recitar poemas, poesias e suas canções, era um programa muito interessante de participação popular. Outra ação desenvolvida pela equipe na época foi a elaboração das cartilhas com a linguagem adequada com a realidade das comunidades, abordando temas como a agricultura, a organização comunitária e a cultura local. Naquele período, as organizações populares de Santarém eram tímidas, submissas, não se contrapunham às classes dominantes, mesmo tendo seus interesses prejudicados. O principal resultado do trabalho foi a vigoração participativa que ainda hoje percebe no movimento popular, sobretudo no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR- STM) e na Colônia de Pescadores Z-20.

A FASE e a Igreja Católica eram espaços democráticos da sociedade civil, em que muitas pessoas com visões diferentes (marxistas, cristãos), tiveram oportunidades de desenvolver uma militância política no sentido de fortalecimento das organizações populares tendo em vista o período da ditadura

militar. Falava-se em participação, em comunidade, mas numa perspectiva de classe. Não se trata de “promoção social” no sentido genérico e idealista, mas em promoção de classe a partir de seus valores e segundo os seus projetos de participação e realização social. Seus programas voltavam-se, então, para a formação das classes populares por meio da educação sindical, do acompanhamento técnico, político e pedagógico dos movimentos populares de uma maneira geral. (MANFREDI, 1996, p. 128-129).

O objetivo do trabalho desenvolvido pela FASE era revitalizar o movimento sindical que sofria sob o regime de supressão das liberdades civis e políticas. Por meio de um processo educativo com treinamentos, implantação de delegacias sindicais, debates, ciclos de palestras e de grupalização (em conjunto com a Igreja Católica e MEB). A construção metodológica e pedagógica destas instituições convergia na busca do despertar da “consciência crítica”. Segundo Sader (1988), isto ocorreu porque se, de um lado, os novos educadores se debruçaram sobre seus livros procurando absorver suas orientações metodológicas para a alfabetização popular, muito embora rejeitando fortemente o seu idealismo filosófico e seu humanismo cristão. E de outro, porque por intermédio do método Paulo Freire abria-se um lugar para a elaboração crítica e coletiva das experiências de vida individual e social dos educandos. Ao final, deixando-se de lado as polêmicas filosóficas, os militantes encontravam orientações educacionais que não estavam muito distantes das formulações de Gramsci (SADER, 1998, p. 167-168).

Deste processo, surge em Santarém o movimento de trabalhadores rurais que

ficou conhecido como “Corrente Sindical Trabalhadores Unidos”. Em 1980, esse movimento vence as eleições para a diretoria do STTR-STM. E seguida, em 28 de novembro de 1982, depois de muito trabalho organizativo, o movimento dos pescadores conseguiu ganhar as eleições na Colônia de Pescadores. A conquista da direção da entidade era de fato o objetivo imediato; mas por meio disso se queria recuperar - ou reconstruir - a identidade coletiva dos pescadores, permitindo-lhes afirmar-se como atores economicamente significativos e viáveis e como cidadãos politicamente questionadores de ordem social imposta localmente pelas classes dominantes (LEROY, 1989, p. 38).

No processo de formação da categoria, a direção da Colônia de Pescadores conseguiu posteriormente implantar o Centro de Capacitação do Pescador Artesanal (CCPA) na região do Baixo Amazonas, mais especificamente nas regiões de várzea do município de Santarém. Como desdobramento deste processo educativo, os Conselhos Regionais de Pesca foram se fortalecendo e em 2002, o Ibama publicou a IN nº. 29/02, que regulamenta a elaboração de regras de acesso e de uso dos recursos pesqueiros numa determinada região, enfatizando-se a natureza administrativa da política de cogestão atualmente implementada; e discutindo os critérios estabelecidos para elaboração dos acordos de pesca, assim como o passo a passo desta elaboração⁷.

⁷ No modelo de cogestão implementado na Amazônia, a elaboração dos acordos de pesca é recomendada no item "procedimentos para estabelecimento de um acordo de pesca" constante no Anexo I da IN nº. 29/02. Estes procedimentos são resultados de vários anos de trabalhos para a consolidação da organização comunitária para o manejo pesqueiro na região do Baixo e Médio Amazonas, e foram relatadas e compiladas durante o

Neste sentido, os acordos de pesca são um instrumento estratégico para o manejo comunitário e, portanto, para a manutenção dos estoques pesqueiros na Amazônia.

Outra política pública adotada pelo Estado para a preservação e conservação dos recursos naturais é a política do seguro-desemprego destinada ao pescador, conhecida popularmente como Seguro Defeso.

Desde 1991, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) estendeu o benefício do seguro-desemprego durante o período de defeso⁸ ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. O Seguro Defeso é fruto de trabalho de parceria, envolvendo várias instituições não governamentais, no intuito de estimular a manutenção dos estoques pesqueiros e, sobretudo, valorizar e fortalecer os pescadores artesanais, um dos atores sociais menos privilegiado em toda a história da construção das políticas pesqueiras, no Brasil e, em particular, na Amazônia. Por fim, o fortalecimento institucional e a intensa mobilização dos pescadores e entidades parceiras da região proporcionaram a criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), um instrumento jurídico que busca resolver o problema fundiário, nas áreas de várzea e integrar os Planos de Utilização dos PAE aos acordos de pesca.

Observa-se que o processo de Educação Popular com sua concepção político-pedagógica, adotado na região da Várzea de Santarém, cumpriu uma etapa de fortalecimento das instituições locais,

I Encontro de Manejo Comunitário de Pesca da Amazônia, em maio de 2002.

⁸ Referência ao período do ano em que ocorre interrupção à pesca de peixes ou crustáceos que estão em seu ciclo natural de reprodução. É definido pelo IBAMA, variando de acordo com as regiões do país (RUFFINO, 2005).

proporcionando instrumentos de gestão dos recursos naturais, com isso, criando diferentes formas de organização dos trabalhadores.

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiência e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

WWF-Brasil. Projeto Várzea: 20 anos construindo um sistema de co-gestão dos recursos naturais no Baixo Amazonas. Brasília: WWF-Brasil, 2013.

REFERÊNCIAS

AMBIENTE VIRTUAL DE FORMAÇÃO (AVF). Ficha 37: A Conferência de Medellín (I), 6 de março de 2013. Disponível em <<http://www.ambientevirtual.org.br/fichas-de-estudo/a-conferencia-de-medellin-i/>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

AZEVEDO, C.R.; APEL, M. Co-gestão: um processo em construção na várzea amazônica, Estudo do Pará – Estudo estratégico Analítico. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2004.

BRANDÃO, C.R. O Que é método Paulo Freire. 26ª reimpr. da 1ed.. São Paulo: Brasiliense, 2005b (Coleção Primeiros Passos; 38).

BRANDÃO, C.R. A educação popular na escola cidadã. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

BRANDÃO, C.R. Pensar a Prática: escritos de viagem estudos sobre a educação. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1990. P. 176 (Coleção Educação Popular)

CARTA DOS BISPOS. Linhas Prioritárias para a Pastoral da Amazônia. Santarém Pa: Tipografia Santa Clara. 1972. P.17.

FÁVERO, O. MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE primeiros tempos: 1961-1966, texto apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Évora, Portugal, de 5 a 8 de abril de 2004. p 1-15.

GADOTTI, M. Alfabetizar e politizar: Angicos, 50 anos depois. Revista de Informação do Semiárido – RISA, v, 1, n. 1, p. 47-67, jan/jun. 2013 (Edição Especial).

LEROY, J.P.R.J. Uma chama na Amazônia: campesinato, consciência de classe e educação: o movimento sindical dos trabalhadores rurais de Santarém (PA) (1974-85). Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1989.

MANFREDI, S.M. Formação Sindical no Brasil: história de uma prática cultural. São Paulo, Escrituras Editora, 1996.

PAIVA, V.P. Educação popular e educação de adultos. Edições Loyola, 1987.

PALUDO, Conceição. Educação Popular: dialogando com redes latino-americanas (2000-2003). In. Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas / Pedro Pontual, Timothy Ireland (organizadores). – Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2006. 264 p. – (Coleção Educação para Todos; v. 4)

REVISTA PROPOSTA. Experiência em Educação Popular: pescadores artesanais entre o passado e o futuro. Rio de Janeiro, (38), p. 37-50, set. 1988.

A importância do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) para as agricultoras familiares, dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, cooperadas da COOMAPLAS em Santarém/Pará*

Adria Oliveira dos SANTOS**
Leila de Fátima de Oliveira MONTE***
Wandicleia Lopes de SOUSA****

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para as mulheres associadas da COOMAPLAS/Pará que atuam na agricultura familiar nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos ambos situados no Oeste do estado do Pará. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de campo, aplicando um questionário cujo conteúdo abrange os aspectos econômicos e sociais das oito mulheres entrevistadas, contendo também os aspectos técnicos e produtivos da agricultura familiar cultivada para atender a demanda do programa PAA. Os resultados mostraram que a produção agrícola das mulheres cooperadas da Comaplas aumentou significativamente quando passaram a fornecer seus produtos para o programa PAA, além da oportunidade de comercializar os excedentes da sua produção em feiras, mercados e supermercados locais e municípios próximos. Apesar das mesmas diversificarem a sua produção, fatores técnicos e financeiros comprometem a sua produção final, tais como, as grandes quantidades de terras arrendadas que aumentam o custo de produção das cooperadas, inexistência de cursos técnicos de finanças corporativas entre outros.

Palavras-chave: Mulheres cooperadas. Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Aquisição de Alimentos. Cooperativas.

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar desenvolve um papel importante no crescimento das economias local e nacional, por isso, vem recebendo atenção especial do Governo Federal, no que tange a implantação de políticas públicas que incentivem este

segmento produtivo. A fim de apoiar e fortalecer este segmento tão importante para a economia do país, o Governo Federal vem implementando várias ações por meio de seus ministérios e secretarias. Seguindo essa finalidade foram criadas diversas políticas públicas com o propósito de fomentar e fortalecer a agricultura familiar, assim como, garantir a permanência do homem no campo. Entre essas políticas merece destaque o programa criado por meio da Lei nº 10.696, de 02 de Julho de 2003.

Este programa tem como finalidade colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo incentivar e fortalecer a agricultura familiar. Segundo o Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), este programa é destinado à aquisição de produtos

* Trabalho apresentado no IV Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Aplicadas – IV CONAPE, no Eixo temático de Economia Regional, realizado em Francisco Beltrão/PR, no período de 30 de setembro a 02 de outubro de 2015.

** Discente do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

*** Docente do Curso de Ciências Econômicas. Mestre em Economia. E-mail: leila_monte@yahoo.com.br.

**** Discente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). wandicleia@hotmail.com.

agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.

No Estado do Pará, este programa beneficia diversos produtores agrícolas em seus 143 municípios, especificamente os localizados no Oeste do estado que compõem a Região Metropolitana de Santarém, a saber, Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Com a adesão a este programa, incentivou-se a produção na agricultura familiar dos produtores individuais quanto aqueles associados em cooperativas que escoam a sua produção em feiras, mini e supermercados locais. Entre esses cooperados estão as mulheres que atuam como produtoras na agricultura familiar desses municípios atendendo a demanda do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) da Prefeitura de Santarém por meio da COOMAPLAS.

Assim sendo, o objetivo central desse trabalho é analisar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para as mulheres cooperadas da COOMAPLAS, nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Especificamente, busca-se: i) Descrever os impactos produtivos e econômicos na vida das mulheres agricultoras cooperadas da COOMAPLAS que comercializam seus produtos no PAA; ii) Conhecer a sua estrutura produtiva familiar; iii) Caracterizar a forma de produção e o escoamento dos produtos nos municípios delimitados na pesquisa; iv) Identificar as principais fragilidades encontradas pelas mulheres em sua estrutura produtiva local.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em mais cinco seções. A

segunda descreve o Referencial Teórico. A terceira seção apresenta os aspectos metodológicos do trabalho. A quarta seção caracteriza a cooperativa COOMAPLAS e a sua relação com as mulheres cooperadas em Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. E na quinta seção estão os resultados e discussão e, por fim, na sexta seção, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo discorre sobre o referencial teórico que subsidia o trabalho. Está organizado em duas importantes divisões: a primeira apresenta a relação existente entre a Agricultura Familiar e o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e a sua importância para a produção agrícola familiar do país; e a segunda discorre sobre o papel da mulher agricultora, na economia familiar.

2.1 Agricultura familiar e o programa de aquisição de alimentos (paa)

No Brasil o termo “agricultura familiar” passou a ser utilizado recentemente, a partir da década de 1980; antes usava-se a nomenclatura de “campesinato” ou “camponês” para identificar os trabalhadores do campo. A partir desse período pesquisadores e representantes da classe passaram a se referenciar aos trabalhadores do campo como agricultores e agricultoras familiares, sendo estes conceituados como “uma categoria socioprofissional, resultado da convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas (...) para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais” (NEVES, 2007, p. 230).

Com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, criado com a finalidade de responder as necessidades da agricultura familiar, observaram-se avanços importantes neste segmento produtivo, dentre os quais o fortalecimento dos serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; a elevação dos níveis de profissionalização dos agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão e a viabilização de infraestrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural (educação, segurança alimentar, lazer, saúde, cidadania).

Na Amazônia, este programa tem obtido resultados positivos. É o caso do Estado do Pará, onde 72% dos estabelecimentos agropecuários existentes possuem características próprias do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), o que demonstra o potencial da agricultura familiar no Estado. No entanto, existem deficiências em seus processos produtivos, haja vista que há pouco investimento tecnológico na produção familiar, no que decorre baixos níveis de produtividade e de renda, requerendo, por conseguinte, o indispensável apoio governamental desde a organização dos produtores, fator essencial para alcançarem competitividade, até o processo de comercialização, de modo a promover a sua inclusão no mercado. (SEDAP, 2012).

Outro Programa estabelecido pelo Governo Federal com o objetivo de fortalecer a Agricultura Familiar foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este Programa é uma ação estruturante que compõe o Programa Fome Zero, instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, com a

finalidade de "incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos" (BRASIL, 2003).

A operacionalização do programa é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, em parceria com Governos Estaduais e Municipais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Um grupo gestor coordenado pelo MDS e com representantes do Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, faz o acompanhamento do programa, definindo as normas para a sua implementação (MDS/CONAB, 2011).

Seu foco principal é o fortalecimento da Agricultura Familiar e a promoção da Segurança Alimentar, a fim de garantir o direito humano à alimentação para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e/ou de insegurança alimentar, além disso, a geração de trabalho e renda no campo e a promoção do desenvolvimento local por meio do escoamento da produção para consumo, preferencialmente, da região produtora. No município de Santarém, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é efetivado pela Prefeitura Municipal desde 2010, e executado por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS), apenas com a modalidade de compra para doação simultânea.

Segundo a coordenadora local do Programa de Aquisição de Alimentos, em 2014, o programa cadastrou cerca de 582 produtores dos municípios de Santarém,

Mojuí dos Campos e Belterra, os quais entregaram 1.333 toneladas de produtos oriundos da agricultura familiar, movimentando em torno de R\$ 2.825.740,98, em recursos. Atualmente o município tem cadastrado, (conforme dados de 2014), 582 agricultores familiares dos municípios de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Desse quantitativo 42%, que correspondem a 245 são mulheres e 58%, que corresponde a 337 são homens.

2.2 O papel da mulher na agricultura familiar

Na sociedade primitiva as mulheres ocupavam espaços considerados de menor importância se comparado com os homens daquela época, uma vez que estas eram identificadas como sexo inferior. Realidade esta que demonstrava claramente a discriminação existente com essa classe. Nas civilizações antigas as mulheres tinham a responsabilidade pelo trabalho doméstico e a produção agrícola, já os homens assumiam as tarefas que necessitavam do uso da força, entre as quais está a caça, pesca e a garantia do sustento familiar (OLIVEIRA; SAMPAIO, 2002).

Realidade essa que foi se estendendo ao longo dos séculos. Em contexto brasileiro nas últimas décadas esse cenário vem sofrendo transformações significativas no que diz respeito a participação expressiva da mulher nas atividades econômicas. Em 1970, ocorreu um aumento da valorização da mão de obra feminina no mercado de trabalho brasileiro, fato este que se intensificou nos anos seguintes, apesar da estagnação econômica. Após vinte anos, a inserção da mulher na força de trabalho foi crescendo significativamente, principalmente, após a industrialização, urbanização das cidades e a terceirização da

economia (HOFFMANN; LEONE 2004, p. 36)

Não diferente das mulheres urbanas, as agricultoras familiares também acompanharam as transformações que ocorreram com o passar dos anos. Dentro desse contexto, Lovatto destaca que “as conquistas obtidas pelo grupo de mulheres nos movimentos sociais constituído pelas agricultoras [...] alteraram a sua história e da própria sociedade através das lutas que travaram a partir da década de 80.” (LOVATTO et al. 2010, p. 202). Apesar deste avanço nas conquistas dos direitos sociais, as mulheres desenvolveram um papel importante na economia familiar, apesar do seu trabalho ainda ser pouco valorizado, sendo muitas vezes desconhecido entre sua classe.

Segundo Siliprandi:

[...] as mulheres produtoras rurais têm dificuldades de se inserir nas atividades de comercialização, em função de as suas atribuições de gênero serem voltadas prioritariamente para a vida doméstica e para o espaço privado. A agricultura familiar se caracteriza por ser uma forma de produção em que a unidade de trabalho se confunde com a organização da família, ambas regidas, em geral, por uma rígida divisão sexual e geracional do trabalho, em que as tarefas e os papéis sociais entre homens e mulheres, adultos, jovens e idosos são distintos e marcados por uma hierarquia. Atividades, espaços de produção e identidades sociais são diferenciados, sendo às mulheres adultas atribuídas as atividades domésticas e de reprodução da família, e aos homens, os espaços ditos “produtivos” e de geração de renda. (SILIPRANDI, 2011, p. 13).

A partir de 2002, as agricultoras familiares avançaram na conquista de suas reivindicações históricas defendidas pelas organizações de mulheres trabalhadoras do campo, assim, estas começaram a ser incluídas nas cotas das políticas públicas a serem implementadas para essa classe.

Merece destaque a criação no PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) de uma linha de crédito especial direcionado as mulheres do campo, esse foi um passo significativo de reconhecimento e valorização de seu papel na economia rural (SILIPRANDI, 2011).

De acordo com Guimarães:

[...] os avanços concretos trazidos pelas políticas públicas e sociais, como: o acesso ao programa de crédito para agricultura familiar, o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais, o direito à previdência social e ao salário maternidade, o direito de acesso à terra nos assentamentos de reforma agrária e a inclusão do nome da mulher junto ao do marido no título de propriedade da terra foram significativos, mas se devem considerar também os ganhos simbólicos, como: a percepção de que foi a partir de seus esforços e o fato de terem acreditado na força dos movimentos sociais de mulheres rurais que alcançaram as conquistas asseguradas em lei e reconhecidas por todos os demais atores, alimentando a consciência sobre seus direitos, os meios que podem mobilizar para consegui-los e a persistência e resistência em lutar por eles (GUIMARÃES, 2014, p.33-34).

Na Região Amazônica as agricultoras garantiram suas conquistas socioeconômicas por meio das lutas dos movimentos sindicais e sociais. De acordo com Castro, “tem trazido à tona, por outra via de interpretação as particularidades de seus modos de vida, de sua inserção econômica e organização política, bem como a sua participação no debate sobre a concepção da terra e de uso e gestão dos recursos” (CASTRO, 2001, p. 16).

É possível perceber que nos dias atuais muitas delas, independentemente de sua etnia cabocla, indígena, quilombola ou extrativista, tem grande contribuição no trabalho, pois, na maioria dos casos são responsáveis pelo sustento de suas famílias.

Sendo assim, o programa PAA tem contribuído para a independência econômica das mulheres, assegurando uma renda fixa para as mesmas por meio da demanda de produtos agrícolas pelo governo para abastecer as creches, asilos e programas assistenciais locais.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, descreve-se a estratégia empírica utilizada para analisar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para as agricultoras familiares, dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, cooperadas da COOMAPLAS em Santarém/Pará. Assim, os resultados foram obtidos por meio da aplicação de um questionário que continham perguntas de caráter fechado sobre os aspectos econômicos e sociais das oito mulheres cooperadas da COOMAPLAS. Outras perguntas estavam direcionadas a produção familiar dessas mulheres, quais sejam, áreas destinadas à produção, produtividade, condição de ocupação das terras, destinação do produto final, renda, lucro e excedente produtivo e o abastecimento para o programa PAA. Os resultados desta pesquisa serão apresentados na seção seguinte na forma de tabelas e gráficos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Contexto histórico da COOMAPLAS/Santarém

A Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós – COOMAPLAS foi fundada em 15 de dezembro de 2006 e está localizada na região do Oeste do Pará. A criação desta Cooperativa foi estimulada

pelo Programa Fome Zero criado em 2003, pelo Governo Federal, em substituição ao Programa Comunidade Solidária instituído pelo Decreto nº.1.366, de 12 de janeiro de 1995, cujo objetivo era enfrentar a fome e a miséria no país. As ações do Programa Fome Zero em 2003, na região abrangia 90 famílias, deste total, apenas 20, se uniram para formar a cooperativa COOMAPLAS. Essas famílias se localizam em quatro Comunidades do Planalto Santareno, a saber, Tabocal, Cipoal, São José e Boa Fé (localizada na região Santarém-Cuiabá).

Atualmente a COOMAPLAS conta com 97 cooperados, sendo 70 (setenta) homens e 27 (vinte e sete) mulheres, residentes nas comunidades dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. A relação da COOMAPLAS com o poder público municipal (prefeitura de Santarém) se dá por meio de parcerias com o intuito de beneficiar a produção agrícola dos associados.

Segundo Silva; Tapajós (2012), em 2009, a Coomaplas firmou um convênio com a então Secretaria Municipal de Produção Familiar (SEMPAF) do município de Santarém. Os resultados dessa parceria foram a mecanização de 200 hectares na área do Planalto Santareno (Tabocal, Cipoal, São José e Boa Fé Tabocal, Cipoal, São José e Boa Fé) beneficiando mais de 200 famílias. No que se refere a comercialização dos produtos agrícolas dos associados da COOMAPLAS para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), inicialmente a cooperativa firmou convênio com a Secretaria de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS) do município de Santarém. Por meio deste convênio, a produção agrícola dos cooperados ganharam destaque no município de Santarém, principalmente nos quesitos de beneficiamentos, padronização,

armazenamento e comercialização. Isso possibilitou a cooperativa produzir anualmente mais de 250 toneladas de produtos hortifrutigranjeiros para atender as demandas do PAA e o excedente comercializados pelos próprios produtores em feiras, mercados e supermercados localizados no município de Santarém.

Outras conquistas foram alcançadas pela COOMAPLAS por meio de parcerias firmadas com o poder público municipal de Santarém. Silva; Tapajós (2012) destacaram as principais:

Concessão de uso do Mercado Tupaiulândia localizado na área urbana do município de Santarém/Pará com o objetivo de escoar e comercializar a produção agrícola orgânica de seus cooperados;

Parceria firmada da COOMAPLAS com o SEBRAE/Santarém com o intuito de melhorar as questões técnicas e administrativas do Polo do Maracujá localizado na Comunidade da Boa Fé que concentra mais de 40 produtores rurais associados a cooperativa que cultivam o maracujá numa área de aproximadamente de 40 hectares;

A parceria entre a COOMAPLAS e a Secretaria Municipal de Produção Familiar (SEMPAF) e a EMATER/PA firmada em 2012, possibilitou aos cooperados a assistência técnica em suas atividades produtivas, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade dos seus produtos e, assim atender as exigências do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);

Outras parcerias firmadas com a COOMAPLAS e os poderes públicos das esferas estadual, municipal e federal: SEMAB, SEMDS, SEMED, ADEPARA, SAGRI, EMBRAPA, MAPA, IPAM, STTR-Santarém e STTR-Mojuí dos Campos.

4.1.1 A atuação das mulheres cooperadas da COOMAPLAS/Pará na produção e comercialização de produtos agrícolas para atender a demanda do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado para atender a demanda governamental de produtos agrícolas produzidos pelas famílias que atuam na agricultura familiar, seja de forma individual, por meio de cooperativas ou outras organizações formalmente constituídas. Na região Oeste do Pará, mais precisamente nos municípios que integram a Região Metropolitana de Santarém (Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra), a cooperativa Coomaplas vem atuando desde 2003, na produção e venda de produtos agrícolas para atender a demanda do PAA local.

A COOMAPLAS é constituída por 97 cooperados sendo a maioria de homens 72% e o restante 27% de mulheres. Do universo de 27 mulheres cooperadas apenas 8 foram entrevistadas, sendo três moradoras das Comunidades de Igarapé Pimenta, Tabocal e São José ambas localizadas no município de Santarém; quatro do município de Mojuí dos Campos, todas moradoras da comunidade Boa Fé; e uma do município de Belterra na Comunidade de Portão de Belterra.

Os resultados da pesquisa mostraram que a maioria das entrevistadas são casadas, com média de 44 anos de idade, possuem o ensino fundamental completo e ensino médio completo. Com o objetivo de traçar o perfil das moradias dessas cooperadas da COOMAPLAS, a pesquisa constatou que mais de 75% das moradias das mulheres possuem estruturas de alvenarias com rede geral de micro sistema de abastecimento de água e fossa séptica como forma de

esgotamento sanitário. As moradias com estrutura mista (madeira e alvenaria) que correspondem a 25% da amostra, apresentaram diversas formas de abastecimento de água, entre elas, as moradias que se abastecem de água por meio de poços com nascentes construídos dentro da propriedade e outras com a Rede geral de micro sistema de abastecimento de água.

As informações referentes a produção e a circulação dos produtos agrícolas das mulheres cooperadas da COOMAPLAS estão dispostas nas tabelas a seguir. As averiguações acerca das condições de produção, tais como os hectares de terras destinados à produção agrícola e as condições de seu uso se concentraram nas tabelas 1 e 2. Nestas, pode-se observar que o município de Mojuí dos Campos (Comunidade de Boa Fé) concentra as maiores extensões de terras, ou seja, mais de 62% (141 hectares) destinadas a produção familiar das mulheres cooperadas da Cooperativa. As condições dessas áreas produtivas se diversificam entre aquelas que pertencem às cooperadas (as consideradas próprias) e as arrendadas que consistem num contrato agrário pelo qual as mulheres cooperadas, por tempo determinado, gozam o direito de uso das terras para a produção agrícola, mediante certa retribuição ou aluguel. Destaca-se que nesses hectares de terras as mulheres cooperadas não usam o sistema de irrigação em sua produção agrícola. Neste caso, o não uso de um sistema de irrigação pode comprometer a curto e longo prazo a busca de uma maior produtividade pelas mulheres cooperadas e também a qualidade dos seus produtos comercializados para atender a demanda do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ver tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - Áreas destinadas a produção familiar (em hectares), condições produtivas das terras e o uso de sistemas de irrigações das mulheres cooperadas da COOMAPLAS moradoras das comunidades situadas nos municípios de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra.

Comunidade	Área destinada a produção familiar (ha)	Condição da área produtiva	Usa Sistema de Irrigação utilizada
Igarapé da Pimenta	13	Própria	Não
Tabocal	10	Própria	Não
São José	2	Arrendada	Não
Boa fé	3	Própria	Não
	93	Arrendada	Não
	44	Familiar arrendada	Não
	1	Arrendada	Não
Portão de Belterra	61	Própria	Sim
TOTAL	227		

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.

Tabela 2 - Porcentagem das áreas destinadas a produção familiar em hectares

Comunidade	Área destinada a produção familiar (ha)	%	Município
Igarapé da Pimenta	13	5,73	Santarém
Tabocal	10	4,41	Santarém
São José	2	0,88	Santarém
Boa fé	3	1,32	Mojuí dos Campos
	93	40,97	Mojuí dos Campos
	44	19,38	Mojuí dos Campos
	1	0,44	Mojuí dos Campos
Portão de Belterra	61	26,87	Belterra
TOTAL	227	100	

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015

Na comunidade de Portão de Belterra situada no município de Belterra, as mulheres cooperadas da COOMAPLAS contam com 61 hectares de terra própria para a produção agrícola e todas possuem sistema de irrigação (tabela 2). Enquanto que nas comunidades de Igarapé Pimenta, Tabocal e São José, ambas situadas no município de Santarém, as mulheres cooperadas cultivam seus produtos agrícolas em 25 hectares de terras, sendo que a maioria é própria e não usa sistema de irrigação.

Segundo o MDS (2013) a lista de produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é bem extensa. Ao todo são mais de três mil itens. Os mais presentes são leites e derivados, com 28%, seguido das hortaliças com 16% e as frutas, com 12%. Depois vem o arroz, feijão, farinha de mandioca, castanhas, cereais, grãos, carnes, pescados, ovos, sucos e polpas de frutas, entre outros. Destaca-se que em 10 anos do PAA, já foram comprados mais de 4 mil toneladas de alimentos da agricultura familiar no Brasil. (MDS, 2013, p. 2).

Os quadros 1 e 2 mostram os principais produtos cultivados pelas mulheres cooperadas da COOMAPLAS em 2014, nos municípios de Santarém (Quadro 1), Mojuí dos Campos e Belterra (Quadro 2). Os resultados expostos na tabela 1 mostram que os principais produtos cultivados pelas mulheres cooperadas da cooperativa que residem no município de

Santarém foram a farinha, galinha caipira, macaxeira, coco, cebolinha, feijão, milho e ovos de galinha caipira, totalizando uma produção de aproximadamente 7.445 kg, referente ao ano de 2014. Os métodos utilizados nesta produção no município de Santarém foram do tipo convencional¹ e orgânicos.²

Quadro 2 - Principais produtos cultivados pelas mulheres cooperadas da COOMAPLAS na Comunidade de Boa Fé, município de Mojuí dos Campos e da Comunidade de Portão de Belterra para o programa PAA.

Mojuí dos Campos	Principais produtos cultivados	Belterra	Principais produtos cultivados
Boa Fé	Feijão	Portão de Belterra	Feijão
	Maracujá		Melancia
	Farinha		Arroz
	Maracujá		
	Maracujá		
	Taperebá		
	Mamão		
	Hortaliças		

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Quadro 1: Principais produtos cultivados pelas mulheres cooperadas da COOMAPLAS na Comunidade de Igarapé Pimenta, Tabocal e São José no município de Santarém para o programa PAA.

Município de Santarém					
Comunidade	Principais produtos cultivados				
Igarapé da Pimenta	Farinha	Tabocal	Feijão	São José	Macaxeira
	Galinha		Milho		Feijão
	Macaxeira		Macaxeira		Ovos de galinha caipira
	Coco		Galinha caipira		
	Cebolinha				

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

¹ Segundo Penteadó (2001), a agricultura convencional é descrita como o conjunto de técnicas produtivas que surgiram em meados do século XIX, conhecida como a 2ª Revolução Agrícola, que teve como suporte o lançamento de fertilizantes químicos por Liebig. Esse sistema se expandiu após as duas guerras mundiais, com o emprego de sementes manipuladas geneticamente para o aumento da produtividade, associados ao emprego de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes) e da maquinaria agrícola.

² A Agricultura orgânica surgiu, em 1920, pelo inglês Sir Albert Howard. Um dos princípios básicos defendidos por Howard era o não uso de adubos artificiais e, particularmente, de adubos químicos minerais, destacando o uso da matéria orgânica na melhoria da fertilidade e vida do solo (PENTEADO, 2001).

Na Comunidade de Igarapé-Pimenta, programa PAA pelas mulheres cooperadas, a farinha é o principal produto fornecido ao aproximadamente 2.500 kg, durante o ano

de 2014, o que confere a essas produtoras um lucro total acima dos R\$ 8.000,00 (oito mil) reais. Já na Comunidade de Tabocal a produção agrícola é mais equilibrada, destacando a produção da macaxeira com mais de 700 kg produzidos, sendo que parte atende a demanda do PAA e o restante abastece o consumo interno da comunidade. Na Comunidade de São José a macaxeira também é produzida em maiores quantidades, cerca de 2.800 kg. Entretanto, o que a diferencia da produção da Comunidade de Tabocal é o tipo de produção usada, esta é do tipo convencional e na de São José a produção é orgânica e atende aos quesitos do programa PAA.

Outra importante diferença está no rendimento médio obtido na produção de macaxeira nos tipos convencional e orgânica. Enquanto que na Comunidade de Tabocal, as mulheres colheram 750 kg de mandioca plantadas em 2/5 hectares com produção do tipo convencional, obtiveram rendimento médio de aproximadamente R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos) reais; enquanto que as cooperadas de São José utilizaram somente 1/5 hectare para a plantação de macaxeira do tipo orgânica e obtiveram uma produção acima 2800 kg e rendimento médio acima de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos) reais, com destino para os programas PAA e PNAE.

Quadro 2 - Principais produtos cultivados pelas mulheres cooperadas da COOMAPLAS na Comunidade de Boa Fé, município de Mojuí dos Campos e da Comunidade de Portão de Belterra para o programa PAA.

Mojuí dos Campos	Principais produtos cultivados	Belterra	Principais produtos cultivados
Boa Fé	Feijão	Portão de Belterra	Feijão
	Maracujá		Melancia
	Farinha		Arroz
	Maracujá		
	Maracujá		
	Taperebá		
	Mamão		
	Hortaliças		

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Na Comunidade de Boa Fé no município de Mojuí dos Campos, a farinha, o mamão e o feijão são os principais produtos agrícolas cultivados pelas mulheres cooperadas. O tipo de produção predominante ainda é o rudimentar (convencional). A margem de rendimento médio obtido na venda desses produtos é de aproximadamente R\$ 1.300,00 (farinha), R\$ 4.000,00 (mamão) e R\$ 4.500,00 (feijão). O principal destino desta produção é para o programa PAA.

No município de Belterra (Comunidade de Portão de Belterra), a produção do feijão é do tipo mista, parte é produzida de forma tradicional (rudimentar) e a outra é orgânica. A produção do feijão no ano de 2014, nesta comunidade foi de aproximadamente 4.200 kg, sendo que parte atende a demanda do PAA e o restante abastece o mercado interno da Comunidade.

De forma geral, a produção agrícola das mulheres cooperadas da COOMAPLAS ainda é considerada baixa e rudimentar,

haja vista que não conseguem atender a demanda e nem as exigências do programa PAA. Entretanto, alguns aspectos positivos foram relatados, entre elas a conquista de sua independência financeira em relação aos seus maridos; a participação na COOMAPLAS que facilitou a sua inserção no programa PAA como fornecedoras de produtos agrícolas; a participação em cursos de assistência técnica para o processamento de seus produtos promovidos pela COOMAPLAS e EMATER; e o acesso aos créditos rurais, entre eles o PRONAF que promoveu o aumento de sua produtividade. Entre os pontos fracos, ainda persistem os relacionados ao tipo de produção usada (tradicional), e o arrendamento das terras que encarecem os produtos finais e comprometem a sua produtividade e lucratividade final. Além disso, os desconhecimentos de quase todas as entrevistadas em relação ao orçamento de sua produção, no que tange a contabilização dos seus custos, vendas e pagamento de mão de obra. O que demanda um plano de qualificação dessas mulheres nas áreas de: finanças pessoais, empreendedorismo social, economia solidária, gestão financeira e corporativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a importância do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) para a produção agrícola familiar das mulheres cooperadas da COOMAPLAS. Foi observado, por meio dos resultados desta pesquisa que a inserção das mulheres cooperadas como fornecedoras de produtos agrícolas para o programa PAA foi um marco importante para a agricultura familiar dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

Através deste programa, as mulheres conseguiram se inserir no mercado de produtos agrícolas locais, seja produzindo para atender a demanda do programa PAA ou o PNAE, seja para abastecer o mercado local ou mesmo para fornecer matéria-prima para ser processada em indústrias e supermercados no município de Santarém (cidade polo da Região do Baixo Amazonas).

Os produtos agrícolas comercializados são os regionais de grande aceitação no mercado, tais como a farinha, a mandioca, o feijão, as frutas como o mamão, melancia, abacaxi, entre outros. Entretanto, alguns obstáculos foram detectados pelas mulheres cooperadas que comprometem diretamente a sua produção e o rendimento médio mensal. Entre eles, a introdução de novas técnicas produtivas na produção, pois a predominância em todos os municípios pesquisados é do tipo rudimentar, salvo raras exceções onde o cultivo é tipo orgânico.

Apesar de as mulheres avaliarem a execução do programa PAA como bom e terem obtido aumento em sua produção desde o momento da sua inserção, nota-se que a maior parte da produção ainda é *in natura*, sendo que algumas frutas são processadas. O desconhecimento da técnica de processamento e beneficiamento dos produtos, aliados aos escassos recursos financeiros obtidos por meio dos créditos agrícolas, tais como o PRONAF e outros, compromete a sua produção final, o que não gera, em muitas comunidades, excedentes produtivos para serem comercializados em feiras livres e supermercados na região.

Esse entrave ainda se perpetua em muitos municípios do país, inclusive nos situados no estado do Pará, mais precisamente os delimitados para este estudo (Santarém, Mojuí dos Campos e

Belterra), pois, contribui para a desvalorização do trabalho das mulheres na agricultura familiar e a sua posterior autonomia econômica, ao mesmo tempo em que desvaloriza a produção e o consumo de produtos alimentares inseridos na cultura regional de cada município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, 2 de julho de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS. Programa de Aquisição de Alimentos, 10 anos. Brasília, 2013, p.17. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazin_epdf/CartilhaPAA10anos.pdf. Acesso em: 01 ago.2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS propõe metas para execução de programa de aquisição de alimentos. In: **Cidadania e Justiça: Agricultura**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/01/mds-propoe-metas-para-execucao-de-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 29 jul.2015.

CASTRO, Edna. **Mulheres da Amazônia Brasileira:** entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001, p. 15-21.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Evolução dos Produtos do PAA (2009-2011)**. Rio de Janeiro: CONAB, 2011.

GUIMARÃES, Jamille Ferreira. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): influências sobre o trabalho das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra, Estado do Pará**. 2014. 132p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém, 2014.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita: 1981-2002. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, 14, maio-agosto de 2004. Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf>. Acesso em: 25 jul.2015.

LOVATTO, Patrícia et al. Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. In: **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, maio/ago. 2010. p. 191-212.

MDS/CONAB, 2011. Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paahttp://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. Acesso em: 25 abr. 2015.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C.. (Orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 211 – 270.

OLIVEIRA, D.; SAMPAIO, S. Mercado de trabalho industrial e a questão do “gênero”: uma análise do trabalho feminino em indústrias de Rio Claro, São Paulo. **Revista de Geografia**, Rio de Janeiro, v.2, 2002.

PARÁ. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca- SEDAP. Modernização da agricultura familiar. Publicado em 2012. Disponível em: http://www.sagri.pa.gov.br/posts/view/136/modernizacao_da_agricultura_familiar. Acesso em: 20 de jul. 2015.

PENTEADO, S.R. **Introdução à agricultura orgânica**. Minas Gerais: Aprenda fácil Editora, 2001.

SILIPRANDI, Emma. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtivas para mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/dpmr/arquivos/view/livro_mulher_e_autonomia.pdf. Acesso em: 25 de jul.2015.

SILVA, Maria Rosiene; TAPAJÓS, Margarete Lima. **A distribuição de produtos da Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós – COOMAPLAS: um estudo de caso**. Santarém: IESPES, 2012. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação).

Análise do controle social exercido pelo estado sobre as comunidades afetadas pela construção do complexo hidrelétrico Tapajós *

Sandra Karolline de Melo Batista PONTES**

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise do controle exercido pelo Estado sobre as comunidades – indígenas e ribeirinhas – que serão afetadas pela implantação do Complexo Hidrelétrico Tapajós (CHT), projeto previsto pelo Governo Federal, que visa a construção de sete usinas hidrelétricas localizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Tapajós, até o ano de 2020. Para atingir tal objetivo de pesquisa partiremos de dois objetivos específicos: (a) analisar o posicionamento do Estado, em esfera federal, quanto aos efeitos da construção do CHT sobre as comunidades indígenas e ribeirinhas da região; e (b) analisar a participação das comunidades indígenas e ribeirinhas da região no processo de tomada de decisão na construção do complexo hidrelétrico, utilizando como objeto de estudo o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada dos povos indígenas. Seguindo a discussão, o artigo busca apresentar os direitos humanos que têm sido sistematicamente violados pela construção das barragens, tomando como base teórica o relatório elaborado pela Comissão Especial de Atingidos por Barragens do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e a Constituição Federal Brasileira de 1988. Para a construção deste artigo, serão utilizados como subsídios os autores Evangelista (2010), Braga (2011), Palhares (2014), dentre outros. Assim como informações extraídas de uma audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal, no dia 29 de janeiro de 2016 em Santarém (PA), com a finalidade de fortalecer os debates acerca deste assunto e discutir os prováveis impactos gerados na construção da principal usina hidrelétrica do Complexo - a Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, localizada a 65km da zona urbana do município de Itaituba, região oeste do Estado do Pará.

Palavras-chave: Complexo Hidrelétrico Tapajós, Controle Social, Comunidades Afetadas.

INTRODUÇÃO

O Complexo Hidrelétrico Tapajós (CHT) é um projeto do Governo Federal, lançado em 2008, que prevê a construção de sete usinas hidrelétricas na Bacia Hidrográfica do Tapajós, atingindo grande parte do Rio Tapajós, na região oeste do Estado do Pará. Dentre as sete usinas, a UHE de São Luiz do Tapajós é considerada a maior obra do Complexo, possuindo uma

capacidade de 6.356,4 MW, quando instalada.

No entanto, este megaprojeto irá afetar diversas comunidades tradicionais, como os povos ribeirinhos, quilombolas, pescadores e, principalmente, os indígenas da etnia Munduruku, que terão suas moradias alagadas e suas vidas totalmente modificadas. Além da devastação da fauna e da flora, que são riquíssimas nesta região.

Assim, tentando entender este fenômeno, o artigo tem como objetivo analisar o controle social exercido pelo Estado sobre as comunidades que serão afetadas pela implantação deste Complexo, aprofundando o estudo a fim de analisar o posicionamento do Estado, em esfera federal, quanto aos efeitos da construção do

* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional dos Estudantes dos Campos de Públicas, realizando em Natal, na Universidade do Rio Grande do Norte, no período de 16 a 19 de Agosto de 2016. O artigo foi selecionado como o 3º melhor no Prêmio Lince, na categoria graduando.

** Graduanda em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: karolpontosstm@hotmail.com.

CHT sobre as comunidades indígenas e ribeirinhas da região e, ainda, analisar a participação destas comunidades no processo de tomada de decisão, na construção do complexo hidrelétrico.

Para isso, foram feitas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, quando foi estudado o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada dos Povos Indígenas, contido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. O artigo vem apresentar também os direitos humanos que foram violados através da construção das barragens, tomando como base teórica o relatório elaborado pela Comissão Especial de Atingidos por Barragens do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e a Constituição Federal Brasileira de 1988.

Utilizou-se ainda informações extraídas de audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal em Santarém (PA), no dia 29 de janeiro de 2016, com o objetivo de debater sobre este assunto e apresentar os possíveis impactos causados pela construção da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

Este artigo está dividido em três seções, sendo a primeira o Referencial Teórico, que abrange três subtemas: “Controle Social”; “Participação Social” e “Entendendo as Hidrelétricas”. Estes envolvem os eixos de estudo desta pesquisa. A segunda seção vem expor a análise dos resultados a partir dos subtemas: “Controle do Estado: consulta prévia aos atingidos” e “Violação dos Direitos Humanos”, apresentando os resultados obtidos através da pesquisa sobre o controle exercido pelo Estado frente aos atingidos pela barragem e sobre os Direitos Humanos que estão sendo violados para se dar continuidade ao processo de construção

da UHE de São Luiz do Tapajós. A última seção apresenta as Considerações Finais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Controle social

Segundo Evangelista (2010), por meio de um controle social atuante:

[É] possível garantir melhores serviços prestados pelo setor público e melhor qualidade de vida à população, pois a partir do momento em que o Estado cumpre o dever de permitir que os gastos governamentais sejam fiscalizados estará fomentando o controle social direto e a participação da sociedade que lhe financia, ou seja, estará promovendo a cidadania e a otimização de recursos. (EVANGELISTA, 2010, p. 8)

Sendo assim, o controle social pode ser entendido como uma maneira de compartilhar o poder de decisão entre o Estado e a sociedade, tornando-se um instrumento de democracia e cidadania, pois trata da capacidade da sociedade civil organizada de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado, na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal (SERAFIM; TEIXEIRA, 2008).

O controle social é de extrema importância por garantir que as políticas públicas atendam, de fato, às necessidades básicas da população, melhorando a aplicação dos recursos públicos e garantindo a qualidade dos serviços. Quando há essa participação da sociedade, as políticas públicas se tornam mais fortalecidas, adequando as necessidades ao bem coletivo.

No entanto, quando não há esta troca de informações entre estado e sociedade, o

campo torna-se mais propício à propagação das ações da corrupção e da má utilização dos recursos públicos, que acabam sendo cada vez mais escassos em relação às prioridades que a sociedade carece.

O desafio do ideal democrático é fomentar o envolvimento dos cidadãos nas atividades políticas, seja por meio da participação política ou do controle social. Enquanto a maioria da população espera do setor público uma solução para os problemas enfrentados pela sociedade como um todo; apenas uma minoria de indivíduos se apropria de instrumentos públicos de participação, de modo a influenciar a agenda política, intervir no processo decisório e acompanhar a implementação das políticas públicas. (FARIA, 2006, p.19).

Para Braga (2011), o Controle Social tem:

1) função política: que se expressa pela participação de segmentos da sociedade civil em processos decisórios, de promoção da transparência e do acompanhamento da gestão pública; 2) função jurídica: que se faz presente ao funcionar como elemento de defesa dos interesses individuais e coletivos e dos aspectos de legalidade da gestão pública, conforme previsto no ordenamento jurídico e na legislação vigente; 3) função social: assegurar ou ampliar os direitos sociais aos cidadãos ou àquelas comunidades, antes excluídas desses direitos. Manifesta-se quando estimulam-se os cidadãos ao aprendizado da cidadania e a serem sujeitos ativos. (BRAGA, 2011, p. 53).

Em conformidade ao que Braga (2011) discute, o controle social atua no sentido de direcionar as políticas públicas de acordo com as necessidades da população, constituindo um fundamental exercício de democratização da gestão pública, atribuindo à sociedade o papel de agente fiscalizador dos recursos públicos.

Para que o controle social funcione é preciso conscientizar a sociedade de que ela tem o direito de participar desse controle, é preciso criar instrumentos de participação, amplamente divulgados e postos ao alcance de todos. Enquanto o controle social não fizer parte da cultura do povo, ele não pode substituir os controles formais hoje existentes. (CARRANO, 2011, p.1).

1.2 Participação social

Para Faria (2006, p. 20), “a participação [social] implica criar mecanismos legais de abertura do governo para escutar as opiniões sociais e considerá-las no momento de formular e implementar políticas públicas.” Assim, o cidadão passa a fazer parte das tomadas de decisões, contribuindo direta ou indiretamente. Esta participação contribui na identificação de escolhas e alternativas capazes de conservar os valores éticos, culturais e econômicos da sociedade.

Sendo a participação social um dos elementos primordiais para a construção da cidadania, de acordo com Ciconello (2008), isto deveria apresentar três características:

1) Ser um processo educativo voltado para o exercício da cidadania, levando ao estabelecimento de conexões e influências mútuas entre as esferas pública e privada; 2) permitir que as decisões coletivas sejam aceitas mais facilmente pelos indivíduos, uma vez que os mesmos tomam parte do processo de decisão; 3) produzir maior integração social, na medida em que produz um sentimento de pertencimento de cada cidadão isolado à sua comunidade ou grupo organizado (associação, sindicato, movimento social). (CICONELLO, 2008, p.2).

Seguindo este pensamento, é necessário que a participação seja efetiva para que possam existir meios de influência direta, através dos quais a sociedade possa opinar e decidir, construindo uma democracia capaz de quebrar barreiras entre

o Estado e o cidadão. Como corrobora Palhares (2014, p. 13), “à democracia em crise se responde com mais democracia e não com menos participação”.

Assim, o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, da Presidência da República, instituiu a Política Nacional de Participação Social – PNPS, que em seu artigo 1º, diz:

Fica instituída a Política Nacional de Participação Social - PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil (DECRETO Nº 8.243, 2014, Art. 1º)

Entretanto, esta participação deve ser mensurada e bem estruturada. Logo, não é suficiente existirem diversos mecanismos de participação social, se dentre estes existentes não houver participação popular efetiva. Mark Evans (2012) afirma que:

Um ponto fundamental é identificar com mais precisão os resultados pretendidos com determinado processo de participação, ou seja, qual instrumento ou metodologia participativa é mais adequada a um determinado processo decisório ou processo político. (EVANS, 2012, p.18).

Esse processo de participação está cada vez mais evidente na atuação dos movimentos sociais em prol da reivindicação dos direitos e da gestão da sociedade, eles não reivindicam apenas garantir mais direitos, mas sim ampliar aqueles já existentes e participar da gestão de cada um. A sociedade atual busca por mais participação, na definição e reestruturação de políticas públicas,

requerendo sua inclusão, no processo de tomada de decisão.

1.3 Entendendo as hidrelétricas

Conforme afirma Müller (1995), uma barragem é uma construção destinada a barrar um curso d’água e proporcionar a formação de um reservatório, criando com isso um desnível entre montante e jusante, para o acionamento de turbinas hidráulicas.

Entretanto, as políticas públicas energéticas não conseguem manter-se equilibradas, pois não incluem de maneira significativa os impactos cometidos às comunidades atingidas e a participação nos benefícios de implementação do projeto, ocasionando dificuldades na eficácia e eficiência destas políticas.

Sendo assim, em muitos projetos hidrelétricos, os efeitos negativos são bastante expressivos, pois como afirma Silva (2007), a paisagem natural acaba sendo modificada e os impactos com a fauna e a flora aumentam consideravelmente. Além disso, as usinas hidrelétricas provocam a inundação de grandes áreas de terras agrícolas, florestas, campos, pastagens e a saída de um grande número de pessoas de seus ambientes naturais de habitação. “Ainda que a geração hidrelétrica seja sustentável, algumas regiões atingidas para que ela fosse gerada tiveram, em lugar de desenvolvimento, retrocesso insustentável”. (MÜLLER, 1995).

Segundo Rocha (2014):

A instalação de hidrelétricas implica o “deslocamento compulsório” de um grande número de pessoas nas respectivas regiões, e mesmo com mais de um século de hidreletricidade no Brasil ainda não existe uma legislação específica para o remanejamento populacional. A cada

nova hidrelétrica a ser instalada, é firmado um Termo de Acordo de Conduta (TAC) entre os agentes sociais envolvidos. (ROCHA, 2014, p. 263).

Em razão disso, Mendes (2005) relata que quando uma população é forçada a deixar um determinado local, ocorrem grandes impactos sociais e culturais, seja no modo de viver, de como trabalhar com a terra e na sua relação de vizinhança. A fim de “minimizar” as consequências são realizados reassentamentos e muitas famílias são indenizadas, contudo, as indenizações possuem valores irrisórios, não sendo possível efetuar a compra de uma nova terra para sobreviver.

É importante salientar que, nem sempre, as barragens e usinas hidrelétricas atingem o seu objetivo principal, produzindo, às vezes, menos energia elétrica do que havia sido projetado e com a função de barrar a água geralmente se torna muito onerosa e sua conclusão leva muito mais tempo que o previsto no projeto inicial. Além disso, cabe ressaltar que as empresas, até mesmo as estatais, iniciam novos projetos antes mesmo que estejam devidamente equacionados e resolvidos os problemas sociais e ambientais de barragens já construídas. (MENDES, 2005, p.45).

Dessa forma, é evidente que para a construção de uma usina hidrelétrica é necessário que se realizem estudos minuciosamente detalhados, para que possa ser possível evidenciar se a obra é de fato viável para o local em que se pretende construir, afinal, um projeto de alta complexidade envolve diversas situações, sendo elas econômicas, sociais, culturais e ambientais.

2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

2.1 Controle do estado: consulta prévia aos atingidos

Para que se dê início aos procedimentos de construção e implementação de grandes obras, como o Complexo Hidrelétrico Tapajós, é necessário que os atingidos direta ou indiretamente por tais obras sejam consultados previamente, conforme estabelece o Direito à Consulta Prévia, Livre e Informada, para que possam refletir e analisar se as devidas construções irão beneficiá-los ou não. Havendo esta consulta, é possível evitar que seus direitos sejam afetados ou até mesmo violados.

O Direito à Consulta Prévia, Livre e Informada dos povos indígenas está contido na Convenção 169, denominada *Convenção relativa aos povos indígenas e tribais em países independentes*, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada pelo Brasil em 1989, bem como por outros países da América Latina. Esta medida tornou-se, desde então, uma importante ferramenta de defesa política e social desses povos.

Como é colocado na Convenção 169, Artigo 2.1: “Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade.”

A Convenção 169 afirma, ainda, que:

Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra

natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes; c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim. (Convenção 169, OIT, Art. 6.1).

Segundo Verdum (2011, p.1), “o Direito de Consulta Prévia inclui todas aquelas decisões administrativas e legislativas, de nível federal, estadual e municipal, que afetem direitos coletivos dos povos indígenas.” Além disso, o governo deve garantir um tempo para que essa consulta seja feita, a fim de que todos os povos indígenas atingidos sejam informados e apresentem uma decisão sobre o caso. Ao passo que ocorrem certas divergências relacionadas aos povos indígenas e ribeirinhos que serão atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. Mediante depoimentos, em audiências públicas sobre o caso, indígenas da etnia Munduruku e ribeirinhos das Comunidades de Montanha, Mangabal e Pimental afirmam que o Governo Federal, não realizou até o dado momento nenhuma consulta prévia que pudesse garantir a eles um determinado tempo para que pudessem analisar a proposta de implementação da obra. Em contraposição ao que a Convenção 169 determina, o governo deixa claro que o empreendimento deve ser construído.

A organização não-governamental Greenpeace Brasil aponta que os povos nunca foram consultados e que o Governo Federal permitiu que os estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) fossem realizados de maneira abrupta, buscando reforço de soldados da Força Nacional Brasileira.

Em 2013, os indígenas Munduruku encaminharam uma carta ao governo, apresentando suas opiniões sobre o caso:

Em nenhum momento fomos consultados, porém os estudos já estão sendo feitos em nossos territórios. Se houve estudos nós não sabemos disso. Que sejam atendidas as nossas reivindicações em caráter de urgência: Que saiam as Forças Armadas de nossas terras. Que parem os estudos das pesquisas. Que parem as construções de hidrelétricas. Que nos expliquem tudo que vai acontecer em nossas terras e nos ouça e respeite a nossa decisão. (POVO MUNDURUKU, 2013, p. 1).

O Governo Federal afirma ainda que apenas a etnia Munduruku deve ser consultada, excluindo as diversas comunidades ribeirinhas que terão de ser remanejadas de suas terras. Apresenta como solução para estes afetados, medidas de compensação e negociação, para que a obra possa seguir em frente, sem tantas delongas.

Sobre os indígenas Munduruku, Losekann e Oliveira (2015) enfatizam que:

Eles querem coordenar as reuniões, pois produzem seus próprios sistemas participativos e nestes as crianças, os jovens e os idosos também são parte. Exigem respeito às temporalidades e dinâmicas sociais e, por fim, reivindicam a palavra final sobre a medida proposta. É importante mencionar que as ações de resistência dos Munduruku extrapolam em muito as fronteiras institucionais e estas práticas não podem ser criminalizadas, pois são formas tradicionais legítimas de ação política. (LOSEKANN; OLIVEIRA, 2015, p.1).

Em 2012, o Governo recebeu uma intimação para realizar a consulta prévia com esses povos, incluindo as comunidades ribeirinhas, mediante processo instituído pelo Ministério Público Federal, no entanto, a consulta não foi realizada e o governo propôs realizá-la em três meses, o que foi rejeitado pelos atingidos, já que são grupos numerosos que precisam de tempo para uniformizar suas decisões. Assim, o

governo afirma nos autos do processo que o povo não quer ser consultado, apresentando inúmeras contradições legais.

Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente. (CONVENÇÃO 169, OIT, ART. 7.1)

O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, ART. 231, § 3º).

Diante disso, tratando-se de grandes projetos, deve-se garantir consultas prévias para cada fase da obra, para que os resultados dessas consultas possam definir a melhor decisão a ser tomada, desde as avaliações iniciais até os efeitos finais de implementação da obra, verificando os possíveis impactos sociais, ambientais e culturais. Assim, o projeto deve-se propagar entre uma gama de pessoas interessadas, realizando divulgações em meios de comunicação, para que se torne possível a discussão e a difusão destas informações.

Entretanto, fica claro que o controle exercido pelo Estado em relação às comunidades é total, não garantindo a participação de forma efetiva dos atingidos e prejudicados pelo empreendimento, articulando meios e construindo ideias que

busquem favorecer apenas os principais interessados na construção e implementação da obra.

Apesar de todo o controle exercido pelo Estado, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) determinou a suspensão do licenciamento ambiental UHE de São Luiz do Tapajós, no dia 19 de abril de 2016, alegando diversas inviabilidades, na construção deste megaprojeto. Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a medida do IBAMA remete à críticas feitas pela FUNAI, em setembro de 2014, que apontam impactos irreversíveis aos indígenas. No entanto, essa suspensão não caracteriza ainda o fim do processo de licenciamento para a construção da obra. Todavia, foi uma notícia que despertou uma certa esperança àqueles que serão atingidos pela barragem.

2.2 Violação dos direitos humanos

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, em seu artigo 1º: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”

Ao contrário do que está estabelecido na Declaração de 1948, estes direitos não têm sido iguais para todos. Conforme situa o Relatório da Comissão Especial de Atingidos por Barragens do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH (2010):

Os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam

por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual. (RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL ATINGIDOS POR BARRAGENS - CDDPH, 2010, p.12).

Uma caracterização restritiva ou limitada do que sejam os atingidos e atingidas, ou seja, do que sejam os prejuízos e os prejudicados pelo planejamento, implantação e operação da barragem acaba por desconhecer uma série de direitos, bem como desqualificar famílias e grupos sociais que deveriam ser considerados elegíveis para algum tipo de reparação. Alguns dos casos eleitos pela Comissão para análise ilustram que o conceito de atingido adotado tem propiciado e justificado a violação dos direitos a uma justa reparação ou compensação, entre outros, de ocupantes e posseiros, pequenos comerciantes, garimpeiros artesanais, pescadores e outros grupos cuja sobrevivência depende do acesso a determinados recursos naturais. (RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL ATINGIDOS POR BARRAGENS - CDDPH, 2010, p. 14).

De tal maneira, a construção da UHE de São Luiz do Tapajós, bem como de todo o Complexo Hidrelétrico previsto para a bacia hidrográfica do Rio Tapajós, acarretará na transgressão de pelo menos 16 direitos humanos que foram sistematicamente violados e isso se dá mediante a falta de políticas públicas, de uma atuação mais eficiente dos gestores competentes e da escassez de estudos ambientais que possam garantir os direitos existentes sobre as populações atingidas por essas grandes obras.

Ainda de acordo com o Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens - CDDPH (2010), os direitos humanos violados foram:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;

3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida;
8. Direito à plena reparação das perdas;
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária.

Há constatações de que não só estes, mas outros inúmeros direitos relacionados ao bem-estar das populações indígenas e ribeirinhas foram violados, como apresenta o Artigo 3, da Convenção 169:

1. Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens.
2. Não deverá ser empregada nenhuma forma de força ou de coerção que viole os

direitos humanos e as liberdades fundamentais dos povos interessados, inclusive os direitos contidos na presente Convenção. (CONVENÇÃO 169, OIT, ART. 3.1.2)

Sendo assim, é evidente que a população mais interessada na discussão sobre este empreendimento não participa da tomada de decisão, não é compreendida e tampouco ouvida. O Governo Federal não tem agido de forma igualitária com estas populações, o que acaba tornando a situação mais complexa e de difícil resolução, pois não é possível chegar a nenhum acordo que venha beneficiar as partes.

O Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens - CDDPH, (2010) declara:

Que a principal garantia do pleno exercício dos direitos humanos está na presença de uma sólida organização da sociedade civil, informada e vigilante. Aparatos legais, agências governamentais cumpridoras da legislação, processos transparentes, evidentemente indispensáveis, ganham outros significados e eficácias ali e quando grupos organizados, autênticos representantes da sociedade civil, são capazes de se constituir, ampliar suas bases sociais e agir sem constrangimentos e restrições. (RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL ATINGIDOS POR BARRAGENS - CDDPH, 2010, p.14).

Logo, é possível afirmar que a sociedade civil organizada e diversos grupos influentes têm lutado em prol dos direitos dessas populações, desde os momentos iniciais do projeto, em todas as suas etapas de idealização, planejamento e realização, buscando regularizar a situação destas populações que irão sofrer com a saída de seus territórios, além das perdas

sociais, econômicas, ambientais e culturais as quais estão sujeitos.

Além disso, o Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens - CDDPH (2010) propõe ainda uma série de medidas que devem ser tomadas, considerando a reparação material e moral dos impactos existentes, sendo uma dessas medidas: “Os grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos devem contar com assessoria técnica e jurídica em todas as etapas da identificação dos impactos, discussão e definição das formas de mitigação e reparação”.

Essa medida é proposta para que não haja, em hipótese alguma, a violação de direitos humanos que venham prejudicar uma parcela da população e beneficiar outra.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 232 estabelece: “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.”

Conforme declarou o Historiador indígena de etnia Munduruku, Jairo Saw (2015), em entrevista para o Greenpeace Brasil:

O rio faz parte de nós porque nos dá vida. Os nossos antepassados deixaram esse patrimônio pra gente, por isso temos que cuidar. A natureza tem uma lei, se a gente violar, teremos consequências. Os pariwat nunca vão entender. O impacto é também cultural, psicológico e espiritual. Pra nós [a construção de barragens] é uma ofensa, uma violação dos nossos direitos (SAW, 2015, p.1).

A luta em prol da não violação desses direitos tem se dado através da realização de audiências públicas realizadas pelo Ministério Público Federal, para que as

populações atingidas e a sociedade em geral possam estar por dentro das discussões e expor ao Governo Federal que não estão satisfeitos com a implementação das usinas hidrelétricas e, principalmente, que também são pessoas que estão protegidas por lei e fazendo jus a isso, precisam ter suas opiniões compreendidas e ouvidas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela observação dos aspectos analisados, este artigo se propôs a compreender a forma como o controle social é exercido pelo Estado sobre as comunidades afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. Para isso, foram apresentados diversos autores que estudam as temáticas de Controle, Participação Social e Hidrelétricas.

O presente trabalho também considerou alguns objetivos específicos, como: (a) analisar o posicionamento do Estado, em esfera federal, quanto aos efeitos da construção do CHT sobre as comunidades indígenas e ribeirinhas da região, e neste sentido foi possível perceber que o Estado exerce total influência sobre as decisões tomadas referentes a implementação das Usinas Hidrelétricas do Tapajós, desta forma, o governo federal não garante a participação dos atingidos de forma efetiva e estes acabam sendo prejudicados pelo empreendimento; (b) analisar a participação das comunidades indígenas e ribeirinhas da região no processo de tomada de decisão, na construção do complexo hidrelétrico, utilizando como objeto de estudo o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada dos povos indígenas, no entanto, percebe-se que de acordo com pesquisadores essa Consulta prévia não aconteceu e o governo permitiu

que os estudos de impacto ambiental fossem realizados mesmo nesta condição, não possuindo total garantia de que os direitos das pessoas atingidas não seriam afetados ou até mesmo violados.

Também foram realizadas análises, abordando questões baseadas, na avaliação dos direitos humanos contidos, na Constituição Federal, que de forma direta ou indireta acabam sendo violados, a fim de satisfazer os interesses econômicos das grandes empreiteiras responsáveis pela construção e manutenção da obra.

Dessa forma, com este artigo foi possível constatar que os principais afetados pela implementação do Complexo Hidrelétrico Tapajós, especificamente pela Usina de São Luiz do Tapajós, não possuem vez e nem voz diante dos projetos desenvolvimentistas planejados pelo Governo Federal, assim, eles acabam tendo que aceitar as decisões impostas por uma minoria que detém os recursos financeiros responsáveis pela implementação das obras hidrelétricas programadas para serem executadas na Amazônia.

É possível perceber também que os direitos das pessoas afetadas não estão sendo seguidos, direitos estes que são regulamentados em diversos instrumentos legais, inclusive na Constituição Federal, que é a norma máxima da nação Brasileira.

Portanto, conclui-se ser necessário que antes de se construir grandes projetos como este sejam realizados estudos e pesquisas que passem de largo à decisões políticas e partidárias, que expressem democraticamente a opinião dos principais interessados a este assunto, que não são os grandes investidores, mas sim os grandes afetados, que esperam do Estado uma elaboração e aplicação eficaz de suas leis, garantindo assim a ordem em seu interior e exterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Marcus Vinícius. **O Controle Social da Educação Básica Pública: A Atuação dos Conselheiros do FUNDEB**. 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Brasília – UnB, Brasília.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto 8243, de 23 de maio de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm. Acesso em: 15/03/2016.

BRASIL. **Relatório da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/relat-rio-da-comiss-especial-do-conselho-defesa-dos-direitos-da-pessoa-humana-2010>. Acesso em: 22/03/2016.

CARRANO, Ângela Zilli. **O controle social da administração pública: exercício da cidadania**. Ano 1, p.1, Maio de 2011. Disponível em: <http://angelazillijuridico.blogspot.com.br/2011/05/o-controle-social-da-administracao.html> Acesso em: 24/04/2016.

CICONELLO, Alexandre. **A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil**. In: GREEN, Duncan. *From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World*. Oxford: Oxfam International, 2008.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta dos Munduruku ao governo explicita conhecimentos milenares e reafirma demandas**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=6962> Acesso em: 26/04/2016.

EVANGELISTA, Lúcio. **Controle social versus transparência pública: uma questão de cidadania**. 2010. 34 f. Monografia (Especialização em Orçamento Público) - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa. Controladoria-Geral da União (CGU), Brasília.

EVANS, Mark. **Relatório Final – Participação social: Diálogos setoriais – União Europeia Brasil**. Brasília, 2013.

FARIA, Cristina. **Participação e Controle Social – A Experiência do Conselho de Educação do Distrito Federal**. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília – UnB, Brasília.

GREENPEACE. **Revista A Luta pelo Rio da Vida**. São Paulo: 389 Casa de Conteúdo, Março 2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Consulta Livre, Prévia e Informada na Convenção 169 da OIT**. São Paulo, 2015. Disponível em:

https://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/. Acesso em: 03/02/2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **O que é e o que não é o direito de Consulta Livre, Prévia e Informada**. São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/?q=o-que-e. Acesso em 03/02/2016.

LOSEKANN, Cristiana; OLIVEIRA, Rodrigo. **Decidindo Como Decidir: Os Indígenas Munduruku E A Participação Política No Brasil**. In: *Open Democracy: Open Movements*. Ano 1, Jun. de 2015. Disponível em: <https://opendemocracy.net/cristiana-losekann-rodrigo-oliveira/decidindo-como-decidir-os-indigenas-munduruku-e-participacao-pol>. Acesso em: 20/02/2016.

MENDES, Noeli. **As usinas hidrelétricas e seus impactos: os aspectos socioambientais e econômicos do Reassentamento Rural de Rosana - Euclides da Cunha Paulista**. 2005. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Cartilha As Populações atingidas por barragens e as violações aos direitos humanos**. São Paulo, 2015.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Ibama suspende licenciamento da hidrelétrica São Luiz do Tapajós**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/ibama-suspende-licenciamento-da-hidrel-trica-s-luiz-do-tapaj-s> Acesso em: 22/04/2016.

MÜLLER, Arnaldo Carlos. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books. 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948**. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 17/03/2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 - Convenção relativa aos povos indígenas e tribais em países independentes**. Junho de 1989. Disponível em: <http://www.inovacao.uema.br/imagens-noticias/files/Convencao%20169%20OIT.pdf>. Acesso em: 03/02/2016.

PALHARES, Joaquim Ernesto. **Participação social e democracia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

ROCHA, Humberto. **O controle do espaço-tempo nos processos de instalação de hidrelétricas**. *Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 263, Junho 2014.

SAW, Jairo. Entrevista [Maio 2015]. Entrevistador: Luana Lila. São Paulo: Greenpeace Brasil. **Entrevista concedida ao Greenpeace Brasil sobre a luta do povo Munduruku contra a construção de barragens na Amazônia**. Disponível em:

<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/As-veias-abertas-da-Amazonia---Parte-I/> Acesso em: 05/04/2016.

SERAFIM, Lizandra; TEIXEIRA, Ana Cláudia. **Controle Social das Políticas Públicas**. Boletim REPENTE – Instituto Pólis. São Paulo, n. 29, p.1, Agosto 2008.

SILVA, Ludimila. **A compensação financeira das usinas hidrelétricas como instrumento econômico de desenvolvimento social, econômico e ambiental**. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente). Universidade de Brasília – UnB, Brasília.

VERDUM, Ricardo. **Consulta Prévia, Direito dos Povos Indígenas**. In: Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo – RS. Outubro de 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/502171-consulta-previa-direito-dos-povos-indigenas->. Acesso em: 20/02/2016.

O capital social como instrumento para o estudo do processo de desenvolvimento territorial: análise do território BR 163, no Pará*

Desenvolvimento Regional: Inovações, Instituições e Capital Social

Daniela Cardoso de SOUSA**
Ana Carla dos Santos EVANGELISTA***
Inailde de Almeida CORRÊA****

Resumo

As discussões que vêm emergindo, no atual cenário brasileiro, direcionam-se para o desenvolvimento regional e o estabelecimento de novas economias, onde essas vertentes econômicas buscam alternativas para um Brasil com menos disparidades regionais, nesse sentido este estudo tem como objetivo analisar o CODETER (Colegiado de Desenvolvimento Territorial Rural) do Território da BR 163, no Estado do Pará, com o auxílio da metodologia do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET-UFOPA), mecanismo usado para compreender a construção do capital social frente ao processo de desenvolvimento territorial, mas, sobretudo, este trabalho vem na perspectiva de contribuir, nos avanços de debates a cerca do desenvolvimento territorial, partindo dos princípios do capital social. A metodologia utilizada neste estudo foi baseada, na análise dos relatórios do NEDET- BR163 e também fizeram-se necessárias revisões literárias que foram o alicerce para a teorização do desenvolvimento e do capital social e de sua dinâmica, na economia nacional e local. Em suma, no território da BR 163, contempla-se a revitalização do capital social, desencadeado através do Colegiado, este é composto pelo poder público, sindicatos, associações e cooperativas. Esta nova perspectiva mostra-se desafiadora, pois o desenvolvimento é um processo contínuo e lento, visto que este tem seus pressupostos fundamentados pautados na equidade social, melhoria na qualidade de vida, preocupação com a conservação do meio ambiente e na criação da competitividade econômica.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Capital Social; Território.

INTRODUÇÃO

Diante do cenário econômico das últimas décadas, observa-se nitidamente os avanços da globalização em conjunto com o progresso técnico, como principais

propulsores para o movimento de novas incorporações de arranjos produtivos, organizações e informações. Torna-se visível esse movimento a partir da década de 70, com a necessidade de ampliar o capital sem fronteira, principalmente, nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

No Brasil, vislumbra-se este movimento, no início da década de 90, com a forte disseminação de informações. Essa nova conjuntura propiciou um grande crescimento e avanços para a economia, porém, agravou o problema da centralização de recursos e desigualdades sociais que se observa diante da análise das

* Trabalho apresentado no XLI Encontro Nacional dos Estudantes de Economia, ocorrido, na Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas, no período de 05 a 11 de julho de 2015.

** Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), d_cs19@hotmail.com

*** Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), anacarlaics@gmail.com.

**** Docente e Mcs. na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), inaildealmeida@hotmail.com.

macrorregiões. Desta forma, houve a necessidade de um novo paradigma que corroborasse com os efeitos negativos e positivos, assim introduzindo uma nova corrente desenvolvimentista voltada para o sustentável e local.

Neste contexto, em meio à necessidade de um novo modelo que levasse em consideração o longo prazo as questões socioeconômicas, culturais e o problema de recursos escassos, surge o conceito de desenvolvimento sustentável que segundo Buarque (2008) refere-se à diminuição da pobreza juntamente com a equidade social, com melhoramento da qualidade de vida do indivíduo e a criação da competitividade econômica e não o imediatismo economicismo.

Os eventuais debates acerca do tema destacam o problema da centralidade do desenvolvimento, e a homogeneidade das políticas nacionais num cenário diverso, em que o rural e urbano se misturam, nas distintas realidades econômicas e sociais apresentadas, no contexto intra e inter-regional. Todavia, essa conjuntura emerge uma perspectiva local e territorial, que visa obter maiores índices de eficiência do desenvolvimento.

Para Buarque (2008), desenvolvimento local refere-se ao melhoramento das condições vivenciadas, em um determinado território ou município, a criação e fortalecimento da competitividade econômica dinamizando a economia, desta forma visando um processo endógeno, que possibilite explorar as peculiaridades e potencialidades como vantagens para região, viabilizando a participação da população local nesse processo.

Ademais, a atual política brasileira retoma o conceito de território e adota o desenvolvimento, em uma perspectiva

territorial, pois as peculiaridades de cada região que antes caracterizavam como entraves para o desenvolvimento, agora se transformam em estratégias de crescimento, a qual poderá ser utilizada como potencialidade para cada território. Porquanto, segundo o MDA (2005), designa-se por território um conjunto de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico, ambiental, social e cultural.

Paralelo ao desenvolvimento, mas ainda parte fundamental e estratégica deste, temos a incorporação de um novo conceito de capital, designado de capital social, que de acordo com Putman (1996), são as formas de organizações sociais, tendo como princípios fundamentais para as articulações e sucesso destas como: confiança, cooperação, solidariedade, normas e sistemas.

Neste sentido, o capital social torna-se peça estratégica para o desenvolvimento local, haja vista que as discussões sobre a problemática das disparidades regionais, no cenário brasileiro direcionam-se para a necessidade do debate acerca do desenvolvimento regional, desta forma propondo alternativas reais para que se possa minimizá-las, no curto prazo e resolve-las em longo prazo. Com base nisso, este estudo propõe-se metodologicamente a analisar o capital social como instrumento desencadeador de discussões para a construção do desenvolvimento territorial, no que tange ao estudo de caso do território da BR 163, no Estado do Pará, de tal modo visualizando através dos arranjos institucionais, compreender a importância do capital social frente ao processo de desenvolvimento, mas, sobretudo, este trabalho vem na perspectiva de contribuir, nos avanços de debates acerca do desenvolvimento regional.

Como metodologia, ocorreu uma revisão literária baseada, na teorização do desenvolvimento e de suas múltiplas faces, na dinâmica da economia nacional, além de buscar relacionar com o atual panorama econômico. Ademais, utiliza-se de uma análise específica de território, que é o da BR 163, exemplificando o que é um território, o possível desenvolvimento e a contribuição da atividade do capital social em lócus.

O presente artigo divide-se em quatro partes partindo da fundamentação de Capital Social onde se busca definir segundo teóricos que discutem essa nova vertente, desta forma evidenciando os princípios destes e a possível crítica; já na segunda parte, apresenta-se a contextualização de desenvolvimento e de suas variadas dimensões, com enfoque para o territorial, em seguida, procura-se relacionar o capital social ao processo de desenvolvimento; na terceira parte, acontece a abordagem do caso do território da BR 163, no Pará, e do órgão gestor, em que se procura vislumbrar a dinâmica do capital social como desencadeador de debates para o desenvolvimento local sustentável e, por último, tem-se as considerações acerca da discussão.

2 O CAPITAL SOCIAL

Com o avanço dos processos de globalização, cada vez se torna mais urgente o estabelecimento de formas alternativas para se pensar a economia e o desenvolvimento, em que se destacam com exemplos, dessas novas formas, a economia solidária e o próprio capital social que possuem seus princípios próprios que pregam não mais aquilo que o capitalismo estabelece como o individualismo ou o

egoísmo, contrário a isto se estabelece agora a cooperação, confiança, solidariedade, ações coletivas.

Putnam (1996) defende que capital social diz respeito à forma de organizações coletivas que obtêm algumas características, como a confiança, a solidariedade, a cooperação e as normas. Seu objetivo está focado ao interesse do coletivo, se sobrepondo ao interesse individualista, designa-se também por ser um exercício permanente e contínuo destes valores, que no decorrer do tempo são aprimorados, resultando em rendimentos maiores a sociedade.

Uma das influências do capital social está no desempenho institucional público, segundo Putnam (1996), haja vista que, a coesão social e a participação ativa da comunidade cívica se faz preponderante em uma democracia que só tem a acrescentar, na organização social e, nas formas de implementação e monitoramento de políticas. Logo, uma sociedade não basta ter apenas recursos financeiros para resolver certos problemas, tem que haver um desempenho institucional público fortalecido para direcionar tais recursos com eficiência,

Putnam (1996) argumenta ainda que uma sociedade deve possuir virtude cívica, que se constitui como a essência da cidadania e os componentes do capital social, tais como confiança e cooperação nas redes sociais. Porquanto, nessas conjunturas sociais, os interesses coletivos necessitam se sobrepor aos interesses individuais, visto que o interesse coletivo é o bem comum para a comunidade.

Assim como fala Olson (1999), na lógica da ação coletiva, um grupo se forma a partir de indivíduos que possuem interesses em comum, e estes devem ser evidenciados, não que cada membro não

deve expressar seus interesses particulares, mas o que deve prevalecer são as demandas coletivas.

Os conflitos, em alguns grupos ou organizações sociais, ocorrem por divergência de interesses, embates que dividem o grupo e enfraquecem o capital social, sendo que um dos seus principais alicerces é a confiança, desta forma a perda de credibilidade influenciará negativamente na eficiência das ações em prol da comunidade, ocasionando em alguns casos o afastamento de representantes da sociedade ou a desconfiança da população acerca da representatividade.

Em meio ao embate teórico de Olson (1999) e Putnam (1996), do ser coletivo e do ser individualista, pode-se inferir que em qualquer rede social pode coexistir este tipo de atrito desde a mais complexa até a menos complexa, entretanto, como mediador destes e para o fortalecimento do capital social, temos o método do planejamento participativo, que segundo Buarque (2008),

[...] Portanto, o planejamento é também um processo ordenado e sistemático de decisão, o que lhe confere uma conotação técnica e racional de formulação e suporte para as escolhas da sociedade. O planejamento incorpora e combina uma dimensão técnica, constituindo uma síntese técnico-política. (BUARQUE, p. 82, 2008).

3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Dada a necessidade de um novo paradigma que viesse, no sentido de abarcar as mazelas da globalização como, a ineficiência do Estado em âmbito nacional, relacionado à concentração de renda, desigualdades sociais, étnicas e outras, a apropriação inescrupulosa dos recursos

naturais, eclodiu uma nova perspectiva denominada de Desenvolvimento Sustentável, que a partir desta nasceria várias concepções acerca da relevância do conceito, como: desenvolvimento local, endógeno, territorial e regional.

O desenvolvimento sustentável, como o seu próprio nome denomina “sustentar”, refere-se a um processo contínuo e longo, que busca tratar não somente o lado econômico, mas também o bem estar geral de uma população, bem como condições adequadas para a sobrevivência e o convívio em sociedade de forma equitativa, preocupa-se também com o lado ambiental, visto que atualmente o mundo passa por escassez de recursos e também impactos ambientais e reflexos destes.

Devido a falta de um Estado mais presente e efetivo e um vasto espaço diversificado, apresentado no âmbito nacional que se faz reluzente as disparidades intra e inter-regionais, necessitou-se refletir sobre a metodologia dos modelos de desenvolvimento pensado para regiões, neste sentido em uma ótica micro, temos o desenvolvimento local, como forma de se planejar políticas viáveis para cada lugar, e delegando à sociedade civil responsabilidades sobre o futuro, ocasionando um processo de descentralização de poder.

Segundo Buarque (2008), são três os pressupostos básicos que caracterizam o desenvolvimento local sustentável: em primeiro, tem-se as melhores condições de vida e diminuição das desigualdades sociais que são resultados do processo seja este rápido ou lento; eficiência e crescimento econômico, por meio deste consegue-se alcançar parte do primeiro objetivo; o último que é a preservação do meio ambiente está interligado aos dois objetivos, dado que o desenvolvimento é de longo

prazo, este possibilitará ao longo do tempo a equidade social e melhores condições.

Neste sentido, tem-se o pensamento de tratar o desenvolvimento como um movimento de dentro para fora, que se caracteriza como endógeno, de acordo com Amaral:

O desenvolvimento endógeno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas dos territórios, visando a consolidação de um desenvolvimento genuinamente local e criando condições sociais e econômicas para geração e atração de novas atividades produtivas (AMARAL, 2003, p.126).

Segundo Cunha (2000), os modelos de desenvolvimento territorial referem-se a um pacto social entre diferentes esferas, como da sociedade civil, do poder público da escala municipal a federal, entidades do setor privado, instituindo uma governança, desta forma formando uma conjuntura política, trabalhando em prol de melhores condições para região.

Já o territorial está ligado à formação de um espaço físico e socioeconômico criado de forma espontânea ou por meio de políticas públicas que evidenciam áreas de perfis econômicos, culturais, ambientais e sociais aproximados, com a finalidade de articular ações coletivas que resultem, na inclusão produtiva e social de municípios, a fim de criar a competitividade econômica, na dinâmica de uma região, possibilitando que esta interaja com o resto da região.

O recorte territorial está envolvido, na dicotomia entre urbano e rural, vem na perspectiva de dar auxílio a regiões com alto ruralismo e atraso, procurando contrabalancear o processo desigualitário e com alto teor de concentração econômica e de poder. Neste aspecto, tem como objetivo desenvolver as potencialidades de cada região, com o propósito de criar condições

de competitividade, e assim melhorar a renda, condições de vida e a formação de uma sociedade participativa e tomadora de decisões.

Os diversos conceitos de desenvolvimento têm seus pressupostos solidificados a partir do olhar local. No entanto, para não incorrer em erro de simplificar demasiadamente, ou generalizar os conceitos, ressalta-se a importância de não isolar teoricamente a região. Mas, sobretudo que esta região interaja com as demais do entorno. Até porque o local e a dinâmica nacional e internacional influenciam diretamente, na economia e, no comportamento da sociedade. Todavia, isto pressupõe que o global e o local relacionam-se intrinsecamente nesse processo.

Contudo, Brandão (2007) faz a crítica referente aos modelos intitulados como localistas, que restringem sua efetividade e sucesso de seus projetos, na conjuntura local, deixando de olhar o poder de influência dos fatores exógenos sobre o endógeno. Na lógica da macroeconomia, existem variáveis determinantes, em qualquer território ou nação, como o câmbio, juros, questões financeiras e o mercado externo.

3.1 O capital social e o desenvolvimento territorial

O desenvolvimento e a disparidade de economias tanto no global quanto no local não podem ser considerados apenas a partir do fator econômico ou de algumas ferramentas deste, como o PIB. Ressalta-se para a importância de analisar outros fatores que se apresentam na dinâmica de uma economia, como o capital social e humano, além do desempenho institucional dos Estados e regiões. Isto foi visualizado, nos

estudos de Putnam (1996), em que comparou duas regiões da Itália, Norte e Sul, em que o Norte tinha maiores índices de desenvolvimento, visto também como uma população ativa, no debate político, exercendo sua cidadania; enquanto o Sul se diferenciava por índices mais baixos de modernidades e menos participação da sociedade civil nesse processo.

Diante da ampliação teórica sobre o desenvolvimento regional e sobre os fatores que coordenam as ações em prol deste, temos o capital social como parte das articulações para este, em que Amaral (2003) afirma sobre o capital social:

Este conceito procurar dar mais significado à presença e à qualidade das relações sociais para o desencadeamento do processo de desenvolvimento. Capital social significa relações sociais “institucionalizadas” na forma de normas ou redes sociais (AMARAL, 2003, p.127).

Cumprir entender que o desenvolvimento local sustentável é um processo lento e contínuo e para que isso ocorra necessita-se de uma grande parte das articulações locais e organizacionais que se mobilizem para em detrimento a este, pois não depende apenas de recursos financeiros ou de políticas públicas, mas depende, sobretudo, de uma engenharia política bem articulada e sintonizada para articular no território.

Putnam (1996) argumenta que o acúmulo de capital se dá culturalmente, e que através do uso deste ocorrem avanços progressivos cada vez mais para a sua eficiência. Porém, não podemos desconsiderar as características específicas de cada território, como, a capacidade de se adaptar em diversos processos do capitalismo e de se reconstruir socialmente e economicamente, as diversidades do

território e o seu poder de articulação política e social.

Nesta dinâmica, torna-se explícito a interligação do capital social ao processo de desenvolvimento e de seu papel articulador. No entanto, cabe ressaltar que não haja uma teorização pragmática sobre essa ligação, desconsiderando os demais vieses do desenvolvimento territorial, como também a importância do capital humano, os fatores econômicos e exógenos.

4 PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

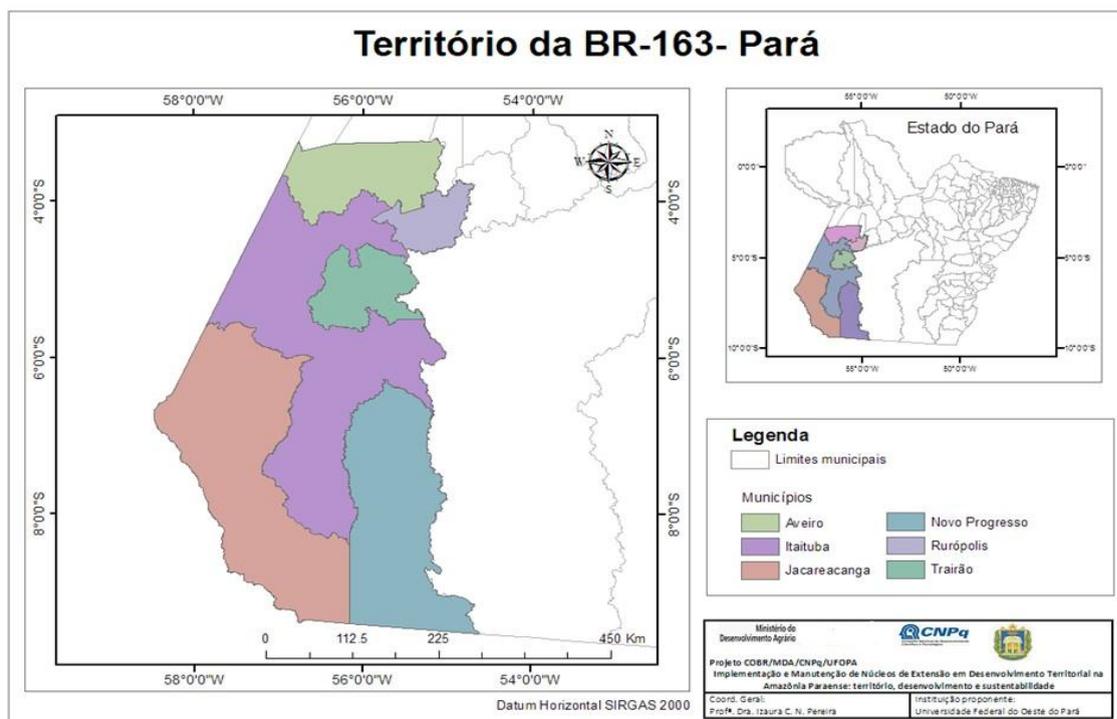
4.1 O Território da BR 163

Cravado no Estado do Pará, o território da BR 163 é composto por seis municípios que são Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão. A população total, segundo o senso do IBGE do ano de 2010 é de 209.531 habitantes, uma área de aproximadamente 190.427,10 Km². Obtém um alto índice de ruralismo sendo que 43,89% vivem em áreas rurais, além de possuir, em seu território 12 reservas indígenas e vastos recursos, a média de seu IDH médio é 0,69.

A ocupação deste território é marcado historicamente por processos predatórios e desarticulados, isto conseqüentemente ocasionou uma ocupação desordenada, que a partir da década de 70 se intensificou, pois ocorreu a abertura de duas rodovias que cortam o Estado que são a Transamazônica (BR 230) e a Santarém-Cuiabá (BR 163). O povoamento em torno das rodovias se tornou óbvio, pelas iniciativas do Governo Militar e de suas propagandas ilusórias a fim de integrar e “desenvolver” a Amazônia. Ademais, diante do fluxo migratório e de seu

aglomeramento ao longo das rodovias, Itaituba, Rurópolis e Trairão (GERTAR-BR163, 2005).

Imagem 1 - O território da BR 163.



Fonte: (NEDET, 2014).

Atualmente o que se vislumbra em toda a região paraense é um alto índice de desigualdades, marcadas por intensos conflitos de terras, em que ocorre o aceleração da exploração inadequada de recursos naturais. Nessa perspectiva, o fortalecimento do desenvolvimento territorial é primordial para melhorar a qualidade de vida da população, para se pensar nos desafios da equidade social, na criação da competitividade econômica e no fortalecimento da economia regional. Além de abrir as portas para o processo de sustentabilidade na região, e ainda delegar à sociedade civil responsabilidades sobre seu

futuro fazendo esta protagonista da construção de uma nova história.

Em 2008, o Governo Federal lançou o Programa Territórios da Cidadania, a fim de diminuir as desigualdades socioeconômicas, estabelecer políticas públicas que fossem condizentes com a realidade de cada região e propiciar o desenvolvimento territorial, principalmente, em áreas com altos índices de ruralismo. Neste sentido, a área da BR 163 foi incluída nesse processo de planejamento e nova metodologia de desenvolvimento sustentável.

4.2 Gestão Descentralizada

O estudo do território da BR 163, no Pará, permite compreender esse processo de desenvolvimento local, e o movimento de descentralização de políticas públicas, bem como delegando atribuições sobre o território à sociedade civil, ao poder público na esfera municipal, estadual e federal, permitindo o diálogo e conhecimento específico da região e o aprimoramento e planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento local sustentável.

O órgão coordenador do território é denominado de CODETER (Colegiado de Desenvolvimento Territorial e Rural), cujo objetivo é promover uma gestão participativa visando o desenvolvimento local da região, por meio de ações articuladas entre as esferas da sociedade civil, poder público municipal, estadual e federal.

O CODETER BR163 é composto pelo poder público municipal, associações, cooperativas, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STTR) e entidades não governamentais, entre outros. O que qualifica como um fórum de debate político concreto, sobre a realidade do território suas demandas, problemas, integração de políticas públicas e o gerenciamento de programas básicos, se instituindo como uma governança no território.

É evidente o processo de descentralização de poder ocorrido nas últimas décadas, esse método se dissemina

em escala mundial, em vista da tendência da ineficiência do Estado de atender todo o território. Conforme advoga Buarque (2008), a descentralização contribui com o aumento da eficácia de políticas públicas, juntamente com os programas básicos do governo, além de possibilitar a participação da sociedade civil nas discussões.

4.3 O NEDET e o Colegiado como articuladores do Capital Social

O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET-BR 163) surgiu em meio a uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o intuito de melhorar a eficiência de articulações e operacionalizações de políticas públicas no território, conjuntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e aliando-se as Universidades e Institutos Tecnológicos para viabilizar pesquisa e produção de conhecimento na área.

O Papel do NEDET-BR 163 está voltado para o auxílio técnico ao Colegiado, além de contribuir para o monitoramento e mobilização do Órgão gestor, logo também é atribuído a responsabilidade de mediador entre a esfera da sociedade civil com o governo. O NEDET BR 163 é responsabilidade da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) desde 2014.

Inicialmente houve a reativação do CODETER-BR 163, realizado por meio do NEDET, que mobilizou municípios e suas representações (associações, cooperativas, sindicatos, entidades não governamentais), esta metodologia ocorreu frente a organizações de assembleias abertas ao público em cada município para se ter maior participação social nesse processo. (NEDET, 2014)

No território da BR 163, vislumbra-se um colegiado que se articula frente às demandas da região, ao processo de implementação de políticas públicas e diante da maior participação da comunidade cívica. O órgão gestor se mostra com um leque de diversidades de instituições em uma única organização, essa iniciativa tem como objetivo democratizar as decisões e fazer os alicerces para a sustentabilidade, a

inclusão produtiva e social e maior participação da sociedade, e que esta seja de fato protagonista nesse processo de transformação. Abaixo tem-se essas camadas (associações, sindicatos, poder público).

A) Associações

As Associações como símbolo da representividade social e ação coletiva em busca de um objeto maior e geral. Logo esta contribui diretamente para o fortalecimento da institucionalidade na região, além de vislumbrar nisto o processo de democratização, que conforme Putnam (1996), as associações colaboram para a eficácia de Estado democrático, além de desenvolver em suas participantes qualidades, como solidariedade, cooperação entre outros.

Quadro 1 - Temos as associações que participam do CODETER no território da BR 163.

Aveiro	Associação Agroextrativista de Aveiro (ASGROAV)
Itaituba	Associação agrícola ação e trabalho (AAAT) Associação dos Artesãos de Itaituba (AAI) Associação dos Filhos de Itaituba (ASFITA) Associação de Produtores Rurais da Comunidade Monte Moirá (APCMM) Grupo de Apoio a Mulher Itaitubense (GAMI)
Jacareacanga	Associação Indígena Pussuru
Novo Progresso	Associação de Mulheres Trabalhadoras da Produção Familiar Sustentável Associação dos Produtores Rurais Vale do Jamaxim Associação Comunitária Indígena Tapiêta (ACIT)
Rurópolis	Associação dos Agricultores Familiares do Igarapé Preto (AGFIP) Associação Comunitária da Vicinal dos Baianos Buscando Desenvolvimento (ACVBD) Associação de Mulheres Campo e Cidade de Rurópolis (MMCCR)
Trairão	Associação das Mulheres Agricultoras e Artesões do Município de Trairão (AMANT)

Fonte: NEDET, 2014.

B) Sindicatos e outros

Os sindicatos são uma rede social em que estimulam a participação social e política, que voltado para o território observa-se maior visibilidade dos

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, em que buscam um maior incentivo à agricultura rural, ou seja, à inclusão produtiva.

Quadro 2 - Os sindicatos e outras entidades que participam do CODETER BR 163.

Aveiro	Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aveiro (STTR) Sindicato dos Produtores Rurais de Aveiro (SIPRA) Colônia de Pescadores Z-52
Itaituba	Sindicatos dos Trabalhadores em Educação Público do Pará (SINTEPP) Colônia de Pescadores Z-56 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba (STTR) Instituto de Tecnologia Sustentável para Amazônia (ITESAM) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTTRAF-Alto Tapajós)
Jacareacanga	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacareacanga (STTRJ) Colônia de Pescadores Z-86
Novo progresso	Instituto Socioambiental Floranativa
Rurópolis	Comissão do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTTRAF-Alto Tapajós)
Trairão	Colônia de Pescadores Z-74 Sindicato dos Produtores Rurais (SIPRA) Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR)

Fonte: NEDET-UFOPA, 2014

C) Poder público e considerações

Além das associações, sindicatos e outras entidades já apresentadas, observa-se também a participação considerável do poder público, como: Fundação Nacional do Índio (FUNAI)- Tapajós; Comissão do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC); Empresa de Assistência e Extensão Rural (EMATER-PA/ Regional Tapajós); Banco da Amazônia S/A. Não obstante, ainda inclui-se nesse organismo, em escala inferior, as cooperativas que são: Aveiro com a Cooperativa de Agricultores e Produtores do Apacê e Rurópolis com a Cooperativa Agroliteira Transamazônica (COOPETRA), segundo dados do (NEDET-UFOPA, 2014).

Diante da composição do Colegiado, verifica-se grande diversidade de entidades, logo é importante enfatizar a grande participação da sociedade civil nesse órgão gestor, pressupondo-se uma ativa participação de atores sociais do debate político, isto é um meio para se criar uma sociedade institucionalizada, e um processo de democratização.

Atenta-se neste território a reativação do capital social, no entanto, ressalta-se que este processo é uma construção conjunta e de acúmulo de experiências que poderão impactar positiva ou negativamente, dependendo da continuidade ou não das atividades que propiciem o seu exercício.

Tabela 01 - Participação dos membros do CODETER nas plenárias, em 2014

Quantidade de membros representantes	Município
2	Aveiro
12	Itaituba
0	Jacareacanga
1	Novo progresso
1	Rurópolis
1	Trairão
Total: 17	

Fonte: NEDET-UFOPA, 2014.

Neste contexto, observa-se a participação ativa dos membros do município de Itaituba, no entanto, atenta-se para questão que a plenária aconteceu no município, e a logística complica a vinda de alguns membros de outros municípios. Logo, a maior população dentre os municípios é de Itaituba, contabilizando 97.493 habitantes, enquanto que Jacareacanga possui 14.103 e Novo Progresso cerca de 25.124 habitantes (IBGE, 2010).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo acerca do desenvolvimento territorial, verificou-se que o capital social está interligado diretamente para efetivação de uma parte relativa deste processo, para a coesão da sociedade local e sua qualificação para a arena de debates políticos e de tomada de decisões. Logo, este prioriza as variadas formas de organizações sociais, bem como as articulações coletivas que favoreçam a comunidade em geral, promovendo a coerção social e desencadeando o fortalecimento das instituições locais e a construção de valores, em que contribuem diretamente neste processo.

Logo, o capital social possibilita as redes ou organizações sociais desenvolverem princípios que com as

experiências ao longo do tempo, são aprimoradas e disseminadas. Uma das características principais do capital social é a confiança que pode se desenvolver a cooperação e solidariedade, porém, a ausência deste nas relações organizacionais diminui a eficácia da atividade das redes na região.

No entanto, ressalta-se as possibilidades de embates de caráter individuais ou coletivos no âmbito de qualquer organização, independentemente da complexidade. A possível solução para minimizar imaginável conflito seria por meio da metodologia do planejamento participativo, em que ocorre de forma sistemática e técnica, na tomada de decisões da sociedade, em que venha se sobrepuser o bem geral ou maior parte da comunidade.

Acerca da análise do território da BR 163, no Pará, e seu órgão gestor o CODETER, vislumbra-se a real tentativa de construção do capital social, que nesta perspectiva tem como objetivo diminuir as desigualdades socioeconômicas, a inclusão produtiva e criação de uma competitividade econômica que possibilite dinamizar com as demais regiões do em torno.

Visualizou-se no território de abrangência do estudo, uma ampla vontade da participação civil, nos debates políticos e, nas tomadas de decisões no local, através do Colegiado que propicia a discussão e a

organização social em prol de melhorias para região, e uma futura perspectiva do desenvolvimento em sua essência. Logo, no âmbito do órgão observou-se uma variedade de atores sociais como associações, cooperativas, sindicatos, poder público entre outros. O que faz essa iniciativa louvável para um território marcado por processos desenvolvimentistas exploratórios.

O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da BR 163, dirigido pela Universidade Federal do Oeste do Pará, se faz preponderante nesse processo de transformação, desta forma promovendo a mediação entre o governo e a comunidade, dando auxílio técnico ao Colegiado e na mobilização social, nos municípios pertencentes ao território.

No entanto, é utópico pensar em resultados imediatos, ou em um desenvolvimento local sustentável em curto prazo, há vários desafios, não somente locais como também regionais e nacionais, pois o estudo para o desenvolvimento é contínuo e lento, assim pressupondo que as articulações têm o caráter de persistentes por meio da sociedade e governo.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 26, n. 3, 2003.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**/ Carlos Brandão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CUNHA, L. A. G. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. **Ra'e Ga**. O Espaço Geográfico em Análise. Curitiba: Ed. UFPR. N. 4 (2000). p 49-60

GESTAR. 3º **Relatório Gestão Ambiental Rural- BR 163**. Itaituba, 2006.

MORAES, Jorge L. A. Capital Social. In: **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. Cap 2. p 127-131.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: CONDRAF, Série. Documentos Institucionais, n. 1, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015. Disponível em <www.ibge.com.br>. Acesso em: 18 de Março de 2015.

NEDET. **Relatório Núcleo de Extensão em Desenvolvimento territorial- BR 163**. Santarém, 2014.

OLSON, M .A. *Lógica da ação coletiva*: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Caderno
Diálogos Interdisciplinares



Ciências Econômicas e
Gestão Pública e Desenvolvimento Regional



Instituto de Ciências da Sociedade
da Universidade Federal do Oeste do Pará



Universidade Federal do Oeste do Pará